



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

AFRÂNIO DE MEDEIROS NÓBREGA

**PODER LOCAL E DISPUTAS OLIGÁRQUICAS EM
JUNCO DO SERIDÓ – PB (1962-1985)**

CAMPINA GRANDE - PB

2021

AFRÂNIO DE MEDEIROS NÓBREGA

**PODER LOCAL E DISPUTAS OLIGÁRQUICAS EM
JUNCO DO SERIDÓ – PB (1962-1985)**

**Dissertação apresentada ao Curso
Programa de Pós-Graduação Centro de
Humanidades da Universidade Federal
de Campina Grande, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em História.**

Linha de Pesquisa: Cultura e Cidades.

Orientador: Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires.

CAMPINA GRANDE - PB

2021



N754p Nóbrega, Afrânio de Medeiros.
Poder local e disputas oligárquicas em Junco do Seridó
- PB. / Afrânio de Medeiros Nóbrega. - 2021.

192 f.

Orientador: Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires.
Dissertação de Mestrado; (Programa de Pós-graduação
em História) - Universidade Federal de Campina Grande;
Centro de Humanidades.

1. Junco do Seridó - PB - poder local. 2. História
de Junco do Seridó - PB - política. 3. Oligarquias. 4.
Dominação classista. 5. Ditadura militar. 6. Coronelismo.
7. Mandonismo. 8. História oral. I. Aires, José Luciano
de Queiroz. II. Título.

CDU: 94:32(813.3)(043.2)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

AFRÂNIO DE MEDEIROS NÓBREGA

**PODER LOCAL E DISPUTAS OLIGÁRQUICAS EM
JUNCO DO SERIDÓ – PB (1962-1985)**

Dissertação apresentada ao Curso
Programa de Pós-Graduação Centro de
Humanidades da Universidade Federal
de Campina Grande, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em História.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires
Orientador – PPGH / UFCG**

**Professor Dr. Joselito Eulâmpio da Nóbrega
Examinador Externo – IFPB**

**Professora Dra. Michelly Pereira de Souza Cordão
Examinadora Interna – PPGH / UFCG**

Trabalho aprovado em: 06 de setembro de 2021.

CAMPINA GRANDE - PB

DEDICATORIA

Dedico essa dissertação aos meus pais José Bezerra da Nóbrega, (José Bonifácio), e à minha mãe a professora Maria Carmo de Medeiros Nóbrega, residente na fazenda Malhada do Umbuzeiro, pessoas humildes, ele agricultor e ela professora, sempre acreditaram em mim, incentivando para colocar em prática esse desejo tão sonhado por nós.

Essa dissertação foi inspirada no sonho de meu pai de escrever um livro sobre a história política do Junco do Seridó. Há muito nas nossas prosas cotidianas, ele sempre manifestava o desejo de passar para outras pessoas um pouco do que sabia sobre as tramas, os bastidores, as alegrias e tristezas que ficaram gravados na sua memória e que faziam lembrar cenas do cotidiano político do qual ele e seus amigos correligionários e adversários, conviveram no município do Junco do Seridó – PB.

Sentados à mesa da cozinha, eu, meus irmão, parentes e amigos; sempre ouvíamos atentos aquelas histórias narradas por meu pai, sobre um passado remoto da história política do Junco do Seridó e, foi daí que resolvi colocar em prática esse sonho, começando nas consultas de fontes históricas que forneceram importantes informações desse passado remoto e cheio de novidades e curiosidades que nos ajudaram a construir esse importante relato de pesquisa para todos aqueles curiosos e amantes da leitura.

Portanto, dedico ao meu pai José Bezerra da Nóbrega essa dissertação de mestrado como um presente de aniversário pelos seus 80 anos de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar a proteção e a serenidade necessárias, para aceitar as coisas que não podemos modificar, coragem para modificar aquelas que podemos e sabedoria para distinguirmos umas das outras. Obrigado, Senhor!

Ao meu Orientador Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires, que me deu total apoio e incentivo, com respeito e carinho durante esse período de convivência, transmitindo-me muito de seu conhecimento ao longo deste processo.

À minha esposa Carla Solange da Nóbrega, pelo amor, carinho e paciência comigo durante as horas árduas de estresse e angústia que marcaram esses momentos de construção desta operação historiográfica.

Aos meus filhos Ana Clara da Nóbrega e Augustus Jesus da Nóbrega por inúmeras vezes que pediram atenção e não pude dar, pois muitas vezes, deixei-os de lado para me dedicar às leituras e à produção dos textos.

Aos meus pais, José Bezerra da Nóbrega e Maria Carmo de Medeiros Nóbrega, orgulhosos com a minha conquista.

Aos meus irmãos e seus companheiros(as), José Clênio e Viviana e Lidiane e Jorge sei o quanto se orgulham de mim.

Às minhas sobrinhas Maria Eduarda pela força e incentivo, e Maria Valesca, pela força e hospedagem em seu (AP), na cidade de Campina Grande, durante o período das aulas presenciais.

Aos meus familiares que sempre estiveram comigo

Aos meus sogros Carlinho e Maria pelo apoio e incentivo

Ao amigo professor dr. Joselito Eulâmpio, que me ajudou na construção do projeto de pesquisa, me incentivou e deu total apoio durante o curso.

Aos amigos e jovem casal Júlia e Caio pela ajuda e incentivo.

Aos meus colegas professores das unidades escolares onde leciono (Escola Municipal Santo Onofre e Escola Municipal Ana Brito de Figueiredo), à matéria de História, em especial ao colega professor de Ciências Cícero que foi quem me

informou das inscrições do mestrado e me incentivou, ao colega Herbert professor de matemática que me deu forças e incentivo; e aos demais colegas que me apoiaram e incentivaram nessa jornada.

Aos entrevistados: José Bezerra da Nóbrega, José Antônio da Nóbrega, Bento Coelho, João Telesforo Nóbrega de Medeiros, José do Nascimento, Joselita Guedes, Antônio Adelino Dantas, Martinho Alves da Nóbrega, Haroldo Balduino de Medeiros e Pedro Alves da Nóbrega Junior, pelo carinho, atenção e respeito com que me receberam nas suas casas e pelas palavras fundamentais para a elaboração da dissertação.

Aos funcionários da Câmara Municipal de Junco do Seridó, em nome de Maria Iaponira e Raquel Francisca da Nóbrega, na busca dos arquivos e informações.

Aos meus professores do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História do PPGH-UFCG pela sua competência e carinho.

À banca avaliadora, que foi de grande suporte para meu texto no momento da qualificação. Meus sinceros agradecimentos pelo tempo dedicado à leitura e às observações feitas ao trabalho.

Aos meus amigos, que tive o privilégio de conviver e compartilhar dos momentos de apreensão, angústia, aprendizado, troca de experiências e de alegrias no cotidiano do curso, nas figuras de Edgar, Josefran, Ivandro, Adelândia, Luzinete, Fernanda e Herbert.

“A grandeza do homem não consiste em receber honras, mas em merecê-la.”
Autor desconhecido.

RESUMO

Esta dissertação está inserida na Linha de Pesquisa Cultura e Cidades, tendo como objetivo, analisar e discutir os conflitos do poder político e seu jogo político-partidário no Município de Junco do Seridó – PB, durante o período de 1962-1985, analisando como a classe dominante disputou e dominou a política local, sem confrontos ideológicos cujo programa político estabelecesse a defesa da democracia ou da ditadura. As oligarquias disputavam posições de controle do Estado para reproduzirem os interesses da classe dominante, a fim de reproduzirem sua base de poder. Assim, evidenciamos que a política no Junco do Seridó, nos anos anteriores e pós golpe de 1964 é relatada por diversas vezes como uma disputa entre chefes políticos locais divididos em dois grupos partidários marcados por antigas rivalidades, conchavos, amizades e inimizades nas disputas pelo poder. Os grupos políticos do Junco, embora estivessem em campos partidários opostos, eram parte da classe dos proprietários e viviam da exploração dos trabalhadores. Com o Golpe de 1964 e a instauração de outro regime político, a Ditadura Bonapartista cujo esteio de dominação burguesa estava na força, as oligarquias Juncoenses continuaram disputando o poder local por meio de eleições, embora em outro contexto e reordenamento político. Aliás, a Ditadura Militar manteve durante algum tempo os expedientes da Democracia Burguesa, a exemplo do parlamento e do voto direto, exceto nas capitais. A escrita deste trabalho foi realizada através do uso das fontes bibliográficas, orais, documentais e procedimentais afins, para realizar narrativas com moradores locais. Essas fontes foram analisadas numa perspectiva de cruzamento de informações, como estratégia metodológica.

Palavras-chave: Junco do Seridó – PB. Conflitos de Poder. Dominação Classista.

ABSTRACT

This dissertation is part of the Culture and Cities Research Line, aiming to analyze and discuss the conflicts of political power and its political party game in the Municipality of Junco do Seridó - PB, during the period 1962-1985, analyzing how the ruling class disputed and dominated local politics, without ideological confrontations whose political program established the defense of democracy or dictatorship. Oligarchies competed for positions of state control to reproduce the interests of the ruling class, in order to reproduce their power base. Thus, we show that politics in Junco do Seridó, in the years before and after the 1964 coup, is reported several times as a dispute between local political leaders divided into two party groups marked by old rivalries, collusions, friendships and enmities in the disputes for power. The Junco political groups, although they were in opposing party camps, were part of the landlord class and lived off the exploitation of workers. With the 1964 coup and the establishment of another political regime, the Bonapartist Dictatorship whose mainstay of bourgeois domination was in force, the Juncoense oligarchies continued to dispute local power through elections, although in a different context and political reorganization. As a matter of fact, the Military Dictatorship maintained for some time the expedients of Bourgeois Democracy, like the parliament and the direct vote, except in the capitals. The writing of this work was carried out through the use of bibliographical, oral, documentary and related procedural sources, to carry out narratives with local residents. These sources were analyzed from the perspective of crossing information, as a methodological strategy.

Keywords: Junco do Seridó – PB. Power Conflicts. Class Domination.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização de Junco do Seridó no mapa do Estado da Paraíba.....	46
Figura 2 - Vista total da cidade de Junco do Seridó.....	49
Figura 3 - Realização de um Comício em Junco Do Seridó.....	125
Figura 4 - Junco do Seridó em 1972.....	152
Figura 5 - Homenagem de festa de final de ano.....	153
Gráfico 1 - O PIB de Junco do Seridó em 2010.....	47
Gráfico 2 - Total de áreas rurais, município de Junco do Seridó-PB, 1970 -1985.....	82
Gráfico 3 - Total de Imóveis rurais, município de Junco do Seridó-PB, 1970 -1985.....	82
Gráfico 4 - Representação da população juncoense entre os anos 1960 até 1980.....	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Perfil dos prefeitos eleitos em Santa Luzia do Sabugi de 1947-1963.....	58
Quadro 02 - Eleições 1947 - Resultado Municipal Cargo: Prefeito: Santa Luzia.....	61
Quadro 03 - Eleições 1947 Cargo vice prefeito: Santa Luzia.....	61
Quadro 04 - Eleições 1947 - Resultado Municipal Cargo: vereador: Santa Luzia.....	62
Quadro 05 - Eleições 1951 - Resultado Municipal Cargo: Prefeito: Santa Luzia.....	65
Quadro 06 - Eleições 1951 - Resultado Municipal Cargo: Vice-Prefeito: Santa Luzia.....	65
Quadro 07 - Eleições 1955 - Resultado Municipal Cargo: Vereador: Santa Luzia.....	66
Quadro 08 - Eleições 1959 - Resultado Cargo: Prefeito: Santa Luzia.....	68
Quadro 09 - Eleição 1959 – Resultado Cargo: de vice prefeito: Santa Luzia.....	68
Quadro 10 - Eleições 1959 - Resultado Estadual por Município Cargo: Vereador.....	69
Quadro 11 - Lideranças políticas do PSD, em Junco do Seridó, em 1962.....	75
Quadro 12 - Lideranças políticas da UDN, em Junco do Seridó, em 1962.....	76
Quadro 13 - Lideranças políticas do PTB, em Junco do Seridó, em 1962.....	77

Quadro 14 - Eleições para cargos de Prefeito em Junco do Seridó, em 1962.....	88
Quadro 15 - Eleições para Cargo de Vice-Prefeito em Junco do Seridó,1962.....	88
Quadro 16 - Eleições municipais para vereadores em Junco do Seridó,1962.....	89
Quadro 17 - Filiação partidária dos políticos de Junco do Seridó no multipartidarismo e no bipartidarismo - 1962/1966.....	122
Quadro 18 - Composição dos diretórios municipais ARENA e MDB em Junco do Seridó,1966.....	122
Quadro 19 - Eleição para Prefeito -1966: Junco do Seridó-PB.....	123
Quadro 20 - Eleições para o cargo de Vereador – 1966: Junco do Seridó – PB.....	124
Quadro 21 - Eleições para o cargo de Prefeito e de Vice Prefeito –1969: Junco do Seridó.....	142
Quadro 22 - Eleições para o cargo de Vereador – 1969: Junco do Seridó – PB.....	143
Quadro 23 - Eleições para o cargo de Prefeito e Vice Prefeito – 1972: Junco do Seridó.....	149
Quadro 24 - Eleições para o cargo de Vereador – 1972: Junco do Seridó.....	150
Quadro 25 - Eleições para o cargo de Prefeito e Vice Prefeito – 1976: Junco do Seridó.....	155
Quadro 26 - Eleições para o cargo de Prefeito e Vice Prefeito – 1976: Junco do Seridó.....	156
Quadro 27 - Resultado das eleições para prefeito – 1982: Junco do Seridó.....	164
Quadro 28 - Resultado das eleições para vereador – 1982: de Junco do Seridó.....	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Rural

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrata Trabalhista

PSD – Partido Social Democrata

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	FUNDAMENTAÇÃO TEORICA: MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO.....	16
1.1.1	DEFINIÇÃO DE DEMOCRACIA NUMA TRADIÇÃO MARXISTA.....	16
1.1.2	CORONELISMO E OLIGARQUIAS.....	23
1.1.3	DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE O GOLPE DE 1964 E A DITADURA MILITAR: MARXISTAS E REVISIONISTAS.....	28
1.2	ASPECTOS METODOLOGICOS.....	38
2	O PODER OLIGÁRQUICO NA PARAÍBA: O VALE DO SABUGI (1945-1962).....	46
2.1	CONHECENDO JUNCO DO SERIDÓ – PB: ESPAÇO GEOGRÁFICO, DEMOGRÁFICO E PROCESSO HISTÓRICO.....	46
2.2	A TRAMA DAS OLIGARQUIAS NA PARAÍBA (1945-1964).....	50
2.3	O PODER OLIGÁRQUICO NA REGIÃO DO VALE DO SABUGI (1945-1962).....	56
2.4	DO PERÍODO EMANCIPATÓRIO DO JUNCO DO SERIDÓ-PB, AS ELEIÇÕES DE 1962.....	71
2.5	DITADURA MILITAR NO BRASIL 1964, UM CONTEXTO DE ÉPOCA.....	90
3	JUNCO DO SERIDÓ-PB, EM ESTADO DE ALERTA: O GOLPE DE 1964 E SEUS DESDOBRAMENTOS: 1964/1966.....	98
3.1	JONATAS FERREIRA TAVARES: UM PREFEITO ELEITO EM MEIO A DUAS INTERVENÇÕES.....	98
3.2	NOVEMBRO DE 1966, O MARCO DO ACIRRAMENTO DAS DISPUTAS PELO PODER POLÍTICO EM JUNCO DO SERIDÓ. A INTERVENÇÃO FEDERAL.....	100
3.3	EM PLENO PERÍODO DE INTERVENÇÃO OCORRE A PRIMEIRA CONSULTA ÀS URNAS NO BIPARTIDARISMO.....	115

4	A POLÍTICA OLIGÁRQUICA EM JUNCO DO SERIDÓ NOS TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1966-1985).....	127
4.1	TRAVOU-SE UMA DISPUTA PELO PODER LOCAL ENTRE OLIGARCAS EM PLENO PERÍODO DE INTERVENÇÃO FEDERAL EM JUNCO DO SERIDÓ-PB, EM NOVEMBRO DE 1966.....	127
4.2	ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE JUNCO DO SERIDÓ-PB EM 1969 CONFIRMA A HEGEMONIA DO MDB NA POLÍTICA LOCAL.....	139
4.3	O CARECÃO 72”. A ADESÃO DO CACIQUE DO MDB E A VIRADA ELEITORAL DA ARENA, NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1972.....	146
4.4	SUBLEGENDA: FÓRMULA ARENISTA PARA JUNTAR PROVÁVEIS ADVERSÁRIOS EM JUNCO DO SERIDÓ.....	153
4.5	A SUB-LEGENDA IMPÕE O DOMÍNIO ARENISTA EM JUNCO DO SERIDÓ EM PLENO PROCESSO DE “ABERTURA POLÍTICA LENTA E GRADUAL” DA TRANSIÇÃO À DEMOCRACIA.....	157
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
	REFERÊNCIAS.....	174
	ANEXOS A – ATA DE POSSE DO PREFEITO ANTÔNIO BERNARDO DA NÓBREGA. DATA: 11 DE DEZEMBRO DE 1966.....	181
	ANEXOS B – LEI Nº 2.680 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1961 – (CRIA O MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).....	188
	ANEXOS C – NOMEAÇÃO DO INTERVENTOR FRANCISCO CORREA DE QUEIROZ PARA A CIDADE DE JUNCO DO SERIDÓ EM NOVEMBRO DE 1966. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.....	191

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata dos conflitos do poder político e seu jogo político-partidário no município de Junco do Seridó – PB durante o período 1962-1985. Tem como objetivo diagnosticar como a partir dos conflitos pelo poder político, esses grupos oligárquicos disputaram e dominaram a política local sem disputas ideológicas, cujo programa político estabelecesse a defesa da ditadura ou da democracia. Independente do regime político que vigorava, essas oligarquias buscavam apoio junto aos governos estadual e federal, a fim de reproduzirem suas bases de poder. Ao mesmo tempo em que é mantida e reproduzida sua base econômica estruturada no setor agropastoril e na dominação e exploração da classe trabalhadora do campo, submetida ao jugo dos fazendeiros.

A escolha do tema em estudo, afora o interesse pessoal do pesquisador, parte da necessidade de entender como os grupos políticos Juncoenses se adaptaram aos novos contextos políticos institucionais para se constituírem como forças aliadas, opostas e atuantes no jogo da disputa do poder em um cenário de democracia ou ditadura militar. Hoje, estudar um tema cuja relação permeia o contexto de dominação classista, torna-se bastante relevante frente ao momento atual pelo qual atravessa nosso país, marcado por fortes disputas ideológicas. Nesse tempo marcado pelo avanço das ideias do Neofascismo, de uma forte radicalização da extrema direita e pela difusão das narrativas do negacionismo histórico é que nosso papel enquanto Historiador se torna mais relevante na luta e combate a essas ideias e narrativas, isto é, nosso fazer consiste em combater os opressores e sermos os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

Problematizamos nosso trabalho investigando como os grupos políticos Juncoenses reinventaram o seu velho e eficiente sistema oligárquico para ditar as regras do jogo político partidário local no município do Junco do Seridó entre os anos de 1962-1985, como parte dos conflitos no interior da classe dominante.

Na elaboração do presente trabalho, estamos trabalhando com as seguintes hipóteses: a) Após o Golpe Militar de 1964 a concentração de políticos Juncoenses no MDB e na ARENA local significou a manutenção do *status quo* partidário e refletia as desavenças políticas herdadas do período anterior à emancipação política de Junco do Seridó; b) O golpe Militar abriu a possibilidade, no âmbito da política local,

de disputas políticas mal resolvidas no contexto democrático tornarem-se mais constantes, provocando acirramento pelo poder entre atores políticos Juncoenses insatisfeitos com o resultado eleitoral até ali obtido. Aquilo que ficava sob a forma de conflito no contexto democrático, sob o Estado de Direito vivido desde 1962¹ até o golpe, tornava-se passível de outras medidas em um estado ditatorial como aquele em que o país ingressava a partir abril de 1964. Ao passo que o regime militar foi se consolidando, moldando o arcabouço institucional, implantando sua escalada autoritária e, no limite mesmo, interferindo através das intervenções para reposicionar o município nas mãos de políticos ligados ao regime e seu partido.

A presente Dissertação de Mestrado passa a analisar algumas reflexões acerca dos conceitos que permeiam essa pesquisa tais como: o conceito de democracia moderna, de oligarquia, mandonismo e clientelismo e de golpe e Ditadura Militar, através do viés de autores vinculados ao método do materialismo histórico e dialético.

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO.

1.1.1 DEFINIÇÃO DE DEMOCRACIA NUMA TRADIÇÃO MARXISTA

Para o Historiador Marxista Décio Saes, a Democracia assume características históricas próprias em qualquer tipo histórico de Estado. Teremos democracia num determinado Estado, na medida em que o órgão de representação da classe exploradora, o parlamento, seja capaz de intervir no processo de execução de políticas do próprio Estado. Se essa intervenção direta do parlamento não ocorrer, então teremos a ditadura. Mas sua definição de democracia burguesa é clara:

Um regime político burguês só é efetivamente democrático quando o Estado assegura de fato as liberdades políticas (expressão, reunião, organização partidária) codificadas nos textos legais. Caso contrário, não passa de uma ditadura disfarçada (...). (SAES, 1987, p. 62).

¹ Em 1962, ocorreu a primeira eleição para escolha dos representantes para o chefe do poder executivo e os representantes do poder legislativo em Junco do Seridó.

Portanto, Décio Saes, define seu conceito de democracia a partir de uma estrutura teórica Marxista, de uma sociedade dividida em classes sociais, onde o proletariado, por exemplo, exercita suas liberdades políticas e civis com limitações fundamentais nas sociedades capitalistas.

Conforme indica o autor Marxista, a Democracia é uma das formas do Estado Capitalista Burguês e é um dos regimes políticos possíveis, entre outros, como a Ditadura. (SAES, 1987, p. 93-94). A Democracia é um padrão de organização interna das atividades estatais, cabíveis em qualquer tipo histórico de Estado, como o Escravista, o Asiático, o Feudal e o Burguês.

Entretanto, se de um lado a Democracia é um padrão de organização interna das atividades burocráticas, de outro, ela é plausível em qualquer tipo histórico de Estado, uma vez que estabelece um modo de relacionamento entre o corpo de funcionários e a classe exploradora. Saes também dá a sua definição de um Estado democrático:

Regime político democrático não é a efetividade do 'pluralismo partidário' ou da 'competição entre forças civis', mas o elenco de possibilidades objetivas abertas pelo Estado, na sua forma democrática, à ação organizada — divergente ou consensual — dos membros da classe exploradora, com vistas a intervir de fato no processo decisório estatal. (SAES, 1987, p, 25).

Dessa forma, a Democracia é caracterizada como forma e como regime político de um Estado histórico burguês. Sendo assim, qual é a relação entre a forma de Estado e a Democracia? Segundo o autor Marxista, não devemos nos concentrar totalmente apenas sobre o Estado. Antes, é necessário observar o campo sobre o qual incide a política de Estado, ou seja, ação das classes sociais antagônicas (exploradora e explorada), com vistas a preservar ou suprimir a exploração do trabalho (SAES, 1987, p. 20). A Democracia, mesmo burguesa, requer algumas condições mínimas para sua existência, como as liberdades políticas e, com estas, a organização partidária.

Outra definição de Democracia vinculada à tradição de pensamento Marxista foi formulada por Gyorgy Lukács, (2008, p. 50) no seu famoso texto “O processo de Democratização”, no qual ele defende um modelo de Democracia socialista em que a democratização deve ser avaliada “de um ponto de vista histórico, como concreta

força política ordenadora daquela particular formação econômica sobre cujo terreno ela nasce, opera, torna-se problemática e desaparece”.

Seguindo os ensinamentos de Marx, o Gyorgy Lukács parte da premissa de que a Democracia precisa ser tratada de um ponto de vista histórico, como força política concreta e inserida numa formação econômica particular, ou seja, o terreno em que ela nasce, realiza-se, problematiza-se, refaz-se, transforma-se. Fora desse entendimento, afirma-se, criam-se fetiches, avaliações positivas ou negativas que não esclarecem; ao contrário, confundem a leitura dos processos sociais. E, porque é imperativo examinar a evolução histórica do real para bem conceituar o problema, o autor prefere usar o termo democratização, que pretende significar um processo, ao contrário do que é estático.

Lukács (2008), busca uma tentativa de resgate da categoria democracia (e política) no pensamento Marxista, enquanto movimento necessário para diferenciar adequadamente a democracia burguesa da democracia socialista e demonstrar a necessidade do desaparecimento da democracia e do Estado quando da instauração do “reino da liberdade”. O autor ainda estima que a democracia burguesa representa uma falsa alternativa diante da perspectiva de construção do socialismo, visto se basear no aparato jurídico (“cidadania”) e em generalizações abstratas que não levam em conta a práxis humana. Para Lukács, a fim de tornar aceitável uma realidade deturpada, recorre-se a formas ideológicas caricaturais acerca da liberdade, propriedade, direitos, o que naturaliza a desumana vida social sob o capitalismo.

Conforme Lukács (2008, p. 100) as transformações operadas na superestrutura política do sistema, contudo, reitera que a sua estrutura fundamental permanece intacta: “[...] o capitalismo atual constitui não a superação, mas o potenciamento, a difusão e o aprofundamento do caráter problemático que faz parte de sua própria natureza.”

Nesse contexto, democratizar traduz-se pelo consumismo, convertendo toda a práxis humana no “fetiche da liberdade do comprar e vender”. Contudo, mesmo reconhecendo a força da crítica, o filósofo entende que a recusa da democracia burguesa não se sustenta apenas em declarações dogmáticas em prol do socialismo; por isso, conclama a apreensão dos componentes históricos sociais para buscar “uma correta formulação dos problemas da democratização hoje possível e necessária.” (LUKÁCS, 2008, p. 106). não se trata de simplesmente “ampliar a democracia”, visto

que representa subordinação ao sistema capitalista, ao contrário, trata-se de desenvolver outra abordagem de democracia, a que tenha por base material o “ser ontologicamente social que está sendo construído”. Por isso, “a tarefa da democracia é penetrar realmente na inteira vida material de todos os homens, desde a cotidianidade até as questões decisivas da sociedade; é dar expressão à sua sociabilidade enquanto produto da atividade pessoal de todos os homens”. Ao vincular a vida social ao cotidiano, ressalta as transformações qualitativas, aquelas que remetem à raiz do agir humano, consagrando hábitos, comportamentos e tradições. (LUKÁCS, 2008)

Para (LUKÁCS, 2008) a democratização deve ser avaliada “de um ponto de vista histórico, como concreta força política ordenadora daquela particular formação econômica sobre cujo terreno ela nasce, opera, torna-se problemática e desaparece”. Portanto, em seu ensaio o autor dedica boa parte de sua escrita para demonstrar que a Democracia Burguesa não é alternativa para uma reforma do socialismo real. A alternativa, corretamente adiantada por Lukács no nosso entendimento, é a retomada e aprofundamento da democracia social.

O conceito de Democracia Burguesa para definir um regime político de dominação classista nos ajuda a entender as disputas pelo poder local no município do Junco do Seridó entre os anos de 1945-1964 como parte dos conflitos no interior da classe dominante. Embora as oligarquias locais não apresentassem a defesa ideológica de um programa liberal-democrático, elas disputavam posições de controle do Estado para reproduzirem os interesses da classe dominante. Os grupos políticos do Junco, embora estivessem em campos partidários opostos, eram parte da classe dos proprietários e viviam da exploração dos trabalhadores. Com o Golpe de 1964 e a instauração de outro regime político, a Ditadura Bonapartista² cujo o esteio de dominação burguesa estava na força, as oligarquias Juncoenses continuaram disputando o poder local por meio de eleições, embora em outro contexto e outro reordenamento político. Aliás, a Ditadura Militar manteve durante algum tempo os

² Modelo de Estado instaurado por Luís Bonaparte na França, a partir do golpe de Estado, de 02 de dezembro de 1851. Esse modelo tomou tamanha abrangência que é possível analisar outros estados ditatoriais através dele, inclusive, na atualidade.

expedientes da Democracia Burguesa, a exemplo do parlamento e do voto direto, exceto nas capitais.

Outro conceito fundamental para nossa pesquisa é o de Ideologia. No livro *A Ideologia Alemã* (MARX, 2007), o conceito de ideologia aparece como relativo à ilusão, realidade invertida, poder de naturalização e ocultação das desigualdades sociais e apresentação das ideias de uma classe como se fossem de toda a sociedade.

Segundo Marx (2007), a ideologia dominante³ é o pensamento da classe dominante e como tal é o pensamento dominante. Isto é, as ideias da classe dominante nada mais são do que as expressões no plano das ideias das relações que fazem de uma classe ser dominante. Marx está aqui afirmando que quando uma determinada consciência expressa o mundo de certa forma, ele expressa porque isso corresponde à materialidade na qual ele está inserido e isto inclui a visão que diz respeito à política e ao Estado. O autor cria uma teoria na qual a ideologia é algo que expressa a consciência de um ser humano que se alienou, ou seja, ele compreende como a ideologia dominante age para apresentar essa visão de mundo que se aliena e para esse propósito ele estabelece três mecanismos que possibilita a alienação: ocultação, naturalização e a inversão das relações sociais concretas e determinadas historicamente. O primeiro é a ocultação. Para Marx (2007), a ideologia é uma forma de consciência que oculta, impede que as determinações e as relações sociais desiguais sejam percebidas e compreendidas pela classe trabalhadora. O segundo elemento refere-se a naturalização, toda ideologia naturaliza aquilo que é histórico, cultural, apresentando tudo como se fosse algo natural, daí resulta uma outra função da ideologia, isto é, uma defesa laudatória de tudo que existe é uma justificativa para naturalizar as coisas. O terceiro mecanismo da ideologia que Marx vai demonstrar, trata da inversão, neste sentido trata toda ideologia burguesa como uma apresentação daquilo que é particular como se fosse universal. Por exemplo, a burguesia é uma classe social particular, mas tem a pretensão de ser a humanidade, sempre apresenta

³ Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade. (LOWY, 2015, p,19)

o projeto que defendem como se fosse de toda a sociedade quando na verdade esconde a natureza de classe que o conforma.

Mas afinal qual a função da ideologia? Para Marx e Engels (2007), é garantir e reproduzir as relações que estão na base do domínio de uma classe sobre outra. A ideologia é fundamental para justificar na superestrutura a dominação de classe na estrutura social. Através desses três elementos, ocultação, naturalização e inversão, a ideologia da classe dominante opera na sociedade dividida em interesses opostos de maneira em que o interesse particular se expresse na ideologia como se fosse universal. Para Marx a função da ideologia aplicada dessa maneira, expõe o interesse de uma classe para manter uma dominação sobre outra classe. Portanto, Marx e Engels associam essa dominação de ideologia ao Estado. O conceito de Estado para a Teoria Marxista se relaciona com o Modo de produção e a luta de classes de tal maneira que no Capitalismo ele significa um aparelho de poder político que expressa o interesse particular de uma classe ou frações de classe, mas se apresenta como universal, imparcial e acima das classes.

Dessa forma, notamos nitidamente que o objetivo da classe dominante era implantar seu projeto como se fosse para todas as classes, para todo o povo, quando na verdade era para poucos, ou seja, para as oligarquias agrárias locais que através dos partidos o interesse era somente o de conquistar e de se manter no poder; granjear a simpatia dos eleitores, prestando-lhes ajudas e favores; mostrar superioridade ao adversário ao comprovar ter prestígio político perante os governos do estado e da ditadura.

Para nossa pesquisa, o conceito de ideologia permite iluminar a forma como a maioria absoluta dos trabalhadores rurais e urbanos de Junco do Seridó estava sob a égide da dominação ideológica da classe dominante e do braço coercitivo quando este se fazia necessário para qualquer tipo de resistência. O paternalismo costurava essa relação no processo das relações de classes na estrutura social. A deferência dos de baixo e sua consciência alienada limitavam qualquer possibilidade de um projeto autônomo dos trabalhadores e justificavam a dominação dos donos dos meios de produção sobre a força de trabalho no Vale do Sabugi. Ou seja, a classe trabalhadora neste momento não tinha uma consciência de classe definida para si, e por isso, era facilmente dominada por seu dominador, o burguês por meio do capital, fazendo uso da sua força de trabalho.

Os trabalhadores rurais e urbanos de Junco do Seridó, por não serem uma classe em si, não podiam desenvolver uma consciência de classe definida e organizada para lutar por seus interesses e se emancipar da classe dominante. A falta de maturidade social baseadas nas concepções de senso comum aliada à falta de politização, propiciam uma interpretação equivocada das ações e contradições a serem vivenciadas, fazendo com que o homem defendesse de maneira imatura ideologias que acreditava serem verídicas.

Assim tendo ainda como referência O 18 Brumário, salientamos a passagem de Marx a respeito da grande massa francesa que:

Na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados (MARX, 2011, p. 143).

Referindo-se aos camponeses Franceses, Karl Marx analisa que eles eram uma classe em si, uma vez que o campesinato Francês vivia da força de trabalho explorado pelos latifundiários. Eram uma classe em si pois, ainda não tinham se organizado nacionalmente com um grau de organização e de consciência de classe, isto é, a classe para si. Portanto, a aplicação do conceito de classe em si, desenvolvido por Marx no 18 de Brumário, nos ajuda na compreensão da forma de dominação e exploração dos trabalhadores urbanos e rurais em Junco do Seridó-PB, pelas frações burguesas da classe dominante, isto é, a classe trabalhadora local era uma classe em si mas, não era uma classe para si, pois, eles não tinham um projeto político autônomo, era uma consciência política muito presa da ideologia burguesa, principalmente da fração agrária.

Karl Marx e Friederich Engels desenvolveram um método próprio para a compreensão da sociedade. Este consiste numa análise que leva em consideração a História, mas não somente ela. As relações materiais de produção têm um lugar central em todas as suas análises, sejam elas de cunho estrutural ou conjuntural. O método denominado de Materialismo Histórico Dialético não teve propriamente uma obra que se prestasse a explicá-lo em seus mínimos detalhes; no entanto, sua aplicabilidade pode ser verificada claramente no livro "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", neste, Marx trabalha toda a conjuntura social, política e econômica da

França, em um determinado período histórico, que vai desde a eleição, que coloca Luís Bonaparte à frente do Estado Francês, até seu Golpe de Estado (de 1848 a 1851).

Segundo Marx (2007), a sociedade política deveria ser a expressão da sociedade civil, isto é, das relações de produção que nela se instalam. Assim, critica os traços fundamentais da filosofia do direito de Hegel. Desconstrói toda a filosofia da consciência anterior ao seu tempo, principalmente a Hegeliana. Mostra o Estado como uma superestrutura, parte essencial da estrutura material. Dessa maneira, o Estado escravista garante a dominação sobre os escravos. O Estado feudal garante o predomínio das corporações. O Estado capitalista garante o predomínio das relações de produção capitalistas, e, inclusive, protege-as. Para o autor, a luta de classes determina, no capitalismo, a necessidade do Estado. A classe que detém a propriedade dos meios de produção deve institucionalizar sua dominação econômica, através de organismo de dominação política, jurídica, forças repressivas, de convencimento, entre outras. Ou seja, a função da ideologia⁴ para Marx e Engels, é de garantir e reproduzir as relações que estão na base de domínio de uma classe sobre outra.

O Estado em Marx nasce da luta de classes como um poder concentrado, burocrático. Não existe uma teoria política marxista do estado. A finalidade de Marx e Engels era acabar com o Estado.

1.2 CORONELISMO E OLIGARQUIAS

Em pleno século XXI, ainda é bastante comum principalmente no interior do Brasil, que a forma de fazer política conserva velhas e eficientes práticas baseada na parentela e no mandonismo local, como se ainda tivéssemos nos tempos coloniais.

De fato as práticas de se fazer política durante quase todo o século passado não são tão diferentes em relação aos dois séculos anteriores, evidentemente que

⁴ O Conceito de Ideologia em Marx. Trata-se de uma contribuição original e inédita. Através dessa nova formulação da noção de ideologia, Marx realiza sua crítica à burguesia e ao capitalismo. A ideologia, segundo os pressupostos marxistas, nos remete à ideia de consciência, isto é, uma espécie de concepção de pensamento e da racionalidade.

muita coisa mudou nesse intervalo temporal porém, diríamos apenas que em alguns casos chegaram apenas a mudar a roupagem, mas o corpo que dava sustentação a esse poder era o mesmo principalmente nas cidades do interior, não apenas no Nordeste, mas em todo o Brasil, com algumas variações de intensidade destas práticas intercalando-se durante o século. Na Paraíba, encontramos vários aspectos de práticas políticas que podemos caracterizar como sistemas considerados oligárquicos. Práticas estas que encontramos dentro do próprio coronelismo, uma hierarquização do poder sobre os subalternos.

A palavra oligarquia é de origem grega e significa “poder na mão de poucos”. O nome representa um governo liderado por um grupo de pessoas ou famílias unido pela mesma atividade econômica ou partido político. Isso traduz claramente o que acontecia no Brasil durante a fase da República Oligárquica durante a República Velha (1894-1930). Em um momento marcado pelo comando das grandes elites agrárias, na época representadas pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais e no restante do país por suas elites locais.

O sistema político brasileiro desde a Primeira República é marcado pelo domínio do poder nas mãos da classe dominante através do eficiente sistema oligárquico. De acordo com o cientista político, Wanderley Guilherme dos Santos (2013, p. 9-37)

O sistema oligárquico brasileiro, na Primeira República, propiciou 40 anos de exemplar estabilidade institucional, sem prejuízo de ocasionais solavancos governamentais. A estabilidade governamental e legislativa foi substancialmente superior à dos 63 anos de regime imperial, em grande medida pela eficácia das regras de competição intraoligárquicas em nível nacional e do predomínio da disputa com base no voto em nível local”.

O autor, recentemente trouxe novos subsídios para se pensar a experiência do sistema oligárquico representativo da Primeira República no Brasil, destacando em sua análise o controle do poder da classe dominante através do sistema oligárquico.

A historiadora Eliete Gurjão definiu o conceito de oligarquia na seguinte perspectiva:

Oligarquia aqui entendida como grupos que controlam determinados setores da economia e exercem o comando da política local. Representam grupos de parentes consanguíneos ou unidos por laços de compadrio ou matrimônio; ou ainda por identidade de interesses econômicos ou políticos. (GURJÃO, 2020, p.35).

Trabalhando com esse conceito, Eliete Gurjão, seguindo a linha do Método do Materialismo Histórico, buscou em sua obra “Morte e Vida das Oligarquias”, mostrar que aqui no Estado da Paraíba, o poder das oligarquias locais seguiu o curso das transformações históricas ocorridas ao longo do tempo, demonstrando uma incrível sagacidade de camuflagem para mudar as aparências e conservar a essência do árbitro, escondendo-se por trás do biombo de um sistema de leis rigorosas formal. Conforme afirmou a historiadora Rosa Maria Godoy, na apresentação do livro Morte e Vida das oligarquias paraibanas, “Aparência democrática, essências autoritárias, a trágica saga política brasileira, vivíssimas nesses tempos coloridos” (GURJÃO, 2020, p. 12).

Foi readaptando as novas realidades, que as oligarquias reproduziram tradicionais esquemas políticos, redefiniram seu velho e eficiente sistema oligárquico coronelístico. Como em uma metamorfose, usando de novas roupagens, se readaptam fácil a novas situações, compondo-se de acordo com seus próprios interesses, criaram várias facetas para assegurar sua estrutura de poder, como um caráter mutante rivaliza-se e concilia-se quando o tema é o domínio do poder local. Se hoje essas antigas práticas persistem em nosso meio político é porque as suas raízes foram bem fincadas no passado, a ponto de permanecerem firmes e fortes em pleno século XXI. Demonstrando dessa forma, que o velho, mas eficiente sistema coronelístico-oligárquico e seu predomínio político e econômico vêm de longa data.

No caso das oligarquias do Junco do Seridó, estas conviveram em harmonia tanto com a Democracia quanto com a Ditadura Militar, isso porque mesmo durante o regime de exceção instaurado no Brasil em 1964, as eleições nos municípios de pequeno porte foram mantidas e as oligarquias locais disputavam o poder a partir do voto, usando seu eficiente sistema coronelístico oligárquico se reinventaram para permanecerem no poder nas suas localidades.

O sistema oligárquico tem como práticas políticas de dominação de classe algumas características primordiais para controle e domínio de seu poder: o coronelismo, o mandonismo e o clientelismo.

O mandonismo é uma característica da política tradicional do coronelismo e, portanto, não é um sistema. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. Apesar das pessoas adquirirem direitos políticos e civis, o

mandonismo figura ainda hoje como prática corriqueira na política nacional. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania.

Para Victor Nunes Leal, na obra *Coronelismo, enxada e voto*, publicada em (1949), o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e têm de recorrer ao governo. Longe de se tratar da mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia se constituiu em fenômeno típico da história colonial e imperial brasileiras, o coronelismo era basicamente um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência dos chefes locais, notadamente os donos de terra. Trata-se, portanto, de uma rede complexa de relações em que os remanescentes do poder privado são alimentados pelo poder público em função de suas necessidades eleitorais de controlar o voto do interior (predominante à época, dado o perfil da sociedade brasileira na Primeira República).

Contrariando as ideias de Victor Nunes, Maria Isaura Pereira de Queiros (1976) e Eul Soo Pang (1979), ambas definiram coronelismo com mandonismo, dilatando o uso do conceito e comprometendo sua precisão histórica ao utilizá-lo em conjunturas diversas da história brasileira. Maria Isaura atribuiu ao coronel a função de chefe de parentela, examinando-o, assim, em seu aspecto familiar, relação que também seria estabelecida por Linda Lewin (1993), ao estudar diferentes famílias de coronéis paraibanos na Primeira República. Maria Isaura também ampliou a caracterização do coronelismo para incorporar manifestações urbanas.

Como fica demonstrado na vasta historiografia brasileira o sistema coronelístico oligárquico desde a sua existência mostrou sua eficácia das regras de competição intraoligárquicas em nível nacional e do predomínio da disputa com base no voto em nível local, no entanto, a partir da década de 1930, sobre outros contextos de dominação deixou suas raízes na sua forma de se fazer política baseada na parentela e no mandonismo. Entretanto, o conceito de coronelismo conforme Victor Nunes Leal é um conceito utilizado para explicar o sistema política da República Velha (1889 – 1930), e por isso, não utilizamos esse conceito para as definições de dominação política de nossa pesquisa, pois foge de nossa análise que abrange um período bem posterior e com outros contextos de dominação tais como; oligarquias, clientelismo e mandonismo, já no interior do regime populista, outro modelo de dominação política.

O clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macros e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. Não há dúvida de que o coronelismo, no sentido sistêmico aqui proposto, envolve relações de troca de natureza clientelística. Mas, de novo, ele não pode ser identificado ao clientelismo, que é um fenômeno muito mais amplo. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo.

De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país. Sua trajetória, no entanto, é diferente da do primeiro. Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelista.

Portanto, essas práticas políticas cujas raízes conectam ao século XIX, tornaram-se uma moda oligárquica e clientelista de se fazer política presentes no nosso cotidiano, em vários municípios Paraibanos e em outras partes do país, com fortes traços baseados na parentela e no mandonismo, se readaptando a novos contextos se redefinem a uma nova realidade da política oligárquica contemporânea e estabelece uma forma democrática de governo, mantendo o seu conteúdo elitista e excludente.

1.3 DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE O GOLPE DE 1964 E A DITADURA MILITAR: MARXISTAS E REVISIONISTAS

No Brasil o sistema republicano conviveu sob duas ditaduras: a primeira ditadura na chamada *Era Vargas*, no período de (1937-1945) conhecido como Estado Novo. Esse período não pode ser considerado como uma ditadura militar, mas civil. Pois Getúlio Vargas encarnava, em sua pessoa, a liderança carismática própria do populismo. Exerceu um poder ditatorial apoiado nas Forças Armadas, mas isso não chegou a caracterizar uma ditadura militar.

Formado por um contexto em que alguns direitos civis ganharam visibilidade, como os trabalhistas, nesse período os chamados governos populistas adotaram um comportamento paternalista e autoritário, pois, ao mesmo tempo em que concedia direitos trabalhistas, mantinham os trabalhadores sob estreita vigilância e controle permanente do Estado. Mas também é aquele em que ao longo de seus 15 anos de duração, de 1930 a 1945, se constituíram alguns aparatos repressivos que puderam ser instrumentalizados e tornados mais eficientes com o passar dos anos. A segunda ditadura, que segundo o historiador René Dreiffus (1981) denomina-se ditadura empresarial-militar, teve início em 1964 e durou oficialmente até 1985.

O golpe de 1964, bem como o regime autoritário instaurado desde então e o processo histórico desenrolado daí até a chamada abertura política ou redemocratização, são objetos de inúmeras controvérsias em âmbito nacional. Oposições políticas, opiniões públicas, construções e disputas de memória também permeiam o espaço de pesquisas acadêmicas no âmbito das ciências humanas.

Recentemente na nossa historiografia sobre o Regime Militar de 1964 no Brasil, uma dessas controvérsias sobre esse relevante tema de nossa história ganhou destaque uma tentativa de revisionismo. Essa vertente ganhou força a partir da hegemonia neoliberal na sociedade e do relativismo epistemológico dos centros universitários buscando criar uma nova visão interpretativa da História do Regime Militar do Brasil de 1964, representando uma "interpretação que relativiza as responsabilidades históricas pelo golpe de Estado e pela ditadura, em leitura que busca fundamentalmente corresponsabilizar a esquerda" (MELO, 2013, p. 61). Essa visão relativizadora do golpe e da ditadura contrapunha-se às leituras Marxistas que

priorizam as determinações econômico-estruturais e os condicionamentos de classe. Os pensadores revisionistas direcionam suas críticas ao Marxismo referindo-se que não se fixou na contraposição entre as hipóteses (teóricas) da determinação das estruturas econômico-sociais e a da autonomia do sistema político, mas na valorização do indivíduo e de sua subjetividade em oposição às leituras "tradicionais" (marxistas ou dos *Annales* dos anos 50 e 60) de cunho estrutural.

Nesse sentido, os historiadores da base teórica Marxista utilizam-se de interpretações críticas, calcadas numa tradição ligada ao Materialismo Histórico, para explicar o golpe de 1964 e a ditadura instaurada no país a partir do golpe, partem de uma visão de cunho estrutural. Assim, buscam explicações fundadas em conceitos como os de luta de classe, modo de produção, estrutura econômica ou estrutura social, para chegar a uma explicação da sociedade e seu funcionamento, numa perspectiva teórico-conceitual. Baseado na teoria política marxista, pois, esses sempre defenderam que em 1964 houve um golpe militar e que este, por sua vez, implantou uma ditadura militar com o apoio e o papel desempenhado pela burguesia, o latifúndio e o imperialismo Estadunidense. Estes são os mais propícios para explicar o regime político instaurado no Brasil a partir de 1964, através de uma explicação crítica dos fatos.

O primeiro intelectual de esquerda que problematizou o uso do termo golpe civil-militar, sendo o civil um componente classista, foi René Armand Dreifuss que formulou em sua tese de doutorado, publicada no Brasil com o título *1964: a conquista do Estado* (1981), na qual coloca o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, como articuladores da desestabilização do governo Goulart, com o apoio das Forças Armadas, assim ele trata do golpe como tendo sido de caráter “civil-militar” ou “empresarial-militar”.

Dreifuss defende o conceito de golpe empresarial-militar para se referir ao golpe de 1964 e ao regime ditatorial inaugurado por ele. Sem delongas, o Historiador Marxista deixa claro quais setores da sociedade civil ajudaram com o golpe, indicando uma comprovada atuação de frações empresariais, intelectuais orgânicos e tecnocratas a serviço do capital monopolista nacional e internacional que eram a favor de um projeto de classe específico, implementado de fato durante a ditadura, ou seja, um golpe e uma ditadura de classe.

Partindo dos pressupostos de Gramsci⁵ sobre as formas civis, Dreiffuss utiliza o conceito de sociedade civil que não figura como um espaço da liberdade, mas como um campo de lutas pela hegemonia onde se articulam interesses privados de natureza classista, como é o caso do próprio IPES e das entidades transnacionais analisadas e militares de organização do poder de classe, Dreiffuss descreveu, detalhadamente, as atividades das organizações empresariais IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, amparando-se em documentação que ele teria encontrado, casualmente, no Arquivo Nacional. O "complexo IPES/IBAD" teria funcionado como um "Estado-Maior da burguesia multinacional-associada que desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder". Para além de caracterizar a busca de liderança do processo político, a atuação dessas associações também indicou ao "bloco multinacional e associado"⁶ a necessidade de um golpe de Estado, já que tentativas anteriores de reforma dentro da lei haviam fracassado. Politicamente, às forças identificadas com os "interesses multinacionais e associadas" faltavam, "se não o apelo ideológico-programático, pelo menos a estrutura clientelista de apoio popular" (DREIFUSS, 1981, p. 146).

Dreifuss (1981) mostrou, em minúcias, que o "complexo IPES/IBAD" atuava de maneira bastante variada, em diversas frentes de atuação, mobilizando equipes multifuncionais, espraiando-se virtualmente por todo o país e amparando-se em recursos e financiamentos razoavelmente abundantes.

Tratava-se de uma ampla campanha de desestabilização. Assim, embora o bloco modernizante-conservador fosse incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira, ele, no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo. (Idem, 1981, p.259). Essa ação ideológica, entretanto, não seria

⁵ - No caso brasileiro, Dreiffuss discerne, em termos gramscianos, entre a solidariedade de interesses desse novo bloco econômico, consolidada em formas organizacionais básicas, e as formas de associação que representam um nível diretamente político-militar de uma consciência de classe dessa fração. O caso do complexo IPES/IBAD/ESG (Escola Superior de Guerra) é o dispositivo da elite orgânica mais central em 1964.

⁶ - O termo "multinacional-associado" é cunhado por Dreiffuss para descrever uma fração específica do capital que resulta do processo de associação entre capitais de origem forânea com capitais nativos, que se desenvolveu com ritmos diversos a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o modelo da corporação americana se difunde pelo mundo, com a hegemonia dos EUA.

suficiente para levar a uma troca de regime. Foi preciso construir uma rede de apoio dentro das Forças Armadas e, por essa razão, alguns dos mais destacados associados ao IPES e ao IBAD foram oficiais dos mais influentes na época. Segundo Dreifuss, o que se viu em 1964 não foi um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, mas a "culminância de um movimento civil-militar", sendo o civil não toda a sociedade, mas a classe dominante. (Idem, p.361).

Dessa forma, observamos que René Armand Dreifuss fazia uma leitura marxista clássica, defendendo a existência de um longo processo de luta política de um setor de classe, ou de um bloco de poder, pela implementação de seus interesses, conscientemente defendidos. Para Dreifuss, o golpe de 1964 e a ocupação do poder não foi um suposto "aparelho militar-burocrático" que tomou o poder, a despeito das classes dominantes, para que, afinal, pudesse fazer prevalecer os interesses dessas classes: na verdade o Estado teria sido diretamente reorganizado pela "elite orgânica"⁷ capitaneada pelo IPES.

Outro renomado teórico de base Marxista, Jacob Gorender (2014, p.66-67), fez no livro *Combate nas Trevas*, que via nas esquerdas uma ameaça às classes dirigentes da época e se referia ao golpe como sendo

A solução encontrada foi inédita na História do Brasil, porque logo depois do golpe de 64, a partir do Ato Institucional nº 1, tivemos a primeira ditadura militar brasileira (...). O Estado Novo não foi uma ditadura militar, mas civil. Getúlio Vargas encarnava, em sua pessoa, a liderança carismática própria do populismo. Exerceu um poder ditatorial apoiado nas Forças Armadas (...), mas isso não chegou a se caracterizar uma ditadura militar...No Brasil, o poder foi assumido, em 1964, pelas Forças Armadas, que institucionalizaram um processo de sucessão de presidentes da República escolhidos entre os pares do alto comando, de tal maneira que não houve lugar para caudilho militar.

Conforme observamos na citação de Jacob Gorender, ele afirma que a diferença entre a nossa ditadura e as ditaduras de países como Argentina e Uruguai – além da falta de caudilhos – foi a tentativa de manter uma fachada democrática, através da permanência do Congresso Nacional e de um partido de oposição consentido, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

⁷ A elite orgânica pode ser definida como o conjunto articulado de agentes político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe.

Jacob Gorender, também chama a atenção para o clima vivido no país que preparou de certa forma o terreno para a preparação do golpe militar. Elencando que o Brasil passava por uma grave crise econômica e social, decorrentes da industrialização acelerada durante o governo JK, desenvolvida através da alta da inflação e do aumento da dívida externa do país, ocasionando a crise do regime populista.

O historiador marxista Jacob Gorender, afirma que antes de 1964, o Brasil passava por uma situação pré-revolucionária, marcada por uma grave crise econômica confirmada por seus indicadores como; aumento inflacionário, desemprego, perda do poder de compra do proletário urbano, acrescentando um contexto internacional marcado pela Guerra Fria e por movimentos revolucionários ajudavam a criar um clima de acirramento e disputas ideológicas no país que acirrou os ânimos de efervescência popular.

Os anseios de alguns grupos populares e seus movimentos sociais por reformas que viessem a amenizar um pouco a situação dessas parcelas da sociedade (proletários urbanos, trabalhadores rurais, estudantes) se constituía como reivindicações democráticas concretizadas acima de tudo nas lutas pelas reformas de base e não movimentos revolucionários que questionavam o regime estabelecido. Porém, o clima de reivindicação democrática não era bem visto pela classe dominante que assustada partiu para a radicalização política e como respostas preparou o caminho do golpe de Estado em março de 1964.

Para o Historiador Marxista, Nelson Werneck Sodré, sobre o golpe e a Ditadura Brasileira afirma que: “As Forças Armadas tomam e instalam-se no poder, não cedendo às forças políticas que as manipularam. Há um significado novo, portanto, na forma de intervenção das Forças Armadas, que é o de manter as velhas estruturas que controlavam este país desde a época colonial”. (BUONICORE, 2019). Isto é, o golpe e a ditadura não eram socialmente neutros, pois serviam aos interesses de determinadas classes: a burguesia associada ao imperialismo e ao latifúndio. Ou seja, a classe burguesa e seus auxiliares.

Na história do Brasil republicano golpes e tentativas de golpes militares não eram novidades. “A forma dos golpes”, segundo Nelson W. Sodré, “é sempre a mesma: a ação preparatória da mídia, uma pregação intensiva, visando isolar as forças políticas progressistas e o coroamento por meio de uma intervenção militar do

tipo que vai e vem. Ou seja, as forças militares intervêm, depõem o detentor do poder naquele momento, asseguram a sua substituição e se retraem”. Em 1964, ao contrário do que ocorrera antes, os militares não voltaram aos quartéis e permaneceram no centro do poder político por mais de 20 anos. (BUONICORE, 2019).

Sobre a preparação e execução do Golpe de Estado no Brasil em 1964, a historiadora Kalina Vanderlei Silva; opina que;

Não é incomum também que no período de preparação os golpistas invistam na cooptação de aliados, de lideranças políticas e sociais. O golpe de 1964, no Brasil, pode ser tomado como exemplo em que os militares golpistas se preocuparam de antemão em construir alianças e conseguir apoio social antes do golpe, nesse caso, o apoio da Igreja e do empresariado. (Silva, 2009, p.175-6)

O novo regime político implantado no Brasil com o Golpe de 1964, atendia diretamente aos interesses da classe dominante do país, em especial aos de sua fração financeira. Com a ditadura foi possível sintonizar a economia nacional com a nova onda capitalista do mercado mundial, a fração financeira devido ao seu caráter mais dinâmico e internacionalizado, obtendo posições estratégicas no novo governo, pôde obter e preservar em suas mãos por um bom período de tempo a função “hegemônica”. Entretanto para o historiador Felipe Demier (2013, p. 216-217) em sua obra o Longo Bonapartismo brasileiro, afirma que a obtenção de uma verdadeira “hegemonia” por ela ou por qualquer outra fração da classe dominante brasileira seria mais uma vez adiada porque;

[...] o golpe de Estado, embora tenha sido gestado na sociedade civil (Ipes, Ibad, etc), foi também tramado e executado pelas forças armadas. E, no novo regime, seria a cúpula militar que, relativamente autonomizada em face das frações da classe dominante, deteria autocraticamente o poder político. Caberia a ela o papel de arbitragem política entre as frações burguesas e, ao mesmo tempo, a tarefa de calar o movimento operário e exterminar sua vanguarda (tudo isso em nome da “segurança nacional” e da “democracia” [...])

Portanto, o conceito de ditadura militar, pode não dizer tudo sobre o fenômeno que procura abarcar, a saber: “o regime que imperou no país entre 1964 e 1985, mas nos diz dele o que é fundamental”. (BUONICORE, 2019), em matéria da revista Retrato do Brasil tratando do poder militar, afirma que;

[...] não se instalou, no Brasil, apenas um governo militar, caracterizado pela origem castrense do presidente da República, nem passou a ocorrer somente a coexistência desequilibrada de um Executivo ‘forte’ com um Legislativo e um Judiciário fracos [...]. Muito mais que isso, houve um amplo e profundo processo de militarização do conjunto do Estado brasileiro. Houve antes de

mais nada a militarização do Executivo”. Continua o texto: “surgiram os ‘generais-ministros’ os ‘coronéis-ministros’, ocupando pastas estratégicas, tradicionalmente qualificadas como civis [...] (TOLEDO, 1994, *apud* BUONICORE, 2019).

Sendo assim, através da compreensão desse estudo usando o Método do Materialismo Histórico e Dialético, corroboramos com o pensamento de que o golpe de 1964 foi um golpe de classe, um golpe das elites brasileiras contra o projeto das classes trabalhadoras, em que os vencedores foram a burguesia Brasileira e seus auxiliares, e os derrotados foram o conjunto dos trabalhadores e seus aliados.

Com relação à crescente produção historiográfica no Brasil, sobre a configuração do golpe e seus desdobramentos, observamos o surgimento de uma nova fase da produção em que se destacam pensadores que buscam reinterpretar os acontecimentos antes e depois do golpe de 1964, através de uma tentativa de revisionismo. Essas reinterpretações sobre o golpe e o regime de Ditadura Militar instaurados após os acontecimentos de março de 1964, ganham destaque no cenário nacional a partir dos anos 90 do século XX, em um contexto marcado pelo domínio neoliberal e pela hegemonia do sistema capitalista e claro num contexto pós-colapso do bloco socialista da URSS e o fim da Guerra Fria.

Nesse sentido, vários historiadores influenciados pelo paradigma pós moderno e pela história cultural, buscam analisar o movimento político-militar que, em 1964, destituiu um presidente legítimo e deu início a um período de ditadura militar no Brasil (1964-1985), através de conceitos tais como: identidade, sensibilidade, representação, cultura política. Com isso ocorre uma desvalorização de conceitos como classe social, consciência de classe, modo de produção, luta de classes, base-superestrutura, essa vertente de pensamento busca interpretações que divergem das análises críticas sobre o golpe. É, portanto, a partir de uma visão que corrobora com ideologia hegemônica que os Historiadores revisionistas passam a escrever pesquisas que buscam oferecer novas interpretações para o tema, geralmente suavizando os conflitos e responsabilizando aquelas que foram as verdadeiras vítimas do golpe, “colocando a esquerda no “banco dos réus”, sendo desqualificada tanto em sua prática no período anterior ao golpe de 1964, quanto durante sua resistência ao regime.” (MELO, 2013, p. 62).

Dentro dessa nova produção historiográfica destacamos historiadores que defendem e seguem essa vertente, dentre eles Argelina Figueiredo, Jorge Ferreira, Carlos Fico, Daniel Arão Reis Filho, seus principais representantes.

O marco inicial da vertente revisionista sobre o golpe de 1964 se deu com a cientista política Argelina Figueiredo, com a obra *Democracia ou reforma? Alternativa democrática com a crise política (1961-1964)* de (1993). Uma visão relativizadora do golpe, propondo como explicação para tal fato sendo de um suposto “déficit democrático” na sociedade brasileira, de acordo com o qual, nos idos dos anos sessenta, tanto a direita quanto a esquerda seriam igualmente “golpistas” (Idem, 2013, p. 65).

Outro destacado defensor dessa vertente revisionista e fiel seguidor das ideias de Argelina Figueiredo foi o professor Jorge Ferreira que defendeu assim como a Cientista Política, que a explicação para o golpe de Estado estava centrado no suposto “déficit democrático”, usando e abusando da falácia de que a direita radicalizou como resposta a radicalização da esquerda e, assim, ambas são responsáveis pelo não apreço à democracia e pelo golpe militar.

Conforme o historiador Demian Bezerra de Melo, a explicação de Jorge Ferreira para o golpe está totalmente em sintonia com a abordagem de Argelina de Figueiredo, citada inúmeras vezes em seus trabalhos, em que;

[...] o golpe de Estado passa a ser explicado como resultante do processo de radicalização das esquerdas, que teriam adotado a “estratégia do confronto”. Enquanto isso, as direitas e todas as forças políticas e sociais que confluíram na frente golpistas em 1964 são apresentadas sempre como reagindo a radicalização das esquerdas, sendo recorrente a aparição de termos como direitas assustadas. (MELO, 2013, p. 63).

Portanto, esse tipo de narrativa revisionista, busca explicar o golpe de Estado colocando a direita como vítima da radicalização das esquerdas, e temerosas, teriam partido para o golpe. Ou seja, nessa interpretação era como se a direita tivesse dado o golpe porque a esquerda radicalizou o processo democrático. Isto é, o golpismo à esquerda é a principal característica deste revisionismo historiográfico.

Corroborando com a tese do “déficit democrático” o historiador Daniel Arão Reis, argumenta que ainda sob o regime de terror os “compromissos” da esquerda com a democracia não existia (já que estas queriam implantar uma ditadura). Assim, o pensador revisionista na sua narrativa busca desqualificar a esquerda armada como

parte de uma resistência a uma situação tirânica, ou seja, a Luta Armada Brasileira contra a ditadura empresarial-militar são questionáveis quanto às suas “convicções democráticas”.

Enquanto autores críticos como René Dreifuss defende a ideia de que o golpe de 1964 e a ditadura instaurada após o fato terem sido um golpe de classe e ainda defende o conceito de golpe empresarial-militar, autores revisionistas como Marco Vila e Daniel Aarão Reis, passaram a defender a ideia de que o golpe se caracterizava como civil-militar, ou seja, que o golpe teria sido produto de um amplo consenso civil de apoio aos militares.

O autor Daniel Aarão Reis Filho, utiliza a expressão “golpe civil-militar” para se referir à queda do poder de João Goulart e representa um reconhecimento do apoio de setores da população civil no golpe de 1964. O autor ainda defende que houve grande participação de civis no movimento que culminou no golpe de 1964 e, por isso, deve-se adotar a expressão “golpe civil-militar”. Conforme (MELO, 2013, p. 68) “depois de explicar o golpe através da afirmação de que a esquerda era “golpista” e “autoritária”, o que se passa a dizer agora é que também a “sociedade brasileira” foi cúmplice daquela ditadura”, isto é, mais uma falácia revisionista.

Os autores que partem de uma visão revisionista do Regime Militar assim como, o Historiador Carlos Fico, que compactua com a tese de que o golpe de 1964 foi “civil-militar”, elencando aqui o possível apoio popular ao Regime Militar de 1964, podendo ser visto dessa maneira pelo fato de concordar que ele foi articulado a partir das Forças Armadas juntamente com a elite e a sociedade civil, a exemplo da imprensa, da Igreja Católica e de políticos que apoiaram o golpe. Embora ele ressalte que, os papéis dos militares foram preponderantes desde o golpe propriamente dito. Porém, segundo Carlos Fico (2004, p.52)

[...] se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares”. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. “[...] Da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar.

Outro detalhe que os pensadores revisionistas usam nas suas abordagens é no tocante à cronologia, ou seja, às várias datas trabalhadas sobre o início e o fim do regime ditatorial: temos 1964-1979, essa é enfatizada por Daniel Aarão Reis (2012),

que afirma que “tornou-se lugar-comum denominar o regime político que existiu de 1964 a 1979 de ‘ditadura militar”. No livro publicado em 2000, denominado Ditadura militar, esquerda e sociedade, Daniel Arão Reis, propôs um novo marco para o fim da ditadura: o ano de 1979, em razão da revogação do AI-5 e da promulgação da Lei da Anistia. Ele levanta alguns argumentos para ratificar essa tese a exemplo do governo Geisel (1974-1979) que iniciou a transição para o regime democrático, e a revogação dos Atos Institucionais, no ano de 1979. Reis (2012), afirma que: “Entre 1979 e 1988, ainda não havia uma democracia plenamente constituída, mas é muito claro que já não existia uma ditadura”. Aqui Reis busca suavizar a ditadura brasileira como se ela tivesse sido um período bem mais curto e que 1979 teria ocorrido o seu fim. Sobre essas falácias revisionistas de Arão Reis, destacamos que embora para ele o fim da ditadura terminasse ao ser instituída a Lei da Anistia⁸, não podemos deixar de enfatizar que a transição democrática se deu a partir de um projeto que tinha como base ser lenta, gradual e segura, que no governo de Geisel, mortes, prisões e torturas, ainda ocorriam contra os militantes políticos nos porões da ditadura, e que até em meados de 1981 ocorriam atentados a bomba contra os grupos de esquerda.

O referencial teórico utilizado nesta pesquisa baseia-se no Método do Materialismo Histórico e Dialético. Através de uma explicação crítica dos fatos, buscamos compreender como ocorreram os conflitos de poder político no município de Junco do Seridó-PB, correspondente ao período (1962-1985). Entretanto, para análise e compreensão do predomínio político das oligarquias locais é relevante entender que além das disputas políticas-partidárias, as condições materiais que alimentavam esse cenário político estavam intrinsecamente relacionadas. Ou seja, precisamos analisar e compreender as questões estruturais, que estão diretamente relacionadas no jogo político, isto é, a questão sócio econômica e as relações sociais de produção.

Nesse processo de disputas pelo controle do poder no Município de Junco do Seridó-PB, não investigamos o aspecto político, econômico, social isoladamente, mas através de uma prática da luta política que se articula organicamente ao processo da

⁸ Lei de Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, anistiava pessoas que haviam cometido crimes eleitorais, políticos, com direitos políticos suspensos, servidores e militares do poder judiciário e legislativo, pessoas vinculadas ao poder público, dentre outras, entre o período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

luta de classes em suas diversas dimensões, política-ideológica, econômica-social sem, no entanto, deixar de lado suas peculiaridades e relativa autonomia diante da totalidade social. Isto é, os conflitos políticos não são apenas reflexos da dinâmica econômico-social ou de uma simples formação social, nem tão pouco resultado de diferentes concepções de normas sobre a forma do Estado (democracia x ditadura) e menos ainda referente apenas a dinâmica definida pelo processo eleitoral, pela disputa partidária ou pela ação dos chamados “políticos profissionais”. Pois se assim fosse conforme nos afirma David Maciel, em sua dissertação de mestrado “Democratização e manutenção da ordem na transição da ditadura militar à nova república (1974 - 1985)”. Diz-nos que;

Numa ponta cairíamos no “economicismo”, que tudo deriva do imperativo econômico, e na outra no “politicismo”, que entende a política como expressão específica do jogo realizado em determinados *loci* da arena da disputa política e da materialização dos chamados “interesses nacionais”, localizados acima das classes e dos interesses específicos. Na verdade, ambas as formulações negam a compreensão da realidade social, a partir da perspectiva da totalidade, e expressam uma concepção ideológica que sustenta o Estado Burguês como “Estado acima das classes”, representante de todo o Povo-Nação e não como instrumento da dominação social de determinada classe ou bloco de classes sobre o resto da sociedade. (MACIEL, 1999, p, 17).

Portanto, segundo Maciel (1999), esta concepção alimenta tanto uma dada compreensão da história política, como o próprio método de institucionalização do conflito político desencadeado pelo Estado burguês, em especial pelo Estado autocrático-burguês no Brasil.

1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa desenvolvida neste trabalho também foi estabelecida conforme a sua delimitação do período 1962 -1985. No entanto, não consideramos a pertinência do corte temporal comumente feito, desvinculando-se ao período anterior ao golpe de 64. Pois, se fez necessário esse recuo temporal para análise da trama das oligarquias na Região do Vale do Sabugi para compreendermos as suas influências nas disputas político-partidário de Junco do Seridó a partir de sua emancipação territorial e sua primeira eleição municipal em 1962. Como forma de compilar o trabalho, realizamos várias etapas durante a pesquisa documental, tais

como a leitura, o fichamento de texto e as análises da pesquisa bibliográfica para em seguida transcrever a redação inicial de cada capítulo. A pesquisa bibliográfica baseou-se em indicação de leitura referente ao tema e condizente com a historiografia produzida sobre o período em estudo, bem como as fontes bibliográficas referentes ao Município de Junco do Seridó-PB. Ao longo da pesquisa as anotações através de fichamento e análises serviram de base para o processo de redação dos capítulos que eram construídos cotidianamente.

As fontes de pesquisas utilizadas nesse trabalho se dividem em dois tipos de fontes: as bibliográficas que entendemos ser um apanhado geral sobre os principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema, e que podemos classifica-las em livros, monografias, documentos coletados em arquivos e jornais. E as fontes orais, que são realizadas em coletas de dados, questionários e visitação através de entrevistas. Esse procedimento foi realizado por meio de gravações e outras apenas cedidas em conversações informais contribuindo de forma relevante para que pudéssemos conhecer alguns personagens e fatos daquele período.

As entrevistas e memórias produzidas nesta pesquisa constituem-se em fontes importantes na medida em que revelam, muitas vezes, fatos e informações cujo conhecimento é limitado a círculos restritos de pessoas, participantes dos processos relatados. Portanto, segundo David Maciel (1999, p. 19), entrevistas são fontes relevantes, pois...

[...] este tipo de fonte é relevante para a obtenção de dados e informações que complementam o elenco de dados manipulados, especialmente por conta do caráter excessivamente exclusivista e elitista da prática política no Brasil, sempre legitimada como atividade de notáveis, mais ainda no período da Ditadura Militar. Também, para que se compreenda a articulação entre a intervenção dos indivíduos e grupos no processo histórico e a dinâmica social mais ampla.

No caso das entrevistas, memórias que usamos, elas são importantes porque revelam aspectos cruciais da dinâmica política no Município do Junco do Seridó ocorrida no período da ditadura militar. A escolha dos entrevistados deu-se particularmente devido à sua vivência e também em alguns casos a posição ocupada por eles dentro da esfera política partidária local, bem como, por sua relação com personagens que conviveram naquele período e, assim buscamos conhecer mais

detalhes sobre a vida política de um momento histórico juncoense pouco conhecido, e esparsamente, documentado. Tais entrevistas colaboraram sobremaneira para que pudéssemos conhecer alguns personagens e fatos daquele período em Junco do Seridó.

Entre as várias fontes utilizadas para a construção do trabalho, o autor fez usos dos depoimentos de dez moradores entrevistados, dentre elas estão; José Bezerra da Nóbrega, José Antônio da Nóbrega, Antônio Adelino Dantas, José do Nascimento, Martinho Alves da Nóbrega, Haroldo Balduino de Medeiros, Joselita Guedes Araújo Goes, Bento Coelho, João Telesforo da Nóbrega e Pedro Alves da Nóbrega Junior.

As entrevistas foram realizadas com a finalidade de checar e complementar dados e informações relativas sobre a vida política de um momento histórico Juncoense pouco conhecido. Além das entrevistas gravadas houve também conversas obtidas informalmente. Essas entrevistas, gravadas, e outras obtidas através de conversas informais colaboraram sobremaneira para que pudéssemos conhecer alguns personagens e fatos daquele período. Caracterizando-se como um recurso complementar no âmbito das fontes utilizadas.

A História Oral caracteriza-se como uma metodologia de pesquisa que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos invisíveis da história oficial e inseri-los dentro dela. Assim pretendo incorporar as versões dos moradores da Cidade de Junco do Seridó em busca de construir uma nova narrativa histórica, diferente da versão imposta pela visão oficial. Portanto, investigar os conflitos de poder político, no Município de Junco do Seridó-PB, durante o período de (1962-1985), a partir da visão de alguns de seus moradores, como é o nosso caso, torna-se interessante, pelo fato de buscarmos entender aquela conjuntura histórica e suas consequências políticas para o Município de Junco do Seridó.

Nesse sentido este trabalho torna-se relevante à medida que buscamos construir novas narrativas historiográficas, capazes de conformar uma história política e social por meio da História Oral. Assim, a pesquisa através da oralidade se constitui como novas abordagens, novas fontes – as entrevistas oportunas no diálogo com pessoas, levando a percepção da história de vida e das memórias de sujeitos anônimas e esquecidas pela historiografia oficial.

As narrativas pessoais são resultado de um trabalho rememorativo feito à luz do presente, a partir da relação estabelecida entre entrevistador e entrevistado, numa

dialética interativo em que os conteúdos da memória sejam evocados e organizados verbalmente – são tomados como objeto de estudo, o que significa dizer que elas não são reificadas, nem ignoradas ou tratadas como inverdades.

Por isso, ponto central importante quando se trabalha com a história oral se refere às entrevistas e forma como se colhe os relatos, vários autores da História Oral têm destacado a relevância da qualidade da relação que se constrói entre pesquisador e pesquisado. O sucesso das entrevistas inicia bem antes dela começar, quando é feita a preparação para sua realização quando ocorre o contato e um compartilhamento da realidade a ser enfocada entre pesquisador e o sujeito a ser entrevistado, nesse sentido E.P.Thompson,(1998, p. 254), considera que;

Há algumas qualidades que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles: capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar.

Na entrevista há sim uma troca de experiências e aproximação entre ouvinte e narrador, mesmo ambos tendo diferentes interesses em uma entrevista. Ao narrador interessa ouvir e registrar a narrativa, seu objeto de estudo, ao pesquisado interessa narrar aquilo que lhe é significativo. Entretanto, “entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido”. (BOSI, 1994, p. 90).

É relevante destacar também que um dos objetos mais estudados nas últimas décadas pelos historiadores foi a memória, tanto individual quanto coletiva, cujos mecanismos são fundantes para a construção das subjetividades das pessoas na qual se busca representar na escrita. Concernente à memória individual desses sujeitos, Fernando Cartroga, (2001, p. 16), afirma que ela [...]

[...] é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc.) em permanente construção devido à incessante mudança do presente em passado e às consequentes alterações ocorridas no campo das *representações* do pretérito...

Elemento fundamental ao trabalho que toma a metodologia da História Oral como princípio é a relevância da memória nesse processo de propor aos sujeitos a retomada do passado, mesmo que recente. A memória aqui é compreendida como

trabalho, tal como Bosi (1995) a define, isto é, o processo de rememoração exige daquela que recordar um refazer, exige uma recuperação do passado a partir do que foi vivido, até o mesmo presente. (ALVES, 2016, p. 5).

Dessa forma, Bosi acredita que a memória demanda uma reelaboração do presente para que possa ser evocada e assumida. Por essa razão também, a rememoração é tomada como uma situação de reflexão, de novas formulações sobre o narrado, possibilitando, com isso, a quem fala, uma oportunidade de refletir sobre si mesma. Assim a metodologia da História Oral toma o processo rememorativo como um elemento importante para se retomar o estudo de épocas passadas.

Portanto, a memória individual é construída, assim, a partir de um procedimento relacional com as memórias alheias, dito de outra forma, a memória, enquanto subjetividade, é construída na relação com o outro, com as coisas e com o mundo. Nesse sentido, não pode ser tomada como a representação da coletividade, mas, como uma perspectiva desse coletivo.

Com relação à História Oral e à memória, a Historiadora Verena Alberti ressalta que “o trabalho com a História Oral pode mostrar como a constituição de memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade”. (PINSKY, 2005, p. 167). Dessa forma, compreendemos que existe uma disputa em torno das memórias que prevaleceram em um grupo e que essa disputa é importante para se compreender a sociedade.

Observamos a importância da História Oral, na busca por uma metodologia de pesquisa onde se propõem ouvir, registrar e analisar as vozes dos sujeitos silenciados pela história oficial e inseri-los dentro dela, dando visibilidade e dizibilidade aos “invisíveis da sociedade”. Assim, a pesquisa através da oralidade se constitui como novas abordagens, novas fontes – os relatos orais oportunizam no diálogo com pessoas, captar a percepção da história de vida e das memórias de sujeitos anônimos e esquecidos pela Historiografia oficial.

Dessa forma, vemos que a oralidade se compõe como um campo rico e diversificado para novas abordagens na historiografia atual, o estudo através desse método, abre possibilidade para que a pesquisa gerada dê oportunidade às vozes anônimas e à construção de novos conhecimentos. Oportuniza a validação de um senso comum, na medida em que coleta depoimentos e dá espaço para as representações sociais.

Portanto, primar por uma metodologia de pesquisa onde se propõem ouvir e registrar as vozes dos sujeitos que estão às margens da história oficial e inseri-los dentro dela, dando visibilidade e dizibilidade a esses personagens invisíveis da sociedade é um desafio prazeroso. Sendo assim, as vozes da memória são essenciais para a produção de novas fontes históricas (orais), relevantes para a construção das fontes de informação e para a construção do saber histórico. (FUNARI, 2003).

Portanto, a escrita desse trabalho através do uso das fontes bibliográficas e das entrevistas foram realizadas numa perspectiva de cruzamento de informações, como estratégia metodológica.

Além das fontes já elencadas aqui, também consultamos fontes em jornais da época e revistas baseadas em material coletado em sites na internet. Destaca-se a consulta realizada nos jornais Folha de São Paulo e Jornal do Brasil. No entanto, infelizmente no município do Junco do Seridó, não existem jornais ou periódicos locais que pudessem servir de fontes para a nossa pesquisa. Com relação às fontes de jornais o historiador David Maciel (1999, p. 21), faz a ressalva que;

Embora as fontes de origem jornalística apresentem limites para a pesquisa histórica, porque o enfoque excessivamente voltado para o presente pode, muitas vezes, valorizar, demasiadamente, fatos e articulações que se revelam de menor importância no curso de um processo histórico, e por isso levar o historiador a erros graves de interpretação, mesmo assim, incluíram-se essas fontes nesse estudo.

Verificamos ainda, de maneira tão firme que nos causou diversas dificuldades, que a política Juncoense, assim como os seus políticos, não possui um registro sistemático de sua história. Esta dificuldade foi um dos maiores desafios desta pesquisa e esperamos que com ela possamos ter colaborado de alguma forma para a ampliação do conhecimento a respeito da História política deste município.

Destacamos também que a concretização de tais objetivos só nos foi possível após consultarmos as escassas fontes a que tivemos acesso, uma vez que inúmeras delas se perderam, por diversos motivos. Em visitas a Câmara Municipal de Vereadores em conversas que mantivemos, com a funcionária Maria Iaponira Batista, ela nos informou que infelizmente, muitos documentos, livros e papéis referentes a documentos da Câmara Municipal foram destruídos, conforme a mesma nos relatou que: “jogamos muitos livros fora porque foram destruídos pelos ratos, traças e o mofo, perdeu-se muita coisa e o que sobrou está aqui”.

Fazendo uma pequena contextualização iremos focar como ocorreram os conflitos de poder político entre os grupos oligárquicos Juncoenses e como esses grupos reinventaram o seu velho e eficiente sistema oligárquico para ditar as regras do jogo político partidário durante o período de dominação classista burguês vigente fosse esse regime democrático ou uma ditadura militar, no município de Junco do Seridó-PB. Este será o objeto deste trabalho. Com esta conjuntura político-institucional devemos considerar que no interior da Paraíba, no ano de 1966, existia um município, recém-criado e longe do epicentro de Brasília, sofreu suas primeiras consequências do golpe com as medidas impostas pela ditadura militar. O município foi alvo de uma Intervenção Federal.

O caso de Junco de Seridó é, para nós, curioso e instigante. Primeiro porque uma cidade recém-criada, no interior Paraibano longe dos grandes centros do país, sofreu as consequências com as medidas impostas pela institucionalidade da ditadura militar. Segundo, que conjunturas locais contribuíram para que um prefeito constitucional eleito pelo voto fosse afastado do cargo por um Decreto Presidencial?

No segundo capítulo analisamos a trama das oligarquias na Paraíba e no Vale do Sabugi (1945-1960). Neste capítulo fazemos uma apresentação inicial do município destacando seu: espaço geográfico, demográfico e processo histórico, em seguida fazemos uma análise para compreender a origem do poder oligárquico em Junco do Seridó, buscando encontrar e suas raízes históricas com o município de Santa Luzia do Sabugi e sua relação com a trama das oligarquias local e estadual no período entre (1945-1962), destacamos também como o processo de emancipação política foi marcado pelas disputas de poder entre os líderes partidário da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD) que através dos arranjo partidário disputaram no voto o controle do poder municipal através da eleição municipal de 1962. Analisamos também nesse capítulo a estreita relação entre o domínio político além do sistema político partidário, atreladas às relações materiais de produção econômicas e as relações sociais de trabalho, para compreendermos de onde se alimentava o poder das oligarquias Juncoenses.

O terceiro capítulo, Junco do Seridó-PB: em *estado de alerta*: o golpe de 1964 e seus desdobramentos: 1964/1966. Buscamos abordar as questões ligadas diretamente a política local a partir do contexto do golpe de 1964, destacando o ano de 1966, pois é nesse ano que as disputas Inter oligárquicas vão se intensificar e a

disputa pelo poder político vão além das regras eleitorais, isso foi possível graças as normas estabelecidas e moldadas pela institucionalização da ditadura que abria margem para interferir através das intervenções para reposicionar o município nas mãos de políticos ligados ao regime e seu partido. Nesse contexto, o ano de 1966 é marcado por eleições municipais regidas pelas regras do Ato Constitucional nº 2, que dentre outras medidas instituiu o bipartidarismo e como consequência dentre as regras impostas o Junco do Seridó, teve a nomeação de um interventor federal para a governar a cidade durante o mês de novembro, provocando todo um imbróglio nas disputas pelo poder local entre a classe dominante.

No quarto e último capítulo, a política oligárquica em Junco do Seridó nos tempos de ditadura militar (1966-1985). Faz-se uma análise das disputas política oligárquica no município no contexto da ditadura militar, enfocando fatos relevantes da política local em pleno período de Intervenção Federal no município traçando todo jogo político partidário realizado pelos grupos políticos que se reservaram no poder nas regras do regime militar que ao manter as normas democráticas, com as eleições as oligarquias locais disputavam o poder através do voto. Enfoca-se a utilização da sublegenda como estratégia de resolver descontentamentos e angariar lideranças para fortalecer o grupo político arenista na cidade do Junco do Seridó.

A partir dessa pesquisa, evidenciamos que a história política de Junco do Seridó não constitui um ponto isolado, e que compreender os acontecimentos políticos Juncoenses contribui para percebermos quão complexas foram as relações políticas no contexto que sobreveio ao golpe de 1964.

2 O PODER OLIGÁRQUICO NA PARAÍBA: O VALE DO SABUGI (1945- 1962).

2.1 CONHECENDO JUNCO DO SERIDÓ – PB: ESPAÇO GEOGRÁFICO, DEMOGRÁFICO E PROCESSO HISTÓRICO

O Município de Junco do Seridó situa-se na faixa intertropical entre as coordenadas geográficas: 06° 59' 49" S e 36° 42' 46" O. Sua extensão territorial corresponde a uma área de 170,4 km², estando situado a 265 km a oeste da capital do estado, João Pessoa, no acesso pela BR 230. Está localizado na porção centro Norte do Estado da Paraíba, na mesorregião da Borborema e na microrregião do Seridó Ocidental Paraibano. (Figura 1).

Figura 1 - Localização geográfica do município de Junco do Seridó - PB



Fonte: IBGE (2000)

O território do município de Junco do Seridó limita-se com quatro municípios paraibanos e um norte-rio-grandense, a saber: São José do Sabugi/PB e Equador/RN ao norte; Salgadinho/PB, ao sul; Tenório/PB e Assunção/PB, ao leste; e Santa Luzia/PB a oeste.

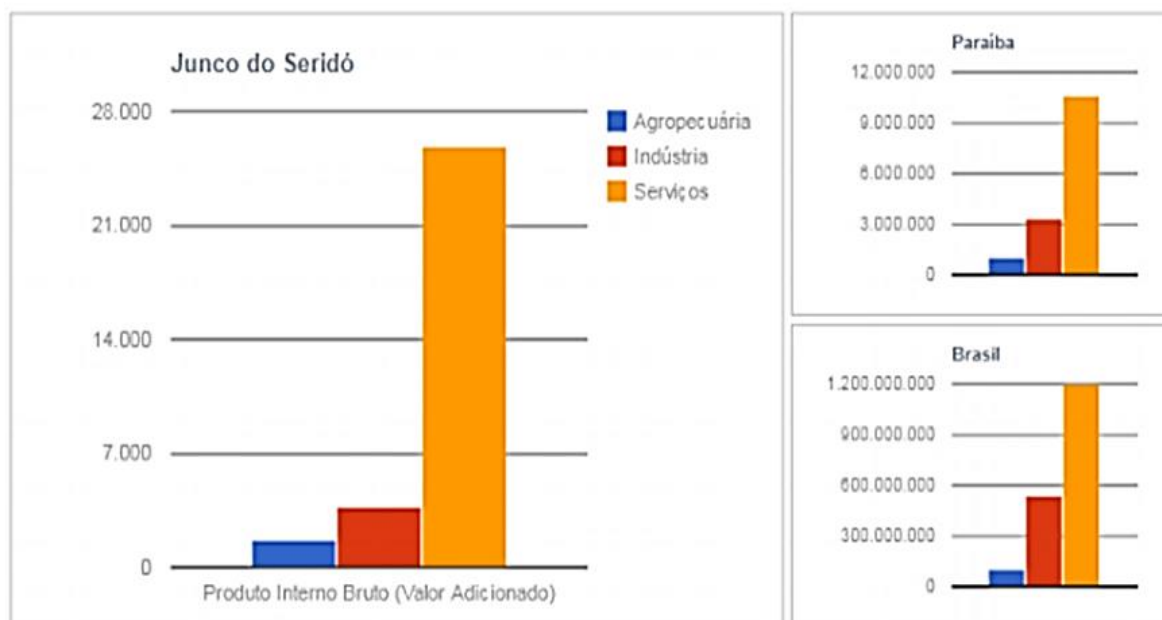
De acordo com o Censo Online do IBGE (2010), o referido município possui 6.643 habitantes: 4.369 residentes urbanos (65,76%) e 2.274 rurais (34,23%); com divisão de 3.308 homens (49,79%) e 3.335 mulheres (50,20%). Possui densidade

demográfica atual baixa de 39 hab./km² e índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.594.

O Junco do Seridó tem como principais localidades rurais: Bom Jesus (distrito), Serra de Santana, Noruega, Gatos, Malhada do Umbuzeiro, Exú, Carneira, Várzea da Carneira, Ramadinha, Tanque do Joaquim, Poço de Pedra, Unha de Gato e Aldeia. Em que pese à estabilidade climática, ensejando condições propícias para o cultivo de culturas olerícolas e frutíferas, a maior parte da economia do município está voltada para a mineração, principalmente da extração e beneficiamento do quartzito e do caulim, caracterizando-se como os seus dois principais sustentáculos econômicos.

Na agricultura com resultados modestos, aparecem as plantações de feijão, milho, mandioca e algodão, voltados para a subsistência. Na pecuária sobressai-se a criação de bovinos e na avicultura a criação de galináceos com produção de ovos. Uma característica comum que se encontra nos campos agrícolas do Município de Junco do Seridó é a combinação dos cultivos de subsistência com a criação do gado, bem como se encontra também o cultivo de alguns produtos para fins comerciais.

Gráfico 1 - O PIB de Junco do Seridó em 2010



Fonte: IBGE e SUFRAMA (2010)

O valor do rendimento nominal mediano mensal *per capita* dos domicílios particulares não alcança os 250 reais, seja nos domicílios rurais ou urbanos. Parcela significativa desse rendimento é oriunda da mineração e parte da população está

direta ou indiretamente envolvida em algum dos setores dessa atividade, influenciado diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

O Município de Junco do Seridó apresenta um IDHM de 0,617, classificado como baixo. Em relação ao PIB, o Censo de 2010 informa que é de R\$ 22.172,851 mil, proporcionando um índice *per capita* de R\$ 3.326,76, com destaque no setor de serviços, acompanhando o perfil nacional (IBGE, 2010). O principal suporte da economia atualmente é a mineração, principalmente a do caulim. Porém, segundo dados do IBGE, a economia do município apresenta no setor primário uma maior participação (50 a 75%), seguindo-se o setor secundário com participação de 20 a 40% e, com menor participação, o setor terciário (5 a 25%).

O povoamento territorial de Junco do Seridó teve início no final do século XIX, na fazenda “Unha de Gato”⁹, que ficava localizada a um quilômetro da atual sede, de propriedade da família Balduino Guedes¹⁰. Dedicando-se à agricultura e à pecuária, o lugar “prosperou” como centro de paragem para os tropeiros e boiadeiros que se deslocavam do sertão ao litoral e para aqueles que perfaziam o caminho inverso. Sua origem também está interligada com o surgimento das comunidades rurais como Malhada do Umbuzeiro¹¹, Distrito de Bom Jesus, Serra de Santana, Exu, Comunidade da Carneira, entre outras.

O Nome Chorão, como foi batizado o lugar em seus primórdios, segundo a tradição oral, veio da fonte de água doce, conhecida por muitos como "mela bico" onde, na época das chuvas, a água escorria das fendas das pedras do serrote formado por quartzito e outros minerais. À sombra da velha gameleira, hoje doente,

⁹ Unha de Gato: Parte da anatomia felina que permanece escondida, sendo mostrada em momentos de ataque e de defesa. A unha do gato tem a forma curvada, de uma curvatura, talvez isso justifique a peculiaridade do nome da fazenda, visto que se encontrava em uma curva muito fechada, dando a impressão de uma unha.

¹⁰ A família Balduino Guedes é originária do Rio Grande do Norte, onde tinham residência fixa na fazenda denominada Pedras Pretas, no município de Equador-RN. (FERREIRA, 2003, p. 39).

¹¹ Localizada às margens da BR 230, há aproximadamente 7 km da Sede do município de Junco do Seridó – PB, a Fazenda Malhada do Umbuzeiro é o berço de uma tradicional família. E teve suas origens com seus patriarcas o Capitão Justino Alves da Nóbrega e seu primogênito, Martinho Alves da Nóbrega que chegaram a esse local há mais de um século, fixaram residência e criaram as bases de uma das mais tradicionais famílias da região do Vale do Sabugi: os Nóbrega da Malhada.

mas ainda viva, o lugar serviu de pousada para os viajantes tropeiros que se deslocavam do Sertão da Paraíba para o Cariri, Brejo e Litoral. Segundo a historiadora Ferreira; (2003, p. 39 apud CUNHA, 2006, p. 30)

No ano de 1922, começou a construção da estrada que liga Campina Grande a Patos e vice-versa, o que é, atualmente, a BR 230. Neste mesmo ano, realizou-se a primeira feira do município, a *Feira dos Cassacos*, nome pelo qual eram conhecidos os trabalhadores da obra.

Figura 2 – Vista total da Cidade. Em destaque a Fazenda “Unha de Gato” (círculo branco) e a sede de Junco em 1931 (círculo vermelho)



Fonte: (CUNHA, 2006, p. 31)

A povoação, que hoje é a sede do Município, (figura 2) foi fundada por volta de 1931 quando da construção da residência de Manoel Balduino, filho de Balduino Guedes. Chegaram também nesta época as famílias Nóbrega, Pereira, Cabral de Oliveira, Medeiros, Santos, Cunha, Araújo, Santana, Coelho, Ferreira, Donato e outras.

Em 1938, o povoado foi elevado à condição administrativa de distrito, fazendo parte do município de Santa Luzia. Em 1949 foi assinado pela Assembleia Legislativa da Paraíba a criação da Vila de Junco do Seridó (PRODER, 1997, p. 9).

No ano de 1961, pela Lei nº 2.680 de 22 de dezembro de 1961, foi criado o Município de Junco do Seridó sendo oficializada sua instalação em 1º de janeiro de 1962. Em 20 de junho de 1980, pela Lei nº 4.156, foi criado o Distrito de Bom Jesus, que fica a cerca de 18 (dezoito) quilômetros da sede.

O topônimo Junco vem de uma planta aquática encontrada na região chamada Junco – planta inclusive utilizada pelos egípcios, na Antiguidade. Seridó pelo fato do Município encontrar-se na microrregião do Seridó Ocidental Paraibano.

2.2 A TRAMA DAS OLIGARQUIAS NA PARAÍBA (1945-1964)

O fim da Era Vargas em 1945 traz consigo um período democrático, pois chegava ao fim o regime ditatorial, denominado de Estado Novo, iniciando um dos primeiros momentos em que, muito mais que na República Velha, o voto teve impacto relevante na organização da política nacional em virtude da sua ampliação. Entretanto, a tropa da elite nacional que estava à frente do governo e controlando as ações desse jogo, não deixou que a participação popular nesse jogo democrático fosse aquém do que poderia se considerar o limite seguro para que ela, a classe dominante, continuasse a angariar e a manter cada vez mais poder no cenário político, conforme afirma Fausto (1998, p. 288).

As oposições vencedoras a 29 de outubro de 1945 representavam elites econômicas e oligarquias regionais afastadas do poder em 1930, ou que o tinham sido durante o Estado Novo, e não tinham interesse algum em realizarem qualquer transformação de peso, que viesse a permitir a real participação das massas populares no processo de decisões políticas.

O período que vai de 1945-1964 herdou um legado do Estado Novo, marcado pelo autoritarismo, perseguição, truculência e por uma violência física e simbólica do aparelho de Estado, bem como, pelos padrões clientelistas na organização da administração pública e da participação no poder do Estado dos setores agrários, embora que não mais tivesse aquele poder de antes. Tais heranças mostram como frágil era nossa nova democracia e alguns desses legados são fundamentais para que em 1964 ocorresse o golpe de Estado. As elites políticas brasileiras se utilizavam de um discurso populista, em que prática e teoria caminhavam em separado, ou seja, a democracia era limitada e a prática era marcada por um comportamento paternalista

e autoritário. Esse tipo de comportamento é justificado pela Constituição de 1946 onde os pontos centrais de um Estado Autoritário de Direito são preservados, conforme nos informa a historiadora Monique Cittadino (1998, p.28) apud SILVA, (2016, p.102)

A restauração democrática de 1945, não produziu uma substituição radical dos grupos no poder, embora exigisse uma reformulação político-institucional. Desse modo, se em 1945 foi deposto o presidente Vargas, na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo”.

Mesmo com as mudanças de regime, as maneiras de se fazer política durante quase todo o século XX não se distinguem de forma tão enfática em relação aos dois séculos anteriores, diríamos apenas que em alguns casos chegaram apenas a trocar a roupagem, mas o corpo que dava sustentação a este poder era o mesmo, principalmente nas cidades do interior, não apenas no Nordeste, mas em todo o Brasil, com algumas variações de intensidade destas práticas intercalando-se durante o século. No contexto paraibano, encontramos vários aspectos de práticas políticas que podemos caracterizar como sistemas considerados oligárquicos. Encontramos estas práticas dentro do próprio Coronelismo, uma hierarquização do poder sobre os subalternos. A política paraibana foi construída em cima dessa posse e desse comando das famílias influentes. João Agripino enquanto um expoente político em nível estadual aparece mais nitidamente em fins da década de 1950, juntamente com Pedro Gondim. “Ambos estavam ocupando, gradativamente, o lugar de velhas lideranças políticas estaduais, quase que incontestes em nossa política paraibana.” (SILVA, 2016).

Entre 1930 a 1964, a política partidária na Paraíba, girou em torno de três nomes principais que,

Em aliança de dois contra um – revezando-se –, ditavam as regras do jogo político partidário: José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo e Rui Carneiro. E a partir do posicionamento político destes chefes políticos estaduais, a política local de cada município paraibano se organizou em torno dos partidos – PSD, UDN, PTB, PL –, não por suas ideologias partidárias, mas sim, por afinidades personalistas, clientelistas e mandonistas que ditavam os apoios políticos. (CITTADINO, 1998, p. 25-66).

Com a queda do Estado Novo, outras heranças presentes no cenário político nacional são as práticas coronelistas, ainda existentes. Elas não desaparecem completamente. A política exercida pelos interventores foi um modelo político que forneceu meios para que traços fortes do coronelismo continuassem a existir, mas também oportunidades para que outros comesçassem a predominar. É por meio dos partidos e através deles, que a política clientelista tem o seu livre funcionamento. Nesse contexto, Souza (1983, p, 35) apud Silva (2016, p. 108) afirma que:

[...] Deixamos de ver o “clientelismo” como uma característica específica da política brasileira, ou mesmo de um “estágio” de desenvolvimento, para enfocá-lo como uma modalidade de controle sobre recursos políticos e de sua utilização por organizações políticas (no caso, partidos) que desta forma procuram gerar poder para si próprias e se consolidar como instituições.

Percebe-se que estes partidos que estavam se formando e se consolidando entre 1945-1964, buscaram controlar as classes populares pela política clientelista (relações de poder) e não às conquistar a partir da ideologia partidária. E mesmo que um partido obedeça a uma ideologia definida, Blondel (1994, p. 117) nos diz que “a amizade é um fator poderoso”. Seguindo essa mesma reflexão, Souza (1983, p. 335-36) comenta:

Essencial, portanto, é que o grau em que os partidos brasileiros do período 1945-1964, indistintamente, se alimentam do clientelismo e fazem dele uma estratégia de aquisição, consolidação de poder pode ser tomado como indicador dos obstáculos à institucionalização do sistema partidário como um todo.

Sobre as lideranças locais paraibanas, convém considerar a afirmação de Blondel, (1994, p. 155) quando afirma que “os chefes políticos nasceram antes dos partidos. Sua existência de fato é muito antiga, e sobre ela veio colocar-se a nova organização”. Ou seja, a nova organização simplesmente deu um nome a uma situação antiga.

As práticas dos políticos podem variar segundo as circunstâncias e as intenções daqueles que estão no poder, de quem está no controle do programa partidário. Segundo o que ele afirma, podemos compreender que as práticas clientelistas citadas por Souza (1983) são necessárias para a reprodução do poder político, pois quem está no controle do poder estatal, não consegue priorizar outra forma de governar que não seja essa. Governar segundo ideologias partidárias, torna-

se incompreensível em uma sociedade, cuja base coronelista era muito forte – não partia da cúpula, mas partia da base que a formava, por isso refletia nela. Portanto, torna-se compreensível, mas não justificável, que os partidos formados na sociedade brasileira, pouco se apresentem como partidos ideológicos e com programas bem definidos, e sim, com relações clientelistas entre o Estado e os governantes.

Ao se pensar em um programa partidário, durante a formação dos dois primeiros partidos em 1945 – PSD e UDN – se pensa no que a população gostaria de ouvir de um partido pelo qual ela esperava que a representasse, mesmo sem entender, de fato, qual seria a função primordial de um partido.

Em relação à reorganização das oligarquias no processo de redemocratização após a Era Vargas, a Historiadora Eliete Gurjão, (1994, p.166) esclarece que:

Com o fim da ditadura de Vargas, no bojo de nova conjuntura nacional e internacional impunha, entretanto, a reorganização das forças políticas que a sustentavam. Por conseguinte, as oligarquias locais se reorganizam e ressurgiram no cenário político nacional oriundos da redemocratização.

Os contornos da política estatal paraibana estiveram assentados no incontestado apoio ao ordenamento político proposto por Getúlio Vargas. O sistema de intervenção, adotado para reproduzir a centralização política nos estados, foi amplamente consolidado na Paraíba, de modo a construir o ordenamento político nas bases da sustentação política do então presidente Vargas (SANTOS NETO, 2014). Tais conformações intervencionistas produziram, de forma ainda mais seletiva, os “homens do poder” José Américo de Almeida – então Ministro de Viação e Obras Públicas do Governo Vargas, Anthenor Navarro (1930-1932), Gratuliano de Brito (1932-1935), Argemiro de Figueiredo (1935-1940), Rui Carneiro (1940-1945) – interventores paraibanos; todos estes, consolidaram as prerrogativas de constituição de uma elite do poder assentada nas bases de uma cultura bacharelesca e agrária, de formação superior e apadrinhando outros nomes com ascensão política no Estado.

Muito além dessa conformação letrada, a tradição das elites políticas paraibanas têm sido aquela ligada à terra, à propriedade rural, como esteio da formação da classe política estadual, mesmo que tenha se estabelecido uma cultura urbana, as relações de poder ainda estavam presas às tradições do mundo rural e do patrimonialismo estatal.

No caso da Paraíba essa formação político/partidária não se faz diferente do que acontece em nível nacional. Rui Carneiro, que fora nomeado interventor por Getúlio Vargas em 1940, funda no Estado Paraibano o PSD que agrega os líderes políticos que tinham afinidade ao Governo Varguista, mas acima de tudo reúne os que têm afinidades políticas com o próprio Rui Carneiro. Já a UDN na Paraíba foi fundada por José Américo – que viu sua chance de ser eleito presidente se esvaír com o golpe do Estado Novo em 1937, mas que fazia parte da base de apoio durante a tomada de poder do Estado Nacional por Getúlio Vargas em 1930, sendo nomeado por ele Ministro de Viação e Obras Públicas –, e Argemiro de Figueiredo – que fora nomeado Interventor Federal em 1937. Dadas estas informações, e lembrando que mesmo de forma minoritária a esquerda também estava presente no jogo político, verificamos o que Souza (1983) havia nos dito sobre a conformação partidária em nível nacional: dois partidos dentro de uma estrutura política que congrega duas direitas. Unidos durante bom tempo do governo Vargas, oposição durante o Estado Novo, o condicionamento histórico da redemocratização acabaria por unir novamente José Américo e Argemiro de Figueiredo em uma única agremiação, desta vez, na UDN que surgiu no cenário nacional de uma gama de opositores da ditadura varguista. Para Monique Cittadino; (1998, p.29-30):

A UDN na Paraíba, ao unir em uma mesma sigla partidário José Américo e Argemiro de Figueiredo, pode conter por um lado, com a participação das lideranças políticas que permaneciam vinculadas ao primeiro, sobretudo devido, além disso, a importância nacional do seu nome era fundamental para a nova agremiação, finalmente, a sua posição como intelectual consagrado tendia a atrair elementos da Classe média urbana e de profissionais Liberais. Por outro lado, contar com as oligarquias políticas remanescentes da máquina estatal montada. Por Argemiro e que não havia sido desmontada pela interventoria de Rui Carneiro os grupos oligarcas afastados do poder quando da deposição de Argemiro a ele permaneceram fiéis [...].

Esse partido da UDN se constituía também de pessoas que ficaram de fora da máquina estatal, surgida em 1930, além de famílias vinculadas à agroindústria canavieira-algodoeira-pecuária tornando-se, assim, um partido ligado às oligarquias agrárias, com tendência a concentrar forças no sertão, sendo suas características voltadas para o conservadorismo e o autoritarismo.

Já o PSD, fundado em 1945, originou-se da linha direita da máquina estatal, montada durante o Estado Novo, portanto criado por Vargas. Por isso, estava

umbilicalmente ligado aos quadros dirigentes e foi construído no Estado pelo próprio interventor. Esse partido se constituiu de funcionários públicos e de políticos mais ligados aos setores urbanos, dessa forma, sua força se concentrava no litoral, embora também tivesse base assentada no latifúndio. No tocante, a outros partidos como o PTB, que foi criado por Vargas, nele agremiaram-se as forças operárias e o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que almejavam mudanças estruturais na política nacional, mas, no entanto, não conseguiram espaço diante das forças oligárquicas locais.

Entretanto, com as realizações das eleições de 1945, diferentemente do que aconteceu no resto do país com a vitória do PSD demonstrando a força populista criada por Vargas, na Paraíba ocorreu o contrário, a vitória foi da UDN, graças à coalizão das forças dos dois maiores nomes da política paraibana nos anos trinta, José Américo e Argemiro de Figueiredo. Assegurando, dessa forma, o domínio na Paraíba nas mãos das oligarquias agrárias.

Outra característica presente no período (1945-1964), diz respeito à polarização partidária. A UDN e o PSD elegeram todos os deputados na legislatura de 1945. Resultado do contexto político recém-saído do Estado Novo e da conjuntura, ainda sob a influência de Getúlio Vargas, que fundou o PSD como esteio político e eleitoral. Contudo na Paraíba, os dois partidos tinham muito mais semelhanças estruturais, que diferenças, como ressaltou Pedro Gondim: (1978, p. 26, apud Santos e Neto, 2017, p, 7).

É preciso que não se enfatize muito essa diferença estrutural entre PSD e UDN. Para sermos mais realistas, há essa diferença, mas não é abismal. Na verdade, a UDN tinha aquele sentido e aquele conteúdo [do conservadorismo]; e o PSD, por protestar contra isso, ia também se tornando de compromissos, contrariando os compromissos e outra ordem, mas na origem propriamente dita há em ambos os partidos o sentido do meio rural, sendo a linha do PSD essa linha mais descontraída e mais sensível ao problema geral.

Conforme Santos Neto (2017, p. 7-8), “se a ideia do conservadorismo estava marcadamente colocada para a UDN, essa lógica conservadora trouxe em seu esteio a tradição agrária e oligárquica para dentro do partido”. Os coronéis exerceram, nesta conjuntura política de 1945 a 1964, uma influência absoluta sobre a política local, mas, não significou uma influência apenas com base nos redutos de poder local – nos moldes da Primeira República. As conformações partidárias acomodaram seus

quadros de modo a não abandonarem a tradição oligarquizada e, ao mesmo tempo adequaram-se à estrutura político-partidária ao eixo de formação de uma elite letrada, formada e que pudesse exercer uma influência, também, a partir do seu lugar de formação – o “doutor”. Da mesma forma que essas conformações foram colocadas no contexto de 1945 a 1964, elas se desenrolam posteriormente nos pleitos eleitorais subsequentes na Paraíba.

2.3 O PODER OLIGÁRQUICO NA REGIÃO DO VALE DO SABUGI¹² (1945-1962)

A bibliografia local não é abundante sobre esse período e também são raros os estudos sobre a vida política de um momento histórico de Santa Luzia pouco conhecido e espaçadamente documentado que alcançam circulação significativa e, menor ainda, são as pesquisas acadêmicas que são veiculadas através de publicações, sobretudo, em livros. A baixa circulação do conhecimento produzido a respeito da região diminui a possibilidade de acesso às informações sobre localização de fontes, por exemplo. O campo de discussão entre os autores se torna muito restrito, quase endógeno ou inexistente, e isto é um aspecto negativo. No entanto, mesmo diante das dificuldades da pesquisa encontramos algumas poucas fontes bibliográficas que nos servem de referência para a compreensão dessa parte da História Santaluziense com destaque para as possíveis ligações das oligarquias locais do período 1945-1964, em suas raízes com o século XIX, para mostrar que seu predomínio político e econômico vem de longa data.

No Período compreendido de 1945 até 1964, o Município de Santa Luzia do Sabugi esteve sob o domínio das oligarquias compostas pela posse e comando de tradicionais famílias influentes; Nóbrega, Machado, Medeiros, Morais, Bento, Dantas entre outras, sob o comando de suas principais lideranças, de ideologia conservadora. Essas oligarquias, assim, como outras, nomeou a crescente massa de funcionários, “elegeu” os prefeitos municipais, usando como meio o eficiente sistema de laços de compadrios e clientelismo a que estavam submetidos os eleitores daquela época,

¹² Em termos originais, "sabuji" vem da língua indígena eça-ponji e significa "olho d'água rumoroso". O nome Vale do Sabugi, situado na encosta da [Cordilheira da Borborema](#), é um corte geográfico formado pelo Municípios de Santa Luzia, São Mamede, Junco do Seridó, São José do Sabugi e Várzea.

subjugados ao domínio dos “coronéis”. Além de manter sob seus domínios o povo trabalhador do campo que era cada vez mais explorado e submetido às políticas assistencialistas do governo e dos proprietários que ofereciam e davam míseros vales, cestas básicas, caridade, para explorar essa mão de obra nas obras contra a seca.

Nessa região sertaneja do Estado o coronelismo era uma marca enraizada e estruturada, montadas sob padrões de dominação que estabeleceram relações próprias e diferenciadas de produção, onde o mandonismo local se regeu pela marca da cultura agropastoril, baseada na dominação pessoal, no compadrio, na dependência direta do trabalhador ao fazendeiro permitindo maior flexibilidade nas relações de dominação-submissão, legitimando mais facilmente o poderio dos fazendeiros. (GURJÃO, 2020, p,73).

Nas bases econômicas agrárias destacamos a cultura do algodão como um fator importante que reforçou o poder político das oligarquias do Vale do Sabugi. O algodão representava o principal produto da economia local destacando-se enquanto ciclo de produção. Entretanto, sua base de produção foi fortemente marcada pela reprodução das relações não capitalistas, acarretando a submissão dos trabalhadores rurais às velhas e eficientes estruturas coronelistas. Essa base de subordinação dos trabalhadores rurais aos grandes fazendeiros, demonstrava como rígido era o controle dos coronéis ao homem trabalhador do campo que era preso aos laços de compadrio e clientelismo, conforme afirma Gurjão (2020, p. 259) “isolados, não tiveram oportunidades de evoluir sua consciência de classe.” Com isso, estruturava-se os fundamentos do mandonismo local e reproduzia-se as tradicionais relações sociais de produção.

No comando político da região do Vale do Sabugi, a classe dominante, através de suas frações divididas em tradicionais oligarquias supracitadas e suas lideranças, em um novo contexto político-partidário que vai de 1945 até 1964 se reuniram em torno dos dois principais partidos da época: a UDN e o PSD. Assim consolidaram as prerrogativas perpetuação de uma elite do poder assentada nas bases de uma tradicional economia agrária de comerciantes, em alguns casos de formação superior e apadrinhando outros nomes com ascensão política local. Sobre a reordenação das forças políticas estaduais e das oligarquias locais e sua organização partidária no período de redemocratização, Gurjão (2020, p. 260) nos diz que

As táticas e estratégias dos partidos políticos dominantes revelam que, não obstante sua nova forma, seu conteúdo reproduziu o tradicional esquema

político-partidário em que se fundaram e se consolidaram as oligarquias locais neles inseridas.

Corroborando com a citação de Eliete Gurjão e observando o quadro 1, sobre os prefeitos eleitos de Santa Luzia do Sabugi entre 1947 até 1963, observamos a predominância do poder da classe dominante reproduzida na alternância dos dois principais partidos políticos da direita conservadora a UDN e o PSD. Essa predominância está diretamente ligada ao fator econômico relacionado à sua base de produção vinculada à lavoura algodoeira e à criação da pecuária, reproduzindo na estrutura oligárquica coronelista de dominação.

Quadro 1 - Perfil dos prefeitos eleitos em Santa Luzia do Sabugi de 1947-1963.

PREFEITO	ANO	PARTIDO	ATIVIDADE ECONOMICA
Aristarco da Silva Machado	1947	UDN	Fazendeiro
Manuel Erico de Medeiros	1951	PL-PSD	Fazendeiro
Euclides Ribeiro	1955	PSD	Fazendeiro
Inácio Bento de Moraes	1959	UDN	Fazendeiro
José Ney Cavalcanti de Araújo	1963	PSD	Médico

Fonte: Adaptado pelo autor, Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. (2020)

Faz-se pertinente nesse estudo, traçamos uma trajetória política entre o período de 1945 a 1964 no Município de Santa Luzia do Sabugi, para mostrar que embora tenha ocorrido alguma configuração de alterações em sua conformação político/partidária, sua estrutura político/econômica constatou-se mais permanências que mudanças.

Em Santa Luzia do Sabugi, nas eleições de 1945 a vitória foi da UDN, legitimada pelo apoio local à coalizão das forças dos dois maiores nomes da política paraibana nos anos 1930, José Américo e Argemiro de Figueiredo, refletindo no cenário municipal, o poder desses chefes políticos estaduais, conforme mostra os dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba em 1945, no município de Santa Luzia do Sabugi, o candidato a presidente mais votado foi Eduardo Gomes(UDN) com;1660 votos, representando um total de, 56,25 %, de 3.006 de votos apurados. Para o

Senado os dois nomes mais votados também foram da (UDN), Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro Filho (UDN) com 1655 votos, 28,23 % e Wergniaud Wanderlei (UDN) 1645, 28,06 % dos votos apurados de um total apurado de 5918. Já para a Câmara Federal o nome do deputado mais bem votado foi de Ernani Ayres Sátiro e Sousa (UDN), com 1336. 45,55 % dos votos de um total apurado de 5918. Ficou demonstrado a supremacia do grupo político vinculado aos quadros da UDN local em consonância com a redefinição político-partidária em âmbito estadual. Apesar da força política UDN, essas eleições demonstraram também que a classe dominante estava representada como segunda força política, através do Partido Social Democrático (PSD), mesmo não tendo êxito na campanha estava ali rivalizando e lutando por espaço no poder político local. Com menos espaço nesse contexto, porém, presente no jogo político no contexto da redemocratização destacamos o Partido Comunista do Brasil (PCB), e o Partido Democrata Cristão (PDC), que foram votados no Município de Santa Luzia, demonstrando que mesmo num patamar de desigualdade a resistência às velhas e tradicionais forças políticas oligárquicas estavam presentes principalmente na esquerda com o PCB.

No ano de 1947 foram realizadas três eleições na Paraíba, sendo uma geral, uma suplementar e uma municipal. Em 19 de janeiro de 1947 realizaram-se eleições para Governador, Senador, Suplente de Senador e Deputado Estadual. Os Suplentes de Senadores eleitos eram escolhidos tendo ligação com o Senador eleito, como: Carlos Pessoa, suplente de José Américo, Antônio Pereira Diniz, suplente de Wergniaud Wanderley e Eptácio Pessoa C. de Albuquerque, suplente de Adalberto Ribeiro. Em Santa Luzia do Sabugi, essas eleições demonstraram mais uma vez a força política da União Democrática Nacional (UDN), como fica evidente com a eleição de José Américo de Almeida (UDN). Obteve; 2696 votos, 100,00 % de um total apurado de 2696. Para governador o predomínio se repete com a vitória de Osvaldo Trigueiro de A. Melo (UDN), com 1760, 54,00 % votantes de um total apurado de 3.259, para o cargo de Deputado Estadual o mais votado foi Francisco Seráfico da Nóbrega Filho (UDN) com; 1595 votos, 49,95 % dos votos válidos, em um total apurado de 3203. Nessa eleição, destacamos também as resistências às forças oligárquicas locais à votação de candidatos oriundos do Partido Comunista do Brasil (PC DO B). Com destaque para Felix Sousa Araújo, que obteve 7 votos, representando um total de 0,22 %, dos votos apurados.

Nessa eleição, destacamos a presença de candidatos filhos da terra que pleitearam uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado e obtiveram maioria dos votos na cidade, como foi o caso de Francisco Seráfico da Nóbrega Filho (UDN), Advogado e proprietário rural. Foi o mais votado no município e foi eleito no âmbito estadual. Já o segundo lugar mais votado no município foi o de Silvino Cabral da Nóbrega (PSD), não eleito. Porém, esse resultado mostra a disputa acirrada desses oligarcas locais por um assento na Assembleia, defendendo os interesses da classe dominante de seu grupo político na cidade de Santa Luzia do Sabugi.

Com referência aos Deputados Estaduais votados em Santa Luzia e eleitos em 1947 para compor a Assembleia Legislativa, nos remete a uma configuração elitista e letrada dos parlamentares predominantemente, Médicos e Advogados, num geral total, constituem a formação dos quadros, ao passo em que, as atividades desenvolvidas por esses deputados estiveram concentradas nas profissões liberais e no poder agrário. Essas conformações reforçam a ideia de uma elite política, cuja base de legitimação esteve assentada na cultura letrada e na formação do “doutor”, porém o Historiador Raimundo Faoro, chama a atenção para a força da tradição agrária na política paraibana, afirmando assim que;

Muito além dessa conformação letrada, a tradição das elites políticas paraibana tem sido àquela ligada a terra, a propriedade rural, como esteio da formação da classe política estadual, mesmo que tenha se estabelecido uma cultura urbana, as relações de poder ainda estão presas às tradições do mundo rural e do patrimonialismo estatal (FAORO, 2001, apud SANTOS e NETO, 2017, p, 7).

Em 12/10/1947 realizaram-se Eleições Municipais para Prefeito, Vice-prefeito e Vereador em todos os municípios do Estado. Em Santa Luzia a força política vinculada a UDN obteve maioria esmagadora elegendo o Prefeito, Vice-prefeito e todos os Vereadores vinculados a essa agremiação. Nessa eleição um fato que chamou atenção, foi a candidatura única para o cargo de prefeito e vice prefeito respectivamente, sendo o único nome na disputa o de Jovino Machado e a vice o de Aristarco Machado, demonstrando a força política da oligarquia dos Nóbrega vinculado a UDN, em Santa Luzia, nesse período, conforme destaca os quadros 2,3 e 4;

Quadro 2 - Eleições 1947 - Resultado Municipal Cargo: Prefeito: Santa Luzia

Candidato a Prefeito	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
Aristarco da Silva Machado	UDN	1.696	100,00 %	Eleito
Votos Nulos		0		
Votos Brancos		0		
Total apurado		1.696		

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE-PB - (2020)

Quadro 3 - Eleições 1947 - Cargo Vice-Prefeito: Santa Luzia

Candidato a Vice-Prefeito	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
Jovino Machado da Nóbrega	UDN	1.827	100%	Eleito
Votos nulos		0		
Votos brancos		0		
Total apurados		1.827		

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE-PB -(2020)

Quadro 4 - Eleições 1947 - Resultado Municipal Cargo: Vereador: Santa Luzia

Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
Francisco Antônio da Nóbrega	UDN	440	27,95 %	Eleito
Francisco Cabral de Oliveira ¹³	UDN	258	16,39 %	Eleito
Manuel Malet da Nóbrega	UDN	226	14,36 %	Eleito
Odon Pereira de Souto	UDN	195	12,39 %	Eleito
Antônio Luiz de Lima	UDN	165	10,48 %	Eleito
Fernando Fernandes da Nóbrega	UDN	147	9,34 %	Não Eleito
Pedro Avelino de Lucena	UDN	143	9,09 %	Não Eleito
Votos Nulos		66		
Votos Brancos		0		
Total apurado		1.640		

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. (2020)

Nas eleições de 1947, no Município de Santa Luzia do Sabugi, ficou evidente a força política local do grupo vinculada à UDN, sob a liderança de Jovino Machado da Nóbrega (UDN), e com reflexo da coalizão das forças dos dois maiores nomes da

¹³ Francisco Cabral de Oliveira, foi o primeiro comerciante do Junco do Seridó. Consta como um dos primeiros integrantes que idealizaram para a fundação de uma povoação fundada em 1931, que depois viria a ser a cidade de Junco do Seridó. Homem de posses, comerciante e político dos quadros da UDN e depois ARENA. Foi vereador eleito em 1947, onde exerceu seu cargo por um mandato na cidade de Santa Luzia do Sabugi, representando os interesses de seu grupo político no distrito de Junco. Após a emancipação política do município juncoense seu Cabral como era conhecido tornou-se uma das principais lideranças política do novo município com muito influencia na cidade de Junco do Seridó, onde residia com sua família.

Política Paraibana nos anos 1930, José Américo e Argemiro de Figueiredo que com o processo de redemocratização do país, reorganizaram suas bases de apoio no estado da Paraíba, fortalecendo e reagrupando suas bases oligárquicas nos partidos nacionais oriundos da redemocratização, constituíram segundo Gurjão (2020, p.260)

[...] a polarização das forças oligárquicas concentraram-se, a partir de então, na U.D.N e P.S.D. diferentemente do conjunto do país, cuja vitória coube ao segundo, paraíba, a coligação das forças americanistas e argemiristas favoreceu a primeira.

Na eleição para o Legislativo Municipal de Santa Luzia do Sabugi, um fato que chama a atenção é o de que todos os candidatos às vagas na Câmara Municipal foram apenas de um único partido a UDN, destacamos também nesta eleição, o nome do comerciante Francisco Cabral de Oliveira, eleito vereador representante de seu grupo político do recém-criado distrito de Junco do Seridó, em 1938.

Em 04/11/1950 realizaram-se eleições para senador e suplente-senador, deputado federal, deputado estadual e presidente, em todos os municípios do Estado. Nessa eleição podemos observar que a UDN, em Santa Luzia do Sabugi começou a perder sua hegemonia local, ao passo que via seu principal adversário cada vez mais se fortalecendo, isso demonstra o dinamismo do jogo político nesse período. Enquanto no país as eleições de 1950 elegeram Getúlio Vargas (PTB-PST) Presidente, em âmbito local o candidato mais votado foi o Brigadeiro Eduardo Gomes da coligação UDN/PRP/PDC/PL, com uma votação de 2.492 o que representou 52,05 % dos votos válidos, com um total apurado de 4.788, com um eleitorado de 5.766, conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - (TRE).

No âmbito estadual, as eleições de 1950 são marcadas pelo rompimento das duas maiores lideranças políticas no Estado pós 1945, José Américo e Argemiro de Figueiredo. A força daquele foi demonstrada com sua eleição no Estado e a maioria da preferência dos eleitores em Santa Luzia do Sabugi. A adesão de José Américo aos quadros do PSD influenciou também o fortalecimento da política local, pois seus apoiadores saíram fortalecidos e encaminharam a vitória das eleições municipais em 1951, fato que ajudou a quebrar a hegemonia da UDN no âmbito local. Essa virada do Partido Social Democrático teve início com a vitória para governo de José Américo de Almeida (PSD), com uma votação local de 2.576, representando 53,23% dos votos válidos e 4.839 dos votos apurados para um eleitorado de 5.766. O início da virada do

Pessedista também foi confirmado com a vitória do Senador Ruy Carneiro (PSD) que obteve 2.542 votos representando 52,99% do eleitorado de Santa Luzia do Sabugi. Conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – (TER). No tocante a votação para deputado estadual, a União Democrática Nacional demonstrou que não tinha perdido a guerra política e acenava sua força no nome do candidato representante local e líder do grupo político Francisco Seráfico da Nóbrega Filho (UDN), que obteve o primeiro lugar na votação local com 2.096 votos representando 43,97% dos votos válidos e eleito em nível estadual assegurando seu assento na Assembleia Legislativa.

Analisando as eleições que transcorreram entre os anos 1950-1951, notamos nas votações no município de Santa Luzia do Sabugi, uma mudança nos quadros políticos da classe dominante com a queda na hegemonia da UDN e o início do fortalecimento do PSD local. Em 1950, por exemplo, nas eleições gerais, o Senador mais votado em Santa Luzia do Sabugi, foi do PSD. Já os deputados, tanto federais como estaduais, houve coligações onde nos dois setores a maioria tendeu à vitória da coligação da CDP - Coligação Democrática Cristã. Entretanto, destacamos que o deputado estadual mais votado pela segunda vez seguida, foi Francisco Seráfico da Nóbrega Filho, (UDN), demonstrando que seu grupo político no município não estava totalmente derrotado.

Em 12/08/1951 realizaram-se Eleições Municipais para Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores em todos os municípios do Estado. Em Santa Luzia do Sabugi, as eleições locais seguiram os ares de mudanças ocorridas no cenário nacional e estadual, onde o PSD, saiu fortalecido e vitorioso nesses pleitos. O Prefeito eleito no município em 1951 foi Manuel Erico de Medeiros (PL-PSD), obtendo uma votação de 1.944 votos, o vice-prefeito eleito foi Euclides Ribeiro (PL-PSD), com maioria de 761 votos. Entretanto, observamos que essas eleições confirmaram, em Santa Luzia do Sabugi, o que já se se anunciava desde as eleições de 1950, a derrocada da UDN e a chegada ao poder do grupo político vinculado a José Américo de Almeida em âmbito estadual e como consequência a vitória dos candidatos ao executivo municipal vinculados aos quadros do PSD local, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5 - Eleições 1951 - Resultado Municipal Cargo: Prefeito

Candidato a Prefeito	Partido/Coligação	Votação	%Validos	Situação
Manuel Erico de Medeiros	PL-PSD	1.944	47,55 %	Eleito
Luiz dos Santos Oliveira	UDN	1.505	36,82 %	Não Eleito
José Ferreira Junior	PTB	639	15,63 %	Não Eleito
Votos Nulos		63		
Votos Brancos		95		
Total apurado		4.246		
Eleitorado		5.766		
Abstenção		1.520		

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - (2020)

Quadro 6 – ELEIÇÕES 1951 - Resultado Municipal Cargo: Vice-Prefeito

Candidato	Partido/Coligação	Votação	%Validos	Situação
Euclides Ribeiro	PL-PSD	2.074	51,80 %	Sem Registro Histórico
Inacio Bento de Moraes	UDN	1.313	32,79 %	Sem Registro Histórico
Solon da Silva Machado	PTB	617	15,41 %	Sem Registro Histórico
Votos Nulos		63		
Votos Brancos		179		
Total apurado		4.246		
Eleitorado		5.766		
Abstenção		1.520	26,36 %	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - (2020)

Quadro 7 - Eleições 1955 - Resultado Municipal Cargo: Vereador: Santa Luzia

Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
Teodoro Napoleão Bezerra ¹⁴	UDN	441	11,78 %	Sem Registro Histórico
Francisco Ricarte Dantas	PSD	417	11,13 %	Sem Registro Histórico
Jonata Ferreira Tavares ¹⁵	PSD	334	8,92 %	Sem Registro Histórico
Ascendino Simplicio	PSD	315	8,41 %	Sem Registro ...
Mario Primo de Araújo	PSD	297	7,93 %	Sem Registro Histórico
João Jorge de Araújo	PSD	296	7,90 %	Sem Registro Histórico
Luiz dos Santos Oliveira	UDN	245	6,54 %	Sem Registro Histórico
Pedro Avelino de Lucena	UDN	215	5,74 %	Sem Registro Histórico
Joacir Medeiros	UDN	186	4,97 %	Sem Registro Histórico
Agostinho Hermes de Medeiros	PSD	186	4,97 %	Sem Registro Histórico
Hindemburgo Nunes de Figueiredo	UDN	181	4,83 %	Sem Registro Histórico
Francisco Soares Lopes	PSD	163	4,35 %	Sem Registro Histórico
Francisco Cirilo Dantas	PSD	141	3,77 %	Sem Registro Histórico
Hermes de Medeiros Dantas	UDN	131	3,50 %	Sem Registro Histórico
Eliziaro Etelvino da Nóbrega	UDN	83	2,22 %	Sem Registro Histórico
João Virgolino da Silva	PSD	43	1,15 %	Sem Registro Histórico
Odon Pereira de Souto	UDN	39	1,04 %	Sem Registro Histórico
José Pereira de Andrade	PL	32	0,85 %	Sem Registro Histórico
Total apurado		3.745		
Eleitorado		7.708		
Abstenção		3.963	51,41 %	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - (2020)

¹⁴ Teodoro Napoleão Bezerra, era um fazendeiro pertencente de famílias conservadoras e tradicionais de Junco do Seridó e Santa Luzia do Sabugi, seu pai foi José Gambarra um militante político dos tradicionais quadros da UDN local. Portanto, além da indicação do seu correligionário e amigo Francisco Cabral de Oliveira, Teodoro Napoleão surgia no cenário político local credenciado pela prestígio de seu próprio pai. Em 1961, quando foi criado o município do Junco do Seridó, Teodoro Napoleão foi nomeado pelo Governador do Estado, Pedro Gondim, Interventor Municipal. Em 1976 foi eleito prefeito constitucional do Junco do Seridó, governando o município até 1982.

¹⁵ Jonatas Ferreira Tavares, oriundo da tradicional família Ferreira, era residente na comunidade da fazenda Catolé, hoje localizada no Município de Assunção. Destacou-se por suas atividades de fazendeiro era um homem de posses, se tornou um chefe político muito influente na região do Vale do Sabugi, na década de 1930 foi vereador e chegou a ser Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Luzia do Sabugi. Em 1962 foi eleito o Primeiro Prefeito Constitucional de Junco do Seridó – PB, onde governou essa cidade por dois mandatos. Sendo o primeiro em (1962 -1966) e o segundo (1969-1972).

Em 1958, realizaram-se eleições para Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. Em Santa Luzia do Sabugi, nessa eleição observamos a vitória esmagadora dos candidatos do PSD com o candidato Ruy Carneiro que obteve uma votação local de 2.524 votos, um total de 51,05% dos votos válidos derrotando o poderoso José Américo de Almeida (UDN), que obteve 2.420 votos. De fato, o PSD em Santa Luzia do Sabugi, nessa eleição ditou as regras do jogo político local desbancando a hegemonia Udenista no município e fortalecendo o outro lado da classe dominante local, mostrando como eram dinâmicos as disputas políticas locais e o revezamento da classe dominante na luta pelo poder.

Além da vitória do candidato do PSD para o senado, obtiveram também a maioria para deputados federais, sendo Jader da Silva Medeiros (PSD), com 2.670 votos, 53,29% dos votos válidos, o mais votado no município, no entanto, não foi eleito, no geral. Também, lideraram os quadros de deputado estadual fazendo o mais votado em âmbito local, Napoleão Abdon (PSD), 2.120 votos representando um percentual de 41,99 % dos votos válidos, também não conseguiu se eleger no Estado para a Assembleia. Destaque nessa eleição foi para Francisco Seráfico da Nóbrega Filho, eleito para o terceiro mandato, só que nessa eleição concorreu pela (CNL) – Coligação Nacionalista Libertadora. Obteve 1.954 votos, obtendo um total de 41,99% dos votos válidos, de um universo de 5.492 eleitores, no município de Santa Luzia do Sabugi, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - (TRE).

Em 02/08/1959 realizaram-se eleições para Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores em todo o Estado da Paraíba. Em Santa Luzia do Sabugi, a eleição de 1959, mostrou mais vez o dinamismo da política local, se em 1958 um ano antes nas eleições para Senador, Deputado Estadual e Federal a hegemonia foi do PSD, agora quem ditou o ritmo foram os Udenistas sobre a liderança do oligarca Inácio Bento de Moraes, que venceu as eleições para Prefeito, o Vice-prefeito eleito foi o Médico Kirval de Araújo Gorgônio. Assim ficou evidente a força política do grupo vinculado a UDN no município, bem como sua capacidade dinâmica de adaptação aos rumos da política coronelística oligárquica. A partir da eleição do Prefeito Inácio Bento de Moraes, dar-

se-á início à supremacia de mais uma família oligárquica na região do vale do sabugi, a família Bento e Moraes, que se faz presente e atuante nessa região até os dias atuais.

Quadro 8 - Eleições 1959 - Resultado Cargo: Prefeito: Santa Luzia.

Candidato a prefeito	Partido/Coligação	Votação	%Validos	Situação
Inácio Bento de Moraes	UDN	1.658	53,55%	Eleito
Mário Pergentino de Araújo	PSD	1.438	46,45%	Não Eleito
Total apurado		3.096		
Eleitorado		5.519		
Abstenção		2.423	43,9%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE) - (2020)

Quadro 9 - Eleição 1959 – Resultado Cargo: de Vice prefeito: Santa Luzia

Candidato a Vice-Prefeito	Partido / Coligação	Votação	%Validos	Situação
Kival de Araújo Gorgônio	UDN	1.791	58,28%	Eleito
Manuel Cavalcanti Sobrinho	PSD	1.282	41,72%	Não Eleito
Total apurado		3.073		
Eleitorado		5.519		
Abstenção		2.446	44,32%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. (2020)

Quadro 10 - Eleições 1959 - Resultado Estadual por Município Cargo: Vereador

Candidato	Partido/Coligação	Votação	%Validos	Situação
Jonata Ferreira Tavares	PSD	361	11,46 %	Eleito
João Jorge de Araújo	PSD	329	10,44 %	Eleito
Francisco Ricarte Dantas	PSD	313	9,93 %	Eleito
Teodoro Napoleão Bezerra	UDN	238	7,55 %	Eleito
Luiz dos Santos Oliveira	UDN	224	7,11 %	Eleito
Ascendino Simplício	PSD	217	6,89 %	Eleito
Antônio Ferreira Coutinho	UDN	202	6,41 %	Eleito
Ernani da Veiga Pessoa	UDN	194	6,16 %	SemRegist ro Histórico
Heráclito Liberalino da Nóbrega	UDN	176	5,59 %	SemRegist ro Histórico
Pedro Avelino de Lucena	UDN	168	5,33 %	Suplent e
Isauro Coelho	UDN	157	4,98 %	Suplent e
Eurídice Rocha de França	PSD	124	3,94 %	Suplent e
Belmiro Joviano de Medeiros	PSD	124	3,94 %	Suplent e
Maria Celina de Medeiros	UDN	122	3,87 %	Suplent e
Hermes de Medeiros Dantas	UDN	78	2,48 %	Suplent e
Francisco Paulino de Araújo	PSD	59	1,87 %	Suplent e
Etelvold Cabral	PSD	56	1,78 %	Suplent e
Nilson Araújo	PSD	9	0,29 %	Suplent e
Total apurado		3.151		
Eleitorado		5.519		
Abstenção		2.368	42,91 %	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. (2020)

Observando os dados dos quadros 8 e 9, referentes às Eleições Municipais de 1959, no Município de Santa Luzia do Sabugi, vamos constatar que houve um fortalecimento do grupo político da UDN, pois conseguiu eleger os candidatos para os cargos do executivo. Entretanto, com relação ao poder legislativo, a vitória coube aos membros do PSD, com a eleição de quatro dos sete vereadores para a Câmara Municipal. Sendo o candidato Jonatas Ferreira Tavares (PSD) o vereador mais votado nesse pleito. Já o vereador Teodoro Napoleão (UDN), foi o mais votado na sua legenda. Entretanto, tanto esse como aquele, se despediram, com esse mandato, da política de Santa Luzia, pois a partir das eleições de 1962, trilharam outros caminhos e o destino levou os dois políticos às disputas desta vez para o novo município recém emancipado em 1961, Junco do Seridó¹⁶.

Dessa forma ao analisar a política do Vale do Sabugi, especificamente Santa Luzia do Sabugi e o Junco do Seridó, observamos que as disputas políticas partidárias que ocorrem entre 1945 a 1960, se deram em torno de práticas políticas variadas, mesclando, práticas ligadas ao mandonismo, clientelismo, dentro de uma democracia frágil e submissa. O que vai definir que prática política usar é o ator a quem se dirige no jogo pelo poder. E, portanto, é por meio de tantas práticas políticas distintas, mas que confluem entre si e coabitam em um mesmo espaço, local, estadual, e nacional, que temos a presença de várias práticas políticas disputando entre si em constante movimento, com suas permanências e mudanças, resultam é um único objetivo, a sede do poder político.

Quando o Junco do Seridó, conseguiu sua emancipação política deixando de ser território distrital de Santa Luzia do Sabugi em 1961, alguns personagens políticos que já atuavam na Câmara Municipal de Santa Luzia, tomaram a dianteira do processo político partidário e logo se confrontam na busca do poder do jovem município paraibano. Dentre essas lideranças estavam Jonatas Ferreira Tavares (PSD), Francisco Cabral de Oliveira (UDN) e Teodoro Napoleão (UDN), protagonizaram as principais disputas pelo poder político local, lideraram os principais grupos políticos da classe dominante através do sistema partidário no município do Junco do Seridó. Eles são, portanto, atores relevantes na trama das oligarquias e suas disputas acirradas

¹⁶ No dia 22 de dezembro de 1961 o Município de Junco do Seridó –PB, foi criado pela lei 2.680 e instalado em Janeiro de 1962. Sancionada pelo Governador Pedro Moreno Godim.

pelo poder no jovem município de Junco do Seridó, ao romperem o cordão umbilical de sua antiga sede Santa Luzia do Sabugi, levaram consigo as antigas rivalidades, conchavos, amizades e inimizades nas disputas pelo poder local. Essas oligarquias readaptam-se às novas realidades, reproduziram tradicionais esquemas políticos, redefiniram seu velho e eficiente sistema oligárquico. Criaram uma metamorfose, usando de novas roupagens e readaptando fácil as novas situações, compondo-se de acordo com seus próprios interesses criaram várias facetas para assegurar sua estrutura de poder, como um caráter mutante rivaliza-se e concilia-se quando o tema é o domínio do poder local, pouco importando se o jogo era travado em um regime democrático ou durante o período da ditadura militar instaurado no país em 1964.

2.4 DO PERÍODO EMANCIPATÓRIO DO JUNCO DO SERIDÓ-PB, AS ELEIÇÕES DE 1962

Pela Lei nº 2.680 de 22 de dezembro de 1961, foi criado o Município de Junco do Seridó. Sua instalação foi oficializada em 1º de janeiro de 1962. O movimento por sua emancipação distrital de Santa Luzia do Sabugi foi liderada em âmbito local por líderes políticos vinculados ao partido da União Democrática Nacional (UDN), com destaque para o comerciante Francisco Cabral (UDN), e o Fazendeiro e Vereador Teodoro Napoleão Bezerra (UDN), com o apoio do Deputado Estadual Francisco Seráfico da Nóbrega Filho e o aval do então Governador do Estado na época Pedro Moreno Gondim (UDN). Evidenciando dessa forma, o prestígio e o poder político do grupo vinculado aos quadros da UDN em nível estadual e na região do Vale do Sabugi.

O processo de emancipação política de Junco do Seridó, se insere em um contexto marcado pela criação de municípios, elevando territórios distritais à condição de unidades locais de governo, se constituindo como uma prática política recorrente na história republicana, sendo os anos de 1950 e 1960 aqueles em que essa iniciativa é mais destacável. Nesse período, a Paraíba apresentou a mais expressiva fragmentação municipal dentre todos os estados do país que serviram à reprodução de territórios de poder. Sobre esse processo Bezerra (2016, p.5), afirma que;

[...] As emancipações, ao mesmo tempo em que fragmentaram os limites municipais, ao reorganizá-los, serviram à reprodução de territórios de poder. Merecem relevância os candidatos que foram eleitos para o

executivo, ao migrarem da condição de vice-prefeito para prefeito ou transitarem da prefeitura do antigo para a do novo município.

Embora muitas localidades em que os primeiros prefeitos eleitos haviam, igualmente, participado da gestão dos antigos municípios-sede. No caso do Junco do Seridó, o processo de liderança do movimento foi feito por líderes locais que tinham sua representação na Câmara Municipal de Santa Luzia do Sabugi. Foram as lideranças locais vinculadas à UDN que atuaram na emancipação, por meio das quais o Território Distrital do Junco do Seridó fosse elevado à condição de território municipal e com isso, mantivesse o poder do novo território nas mãos das velhas lideranças Udenista que nesse período era liderada pelo Prefeito Inácio Bento de Moraes (UDN).

Nesse curso, o Prefeito de Santa Luzia do Sabugi e as lideranças distritais locais se constituem como importantes atores da cena compartimentadora, compondo a elite política local. A seu modo, fomentaram as emancipações, que foram efetivadas por intermédio de projetos de lei aprovados na Assembleia Legislativa (ALPB) e sancionados pelo governo estadual. Dessa forma, esses outros atores igualmente são compostos no campo da elite política que viabilizou as emancipações, sendo inscritos na esfera estadual. Bezerra (2016, p.6).

Portanto, essas elites participaram dos dividendos eleitorais produzidos pela iniciativa emancipadora: com esta, o território distrital emancipado realizou-se como norma, à medida que foi regulado como unidade de governo, realizando-se também como recurso, uma vez que, por seu conteúdo institucional, serviu à reprodução política de espaços de poder. (Idem, 2016, p,6).

No caso do Junco do Seridó, essa reprodução se deu através da entrega do poder nas mãos do grupo udenista que ganharam de “presente” do governador a nomeação do interventor Teodoro Napoleão Bezerra (UDN), a administração do novo município por um período de um ano até a eleição para a escolha do primeiro prefeito constitucional ocorrida em 07 de outubro de 1962. O grupo Udenista de Junco do Seridó, esteve uma grande possibilidade em suas mãos para ditar os rumos do poder político no município.

A política no Junco do Seridó, nos anos anteriores ao golpe de 1964 é relatada por diversas vezes como uma disputa entre chefes políticos locais divididos em dois grupos políticos partidários. Notórios, dentre os demais personagens Juncoense, estavam alguns antagonistas que já traziam suas desavenças políticas desde a época que o Junco do Seridó era Território Distrital de Santa Luzia do Sabugi.

Os chefes políticos são considerados, por diversos motivos, os divisores da política em nível local, uma vez que criaram uma polaridade entre dois grupos, enquadrando-se de acordo com os interesses próprios. Essa política era baseada na reprodução de velhas tradições oligarcas mesclando certa normas do mandonismo, clientelismo, apadrinhamento, assistencialismo e curral eleitoral, ou seja, práticas políticas que tinha suas raízes lá na República Velha e que vigora, com algum grau de reconfiguração, até os dias de hoje, principalmente nas cidades do interior do Brasil.

Os personagens políticos, Jonatas Ferreira Tavares (PSD), Teodoro Napoleão Bezerra (UDN), Francisco Cabral (UDN), Antônio Bernardo (PSD), Avelino Alves (PSD), Otacílio José de Medeiros (UDN), dentre outros relevantes nomes, protagonizaram as principais disputas pelo poder político local, lideraram os principais grupos políticos da classe dominante através do sistema partidário no Município do Junco do Seridó. Eles são, portanto, atores relevantes na trama das oligarquias e suas disputas acirradas pelo poder no jovem Município de Junco do Seridó, e ao romperem o cordão umbilical de sua antiga sede Santa Luzia do Sabugi, levaram consigo as antigas rivalidades, conchavos, amizades e inimizades nas disputas pelo poder local. Essas oligarquias adaptaram-se às novas realidades, reproduziram tradicionais esquemas políticos, redefiniram seu velho e eficiente sistema oligárquico coronelístico. Criando uma metamorfose, usando de novas roupagens se readaptam fácil a novas situações, compondo-se de acordo com seus próprios interesses criaram várias facetas para assegurar sua estrutura de poder, como um caráter mutante rivaliza-se e concilia-se quando o tema é o domínio do poder local, pouco importava nesse jogo qual o regime vigorava, pois as oligarquias dialogavam com o sistema imposto e não tinham embate ideológico com o regime de governo estabelecido, para elas o que importava era influência absoluta sobre a política local, com objetivo de conquistar e conservar o poder.

A partir de 1962, no campo político, com exceção do PTB, foi expressiva a participação do PSD e da UDN na vida política do Município de Junco do Seridó -PB, onde, mesmo extintos, em pleno bipartidarismo encabeçado pelo MDB e pela ARENA, continuaram exercendo sua influência política, através da força construída por seus líderes, durante duas décadas, como veremos a seguir.

Antes do golpe militar de 1964, a política em Junco do Seridó, era fortemente marcada pelo funcionamento dos partidos cuja atuação no município se deu antes do golpe militar de 1964, isto é, PSD, UDN e, com pouca representatividade do PTB. “A conquista e conservação do poder sempre foi o atributo indispensável para caracterizar o partido político” (BENEVIDES, 1981, p.157). Cada partido dirigiu suas ações em Junco do Seridó, com o objetivo de formar líderes políticos influentes, fortes e capazes de permanecerem no poder por tempo indeterminado.

Na recente história do nosso período de redemocratização é nítida e relevante a participação do PSD, UDN e PTB na história e na política brasileira enriquecedora, e ao mesmo tempo, repleta de conflitos, motivados não só pelo programa de cada um, mas também por causa do jogo de interesses. Segundo Mattos, (2007, p. 51), afirma que:

[...] Cada um desses partidos traz sua característica própria: O PSD, por sua ligação com o campo e pela sua capacidade de adaptação aos diferentes momentos da política nacional ocupou, por muito tempo postos-chaves da política através da ação constante e atenta dos “caciques” do partido; a UDN, que também foi representativa no cenário político, aonde exerceu uma oposição permanente ao PSD, seu principal oponente, lutou, de forma persistente, mas não chegou a alcançar os pontos desejados no cume do comando político nacional; e o PTB, pelo seu envolvimento com os trabalhadores, no final dos anos 1950 chegou a competir com o PSD na representação partidária na Câmara dos Deputados. Depois de ter participado do poder, durante o governo Goulart teve a sua trajetória de crescimento interrompida, com o fim do pluripartidarismo, em 1965.

Desses partidos, tanto o PSD como a UDN, em 1962 mantiveram-se no foco da política em Junco do Seridó, em uma disputa acirrada com prevalência em um primeiro momento do mando dos Udenistas e depois com a virada para os Pessedistas que uma vez no poder mantiveram uma hegemonia local que durou décadas. Entretanto, esses partidos mantiveram-se atuantes durante toda a ditadura militar, “em um cenário político onde legalmente só era permitida a existência de dois partidos: o do “sim” (ARENA) e do “sim, senhor” (MDB)”. (CAVALCANTI e AIRES, 2019, p,10).

Os grupos de políticos Juncoenses atuantes entre 1962 até 1985 eram constituídos por indivíduos pertencentes a gerações diferentes. Enquanto alguns iniciavam na vida política nos anos 1960 e 1980, outros já estavam no declínio político. Esses personagens tinham a política como vocação e não como projeto.

O PSD local era formado por frações burguesas ligadas ao setor agrário compostas por fazendeiros e proprietários rurais, e ainda por uns poucos profissionais liberais como advogados, médicos e funcionários públicos, o partido tinha grande influência no município, através da direta participação do seu principal chefe político Jonatas Ferreira Tavares que mantinha a preferência do eleitorado local. No entanto, não era uma preferência consciente, mas manipulada por chefes políticos, cabos eleitorais e por uma política clientelista dominada por favores prestados. O reduto eleitoral desse grupo estava fortemente presente na zona rural do município, que à época era mais numeroso do que a sede. Esse grupo contava com chefes políticos relevantes nas comunidades rurais. Conforme aponta o quadro abaixo.

Quadro 11 – Lideranças políticas do PSD, em Junco do Seridó, em 1962.

Liderança	Localidade	Atividade econômica
Jonatas F. Tavares	Fazenda Catolé	Fazendeiro
Antônio B. da Nóbrega	Fazenda Malhada do Umbuzeiro	Fazendeiro
Cornélio Alves	Fazenda Ipueiras	Fazendeiro
Cicero P. do Nascimento	Fazenda Carneira	Produtor Rural
Avelino Alves	Fazenda Malhada do Umbuzeiro	Produtor Rural
José do Nascimento	Fazenda Aldeia	Produtor Rural

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal. (1962). Adaptada pelo autor

A UDN, reunia em torno de si, um pequeno contingente de produtores rurais simpatizantes no meio rural e lutava, mas sem o sucesso desejado, para conquistar mais espaço e eleitores, embora sua área de influência estivesse mais concentrada

na sede do município, onde dividia o eleitorado com o PSD, com uma certa vantagem. Esse grupo político era formado pelo então interventor nomeado em 1961, Teodoro Napoleão, Otacílio José de Medeiros, Francisco Cabral de Oliveira, Elias Coelho, Celso Dantas de Medeiros, dentre outras lideranças. Essa fração burguesa tinha suas atividades econômicas voltadas para o comércio e aliada a um pequeno grupo de proprietários rurais que baseava sua renda nas atividades agropastoris. No quadro abaixo observamos como estavam compostas as principais lideranças da UDN local em 1962.

Quadro 12 – Lideranças políticas da UDN, em Junco do Seridó, em 1962.

Liderança	Localidade	Atividade econômica
Otacílio José de Medeiros	Sede do município	Comerciante
Francisco Cabral de Oliveira	Sede do município	Comerciante
Teodoro Napoleão Bezerra	Faz Melado	Fazendeiro
Celso Dantas de Medeiros	Faz, Germânia	Produtor rural
Lourival de Medeiros Dantas	Sede do município	Comerciante
Antônio Coelho de Sousa	Sede do município	Comerciante

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal. (1962). Adaptado pelo autor

Quanto ao PTB, pouco restou do eleitorado, dominado pelo PSD e pela UDN, apenas uma fração burguesa menor da classe dominante em Junco do Seridó reuniu-se em torno do Partido Trabalhista Brasileiro PTB que acabou por constituir-se na “terceira força” partidária no período. Sua influência, entretanto, se fazia paradoxalmente fraca na disputa da hegemonia política, devido ao fato de serem um grupo político que não tinha representatividade no município, uma vez que a política partidária local estava bastante polarizada em dois grupos muito fortes.

Esse partido era chefiado e comandado pelo industrial e fazendeiro Francisco Correia de Queiroz que também era conhecido por Tenente Queiroz¹⁷.

¹⁷ - Francisco Correia de Queiroz, natural de Garanhuns em Pernambuco, foi tenente do exército brasileiro. Foi casado com Nathalia Leopoldina da Nóbrega, residia na comunidade Noruega era fazendeiro e industrial, também era proprietário no sítio Várzea de Vassouras, em Junco do Seridó-PB. Foi prefeito nomeado em Juazeirinho-PB, (1939-44) e foi nomeado interventor federal em Junco do Seridó em novembro de 1966.

Ideologicamente representavam forças políticas conservadoras. Tanto que algumas de suas lideranças apoiaram abertamente o golpe militar de 1964, e também composto por outras lideranças formadas por produtores rurais voltadas para o setor agropecuário.

Quadro 13 – Lideranças políticas do PTB, em Junco do Seridó, em 1962

Liderança	Localidade	Atividade econômica
Francisco Correia de Queiroz	Fazenda Várzea de Vassoura	Industrial e Fazendeiro
José Emídio de Medeiros	Santa Luzia do Sabugi	Caminhoneiro
Sebastião Franklim de Medeiros	Fazenda Brandão	Produtor rural
Bernardino Lino da Nóbrega	Fazenda Noruega	Produtor rural
José Sérgio Bandeira	Fazenda Carneira	Produtor rural
Martinho Alves da Nóbrega	Fazenda Malhada do Umbuzeiro	Produtor rural

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal. (1962). Adaptado pelo autor

Desses partidos, com exceção do PTB, tanto o PSD como a UDN, após 1962 mantiveram-se no foco da política de Junco do Seridó, em uma disputa acirrada com prevalência do mando em um primeiro momento com hegemonia do psdista e depois essa hegemonia passa para as mãos dos arenistas. Ambos, entretanto, mantiveram-se atuantes durante todo o período militar, disputando através do voto o poder através dos partidos do MDB e da ARENA.

Com essa composição político partidária, no município de Junco do Seridó-PB, é nítido que o predomínio político estava nas mãos da classe dominante sob o comando dos “caciques” representantes das oligarquias locais, que disputavam o poder através do voto. O que condicionava essas pessoas a lideranças do seus grupos além das questões político-partidárias, eram as condições materiais que alimentavam esse cenário político. Ou seja, o poder político andava junto com o poder

econômico, por isso, precisamos analisar e compreender as questões estruturais, que estão diretamente relacionadas no jogo político, isto é, a questão sócio econômica e as relações sociais de produção para compreendermos como essas lideranças se mantinham no poder político nessa localidade.

Na década de 1960, o Junco do Seridó era um local pequeno, sua população era estimada em aproximadamente 3.939 moradores. Sendo sua maioria residindo na zona rural e uma pequena parcela na sede do município.

A principal base da economia era a atividade agrícola, com ênfase para o ciclo da produção algodoeira. A atividade agrícola associada à pecuária, possibilitou a formação de uma pequena elite agrária (fazendeiros e proprietários rurais). Estas, eram detentoras de terras e poder econômico e político.

No campo, a cultura do algodão, manejado pelo agricultor, destinava-se ao processo de divisão em partes iguais entre ele e o proprietário das terras, salientando-se que não ocorria a partilha da renda obtida com a atividade criatória. Tal fato concretiza, portanto, um modelo de subserviência duradouro. Neste momento, já se define uma interpretação esquemática da realidade produtora no atual semiárido formado pelo menos por três contextos: a primeira, voltada para agricultura de subsistência; a segunda pela cultura do algodão e, por último, a pecuária. E nestes moldes, o sistema efetivou-se em toda a região até os dias atuais. A cultura algodoeira é bastante parcelada e isto significa que em vez de extensas plantações, há uma infinidade de pequenas culturas “roçados” trabalhados por pessoas pobres e dependentes dos proprietários de terras, e com o uso rudimentar de técnicas de trabalho na fase do plantio como a foice, a enxada e o machado. O processamento da colheita compromete de maneira definitiva a qualidade da fibra, em razão de “apanha” adotada e das condições de depósito.

Além das relações de trabalho praticadas na cultura algodoeira, aqui já citadas, existiam outras formas de relação de trabalho nos campos agrícolas no Junco do Seridó, através de diversos sistemas de parcerias que ocorriam entre os fazendeiros e os trabalhadores rurais, tais como: moradores, ocupantes, arrendatários e parceiros que consistia na relação de pessoas diretamente subordinadas ao responsável, que executavam tarefas mediante recebimento de uma cota-parte da produção obtida com seu trabalho (meia, terça, etc.), e os seus familiares que o ajudavam na execução das suas tarefas.

Encontram-se ainda outras formas de trabalho, como a *terça* e o *meeiro*. Na “*terça*” o proprietário da gleba faz um acordo com o trabalhador. Esta consiste no preparo da terra pelo proprietário, enquanto o trabalhador é responsável pela plantação, limpeza e colheita do alimento geralmente; milho e algodão, feijão, depois de colhido o produto é repartido entre o proprietário da terra e o trabalhador em forma de *terça*, ou seja, a *terça* parte do que foi colhido que fica com o proprietário. Essa forma de trabalho era a mais comum desenvolvida nos estabelecimentos rurais do município do Junco do Seridó. Com o “*meeiro*” o proprietário da terra cede parte de sua gleba e capital – geralmente na forma de adiantamento em dinheiro - para que o trabalhador possa desenvolver a atividade agrícola. Após a produção, as partes são divididas, meio a meio. Entretanto, a parte pertencente ao proprietário da terra é entregue livre de custo, qualquer prejuízo com a plantação será por conta e custo do trabalhador (*meeiro*) que terá de arcar com as consequências, se este tiver dívidas essa será paga com serviço prestado na propriedade do dono da terra.

Nesse período, os campos agrícolas do município do Junco do Seridó, estava composto por uma massa de trabalhadores, formadas por extensas famílias, semianalfabetas, submissas a formas de trabalho como a “*terça*”, “*meeiro*” e “*parceria*” baseada em relações pré-capitalistas de produção e explorados pelos fazendeiros e produtores rurais que além de ficar com o lucro do que era produzido nas suas terras, conforme afirma (GURJÃO,2020,p,52), “ainda explorava os agricultores através do fornecimento, no barracão, dos gêneros de primeira necessidade a preços exorbitantes, a serem descontados do pouco que lhe cabia na colheita.” Com essa realidade as condições de vida e de trabalho dos camponeses rurais eram precárias e ainda marcada pela subordinação e dominação dos fazendeiros que em uma escala de maior ou menor grau de exploração aumentava sua riqueza em detrimento do trabalho duro a que era submetido o trabalhador rural.

A vida de um trabalhador rural não era nada fácil, além de sofrer com as questões climáticas de uma região semiárida (as secas), eles conviviam com uma rotina de trabalho muito desgastante com um alto grau de exploração a que estavam submetidos e recebiam salários ínfimos. Essa exploração se estendia aos barracões, onde seus patrões trocavam “vales” por gêneros de primeira necessidade, com preços muito elevados.

Foi nessas relações sociais de produção que se deram com suas especificidades os padrões de dominação local, marcado por uma forte característica do mandonismo baseada nas relações de dominação pessoal, na dependência direta do trabalhador ao fazendeiro e com isso, facilitando uma flexibilidade nas relações de dominação-submissão, favorecendo o poderio dos fazendeiros sobre a massa de trabalhadores rurais.

Além desses fatores de dominação dos fazendeiros sobre os trabalhadores rurais outro fator também é relevante para entendermos como a dominação ia além das relações econômicas e perpassava as relações interpessoais que envolvem os sentimentos afetivos. Destaque para o “compadre” que criava a imagem do fazendeiro com um “protetor”, essa relação era sacramentada e estabelecida pelo testemunho nas cerimônias religiosas cristãs. Com isso, o fazendeiro além de exercer sua dominação de poder de forma absoluta também passa a ser visto pelo trabalhador como um protetor que em momentos de “precisão” poderia prestar sua solidariedade através de favores. Assim segundo (GURJÃO,2020, p.73), “Se estabeleceram laços de compadrio e filhotismo, acompanhados do favoritismo e clientelismo que sustentam compromissos de lealdade do trabalhador ao proprietário”.

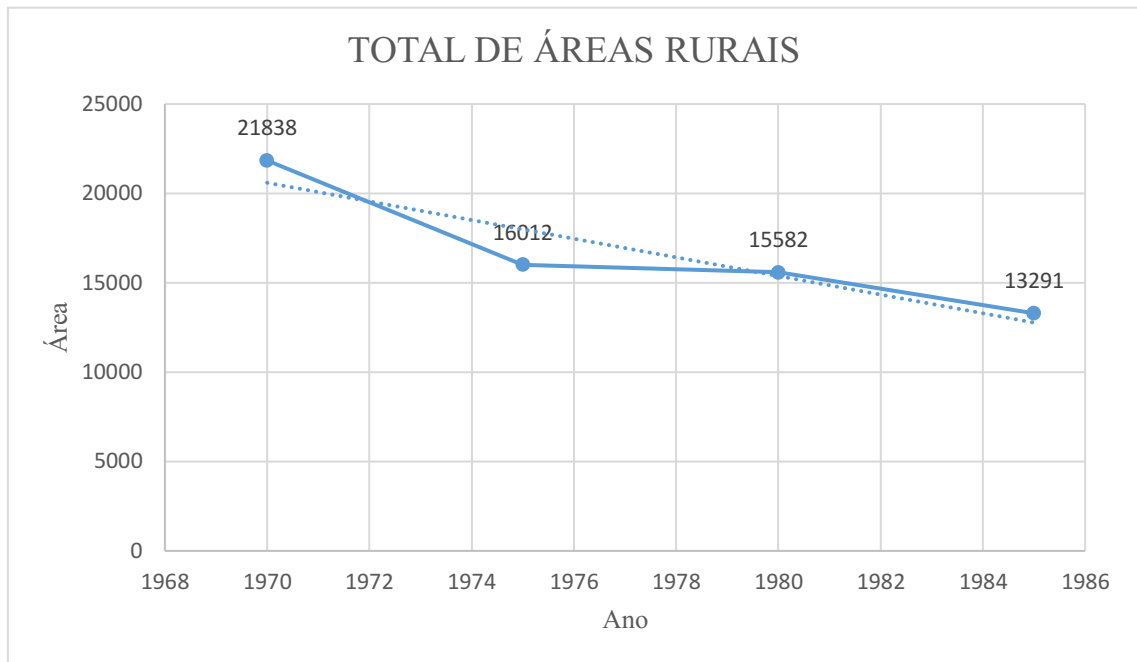
A questão do acesso à terra e a falta de uma legislação trabalhista que defendesse o direito do trabalhador rural facilitava ainda mais a sua subordinação às imposições dos fazendeiros. Esses não mediam esforços para aproveitar uma massa de trabalhadores desamparados para manter e legitimar as relações de exploração para seus fins de dominação. Tinham com isto, um solo fértil para reproduzir suas relações pessoais de produção através dos laços de compadrio e do favoritismo pessoal. Portanto, sistemas de exploração do trabalho rural como; meeiro, morador e outros trabalhadores eram simplesmente em épocas eleitoreiras reduzidas a curral eleitoral do fazendeiro e, sendo assim, mantenedoras do poder das oligarquias agrárias.

Quando procuravam ter acesso à terra, na condição de arrendatários, não escapavam da sujeição ao potentado rural, que lhe impunha contratos verdadeiramente opressores, e a “legislação” dos “coronéis” lhe outorgava todos os direitos, inclusive o de utilizar a força policial para obrigar os arrendatários a cumprirem os deveres estipulados arbitrariamente nos contratos. (GURJÃO,2020, p75).

Dessa forma, a situação do roceiro era muito complicada pois, eles não tinham escolhas nem tão pouco alternativas a não ser trabalhar exaustivamente, doando sua força de trabalho ao fazendeiro e no dia da eleição votar nele ou em um candidato por ele indicado.

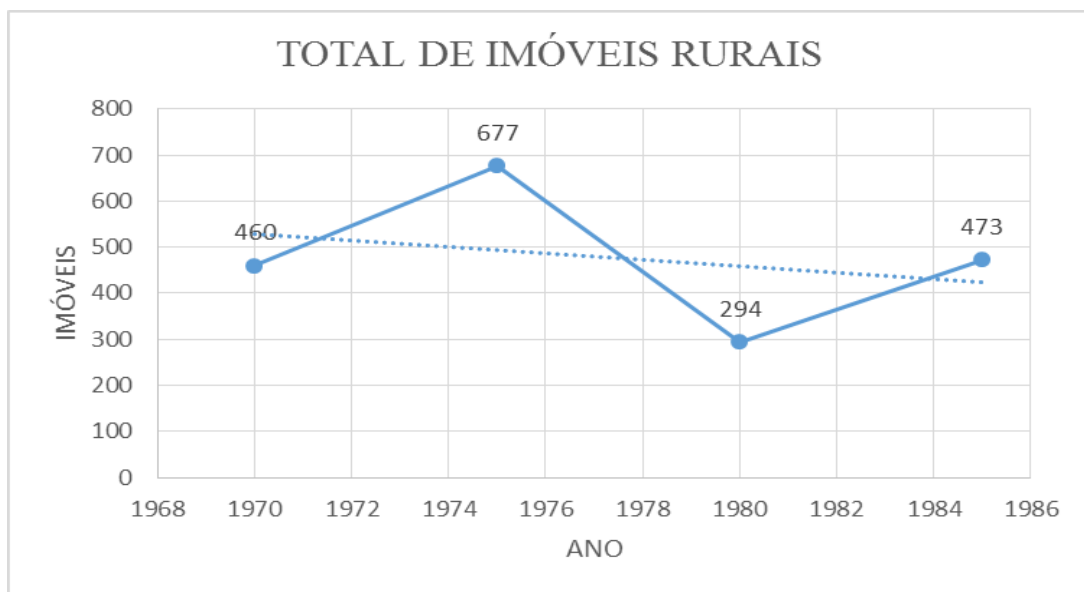
Com relação à estrutura fundiária, podemos afirmar que o município do Junco do Seridó, entre a primeira década dos anos 60 até a primeira década dos anos 80 do século XX, apresentava um padrão de distribuição menos concentrado do que as outras regiões da Paraíba ou do sertão do Estado. As grandes propriedades não eram numericamente expressivas se comparadas à presença de pequenas propriedades (minifúndios), adquiridas por produtores rurais. Não estamos afirmando que inexistiam em Junco do Seridó, grandes propriedades e famílias detentoras de terras e de poder político, porém estas não eram numericamente expressivas. De acordo com os dados do Censo Agrícola de 1970/75/80 e 85, sistematizamos em três grupos de área: de zero a menos de 100 ha (pequenas); entre 100 ha e 500 ha (médias); e acima de 500 ha (grandes), para assim demonstrar que a estrutura fundiária do Município do Junco do Seridó-PB, era formada pelo predomínio do minifúndio. Como podemos observar no gráfico da Figura 2, o Total de Áreas rurais constata-se que entre os anos de 1970 até 1985, há uma queda acentuada e apresenta o índice menor de concentração fundiária chegando ao ápice dessa queda no ano de 1985, com uma taxa de apenas 0,42% da área pertencente à grande propriedade, em número absoluto. Esses 0,42% correspondem a 1.392 ha, divididos em apenas 02 propriedades acima de 500 hectares. Com relação à área correspondente aos pequenos estabelecimentos agropecuários, temos 107.898 ha, que equivale a 87,08% da área, que contabiliza 446 estabelecimentos rurais, como mostra o gráfico 2;

Contrariando a narrativa sobre a presença dominante do latifúndio, no Município de Junco do Seridó, presente em vários trabalhos acadêmicos e no imaginário social, os dados do Censo Agropecuário coletados entre os anos de 1970 até 1985, nos revelam que a grande propriedade não era mais predominante na estrutura fundiária do município em estudo, uma vez que, nessa região, existia uma média de 476 estabelecimentos agropecuários e, destes, 438,5 em média de até 100 ha. Estes dados revelam que a grande propriedade não era tão significativa nem predominante no município de Junco do Seridó. Como fica bem demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 2 – Total de áreas rurais, município de Junco do Seridó-PB, 1970-1985

Fonte; IBGE; Censo Agropecuário 1970/75/80 e 85.

(Elaborado pelo autor)

Gráfico 3 – Total de Imóveis rurais, município de Junco do Seridó-PB, 1970-1985

Fonte; IBGE; Censo Agropecuário 1970/75/80 e 85.

(Elaborado pelo autor)

Analisando os gráficos 2 e 3, percebemos que com a diminuição do total de áreas rurais houve um crescimento do total de imóveis rurais no Município de Junco do Seridó, entre os anos de 1970 até 1985, possibilitando uma fragmentação da terra. Nesses gráficos anteriores, a linha de tendência média, (cor azul), compreende a média geral demonstrada nos dados do censo demográfico evidenciando esse declínio das áreas rurais e ao mesmo tempo um aumento considerável dos imóveis rurais, mesmo ocorrendo períodos de oscilação na década de 1980.

Comparando essa dinâmica de fragmentação da terra, observamos que tem havido um aumento da área dos estabelecimentos de minifúndios e, ao mesmo tempo, uma redução da área dos estabelecimentos que medem acima de 200 ha. Esse fato é o resultado de vários fatores, tais como: a) a crise do sistema agrícola, na segunda década dos anos 80, que inviabilizou economicamente a manutenção da grande propriedade, levando os proprietários a se desfazerem de suas terras, facilitando o fracionamento e o subsequente processo de compra por pequenos proprietários e trabalhadores rurais que não possuíam terras; b) como efeito do item anterior, é possível assinalar também a emergência de um mercado de terras que facilitou a venda e a compra, seja por causa do baixo preço da terra, seja por causa da fraca condição do solo, seja, ainda, pela escassez de recursos hídricos; c) fracionamento e divisão por sucessão e herança; d) dívidas, hipotecas.

O aumento no número de minifúndios seguiu os parâmetros das transformações fundiárias que vinham se processando na Região Nordeste, que nesse período, teve um aumento no número de estabelecimentos com um número de 370,4 mil unidades entre 1980 e 1985, um quantitativo quase quatro vezes maior do que o aumento do período de 1975-80. Essa evolução aparentemente paradoxal das variáveis que traduzem a ocupação e dos indicadores de atividade pode ser explicada sem maiores problemas se recordarmos que, entre 1979 e 1983, o Nordeste foi atingido por uma das mais fortes secas de que se tem notícia é que, na primeira metade da década de 1980, a crise econômica reduziu acentuadamente as oportunidades de ocupação dos centros urbanos, tanto da região como fora dela. A seca do período 1979-83, que atingiu os dois anos finais do período 1975-80, desorganizou a produção agropecuária do Nordeste, forçando parte do pessoal ocupado a procurar maneiras de sobreviver fora da agricultura - inclusive em frentes de trabalho -, e provocando a desativação de um grande número de estabelecimentos.

No fim do período, a figura do retirante nordestino e os escândalos das frentes de trabalho frequentaram, com certa regularidade, os noticiários de televisão.

[...] Portanto, não é de admirar, que no período 1975-80, fosse reduzida a expansão de pequenos estabelecimentos e do pessoal ocupado do Nordeste. Na verdade, examinando-se o que aconteceu com essas variáveis na área mais fortemente atingida pela seca - na Paraíba, - observa-se que ali o fenômeno se fez sentir de forma ainda mais dramática, porém, a situação mudou no Nordeste. Em 1984 e 1985 choveu regularmente, facilitando a constituição de novos estabelecimentos agrícolas e o cultivo de lavouras de subsistência. A falta de oportunidades de trabalho fora da agricultura, por sua vez, fez com que, para muitos, a única alternativa fosse a volta à lavoura e a constituição de pequenos estabelecimentos ou o envolvimento em atividades dentro deles. Com isto, houve acentuada expansão no número de pequenos estabelecimentos e do pessoal neles ocupado. A dimensão do fenômeno é dada pelo fato de que 76,5% (ou mais de 681 mil pessoas) do incremento do pessoal ocupado na agropecuária do período mais recente se concentraram em estabelecimentos com menos de 5 há, ou seja, em unidades que em 1985 ocupavam apenas 3,1% da área total em estabelecimentos, e que 84% (ou 311,4 mil unidades) do incremento de estabelecimentos do período tinham áreas inferiores a 5 ha. É revelador, também, o fato de que, entre os Censos de 1980 e de 1985, 68,2% do aumento total do número de estabelecimentos corresponderam a produtores caracterizados como parceiros ou ocupantes - as categorias mais identificadas com a ocupação de terras da pequena produção de subsistência da Região. Foi, portanto, de minifúndios a grande maioria dos estabelecimentos agrícolas surgidos no Nordeste no período 1980-85; ademais, foram os minifúndios que absorveram grande parte do incremento do pessoal ocupado em atividades agropecuárias. (MUELLER, 1987, p.18-19).

Dessa forma, analisando o quinquênio 1980-85, conclui-se que com relação à agricultura em nossa região perdeu-se o dinamismo: caiu o ritmo de expansão da área ocupada com lavouras; diminuiu a taxa de crescimento dos rebanhos e aumentou o número de minifúndios e do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais.

Portanto, de forma sintética buscamos fazer uma ponte das condições materiais da política local, com a sua questão estrutural. Analisamos a estrutura agrária Juncoense, para mostrar que a base de poder econômico das oligarquias agrárias locais, era voltada para a cultura algodoeira, calcada em relações pré-capitalistas de produção constantemente reproduzidos nos seus domínios oligárquicos. As relações sociais de trabalho no campo evidenciam que durante os anos de 1962 até 1985, a política de Junco do Seridó – PB, manteve uma estreita relação com o setor econômico, prevalecendo o projeto das classes dominantes, ou seja, das oligarquias agrárias que tinham na sua base econômica voltada para o setor agrícola, da lavoura do algodão aliada com a pecuária, sustentada por uma vasta mão de obra de trabalhadores do campo que desamparados das leis trabalhistas viviam sob subordinação de seus patrões, isto é, o povo trabalhador do campo era cada vez

mais explorado e submetido a políticas assistencialistas das oligarquias e dos proprietários que ofereciam e davam míseros vales, cestas básicas, caridade, para explorarem os trabalhadores principalmente nos fretes de emergências, nas obras contra as secas.

Diante do exposto, observamos que as bases da estrutura de poder local em Junco do Seridó, eram essencialmente rurais, montadas na propriedade da terra e na dominação exercida pelos fazendeiros do algodão-pecuária e na representação política de suas respectivas forças oligárquicas. Essas oligarquias e seus representantes, reproduziam seu poder através das relações de produção tradicionais no campo através da subordinação dos trabalhadores rurais, subdividido em (moradores, posseiros, meeiros) subjugados ao domínio do fazendeiro. Como a lavoura do algodão era o carro da economia local, os fazendeiros mais abastados também eram os principais compradores ou beneficiários do produto.

Portanto, a classe dominante, através de sua estrutura oligárquica com uma estrutura de produção voltada para o setor agrícola, dividida em suas frações burguesas e alinhada a seus partidos políticos, disputavam através do voto o poder local sem enfrentamentos ideológico com os sistemas impostos. Utilizava-se de uma prática política que podemos caracterizar como sistemas considerados patronais e/ou oligárquicos. Práticas estas que encontramos dentro do próprio sistema de dominação, uma hierarquização do poder sobre os subalternos.

Em 1962, a política partidária no Junco do Seridó, girou politicamente em torno de algumas lideranças que compunham frações da classe burguesa, como a agrária e a de comerciantes cuja liderança estava a cabo de poderosos chefes políticos como: Jonatas Ferreira Tavares, Antônio Bernardo da Nóbrega, Teodoro Napoleão, Otacílio José de Medeiros e Francisco Cabral de Oliveira que ditavam as regras do jogo político partidário e a partir do posicionamento político destes chefes a política local se organizou em torno dos partidos – PSD, UDN, não por suas ideologias partidárias, mas sim por afinidades pessoais que ditavam os apoios políticos.

No caso do Junco do Seridó, essa formação político/partidária não se faz diferente do que acontece em nível estadual. Teodoro Napoleão Bezerra, que fora nomeado interventor por Pedro Gondim em 1961, fundou junto com Francisco Cabral e Otacílio José de Medeiros, a UDN local, que agrega os líderes políticos que têm afinidade com seu grupo. Já o PSD no Junco foi fundado por Jonatas Ferreira Tavares

que via sua chance de ser eleito prefeito do novo município muito próxima. Sendo assim, a conformação partidária em nível local temos dois partidos dentro de uma estrutura política que congrega posições ideologicamente conservadoras de direita. Pois ambas as lideranças faziam parte da classe dominante da época. Nesse contexto político Juncoense, as disputas políticas partidárias que ocorrem entre 1962, se deram em torno de práticas políticas diversas, dentro de uma democracia frágil e submissa. O que vai definir que prática política usar é o ator a quem se dirige no jogo pelo poder. Pois, as forças oligárquicas que controlavam o poder, procuraram sempre garantir os fundamentos do mandonismo local e assegurar os alicerces do seu poder que residia nas bases agrárias.

Em 07/10/1962 realizaram-se eleições municipais em 61 municípios do Estado. No Município de Junco do Seridó, essa eleição Municipal de 1962, foi a primeira onde os eleitores elegeram o primeiro prefeito constitucional do município, bem como os seus representantes do poder legislativo.

O candidato indicado pela UDN foi o comerciante Otacílio José de Medeiros, o seu vice foi César Ferreira Tavares UDN.

O grupo do PSD, indicou o fazendeiro Jonatas Ferreira Tavares para prefeito e como candidato a vice-prefeito foi indicado o fazendeiro Antônio Bernardo da Nóbrega.

Já o grupo vinculado ao PTB indicou a candidatura do tenente Francisco Correia de Queiroz a prefeito e o nome de José Emídio a Vice-prefeito.

Nessas eleições, como o voto não era vinculado, poderia se votar para escolher o prefeito e votava-se para escolher também o vice-prefeito. Quem venceu as eleições municipais de 1962 foram Jonatas Ferreira e Antônio Bernardo que nessa eleição foi o vice-prefeito mais bem votado, ambos eram do PSD, demonstrando a força política desse grupo que devido a sua composição feita com as principais lideranças das comunidades rurais do município, garantiram uma força eleitoral enorme já que a maioria dos eleitores nessa época residiam na zona rural. Conforme nos relata em entrevista o professor Haroldo Balduino de Medeiros¹⁸, nos diz que;

[...]Ouvia do meu avô, Otacílio José de Medeiros muitas história sobre a política antiga do Junco, quando foi emancipado após romper com Santa Luzia, após os anos 60. - Meu avô junto com outros comerciantes lideravam

¹⁸ - Entrevista concedida ao autor em 10/05/2021

um partido chamado de UDN que mais tarde vinha a ser ARENA... Só que o partido do PSD que na época era liderado pelo agricultor e pecuarista Jonas Ferreira que vinha a ser um grande líder político, tinha muitas fazendas e ele juntamente com outros fazendeiros e agricultores era do partido do PSD predominou ai... dos anos 60 até 70. Então meu avô mim falava que era muito difícil derrotar Jonas Ferreira e que naquela época o Junco era uma cidade onde a maioria dos habitantes era da zona rural e ele citava em especial a comunidade da Carneira e adjacências ali né! por ser bastante populoso e que votavam 90% no Jonas Ferreira no partido dele PSD, então meu avô sempre achava difícil ganhar deles devido a Jonas Ferreira e seu grupo da época pertencia a esse partido e eles tinha muitos moradores, agregados. [...].

Nas memórias de Haroldo Balduino de Medeiros, sobre as conversas que ouvia do seu avô (Otacílio José), sobre esse período que o mesmo era político no Junco do Seridó, uma das fortes lideranças do partido da UDN local, fica evidente o lamento frente à força política dos seus oponentes, compostas principalmente por fazendeiros, proprietários rurais, que detinham um poder político e econômico na época através de suas fazendas e das alianças costuradas com os líderes das principais comunidades rurais onde detinham o controle dos trabalhadores rurais, resguardava poderosos “currais eleitorais” nas eleições municipais. Uma dessas forças vinha da Comunidade Carneira que na época era um dos maiores redutos eleitorais do PSD, liderada pelo chefe político Cicero Pereira do Nascimento.

Outra aliança que fortaleceu bastante o grupo Pessedista veio da fazenda Malhada do Umbuzeiro, trata-se do fazendeiro e comerciante Antônio Bernardo da Nóbrega. A sua chegada aos quadros desse partido deu-se com o aval de uma das maiores forças dentro do PSD local, o poderoso fazendeiro Cornélio Alves. Inclusive a indicação de Antônio Bernardo para ser o vice de Jonas Ferreira nas eleições municipais de 1962, foi de imposição do próprio Cornélio Alves. Essa aliança feita pelos fazendeiros Jonas Ferreira e Antônio Bernardo com aval dos outros caciques, trouxe frutos positivos para o partido possibilitando a conquista do poder local e a hegemonia do grupo Pessedista na política municipal. Conforme mostra o Quadro 14.

Quadro 14 – Eleições para cargo de Prefeito em Junco do Seridó, em 1962

Candidato a prefeito	Partido	Votação	%Validos	Situação
Jonatas Ferreira Tavares	PSD	599	59,84%	Eleito
Otacílio José de Medeiros	UDN	336	33,57%	Não Eleito
Francisco Correia de Queiroz	PTB	66	6,59%	Não Eleito
Votos Nulos		0		
Votos brancos		0		
Total apurado		1.001		
Eleitorado		1.179		
Abstenção		178	15,1%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

Quadro 15 - Eleições para Cargo de Vice-Prefeito em Junco do Seridó, 1962

Candidato a Vice-Prefeito	Partido/Coligação	Votação	%Validos	Situação
Antônio Bernardo da Nóbrega	PSD	571	57,91%	Eleito
César Ferreira Tavares Filho	UDN	283	28,7%	Não Eleito
José Emídio de Medeiros	PTB	132	13,39%	Não Eleito
Votos Nulos		0		
Votos brancos		0		
Total apurado		986		
Eleitorado		1.179		
Abstenção		193	16,37%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

Nas eleições municipais de 1962, houve a escolha dos candidatos a concorrerem às sete vagas no legislativo para compor a Câmara Municipal, destaque nessa eleição foi para a disputa entre os dois principais partidos PSD e UDN que preencheram todas as vagas através de sua agremiação. A vitória do legislativo foi também para o grupo político vinculado ao PSD, que conseguiu eleger a maioria dos candidatos para o cargo de vereador. Foram eleitos quatro vereadores sendo os três primeiros mais bem votados no pleito, enquanto a UDN conseguiu eleger três vereadores, já o PTB, teve uma votação muito abaixo do esperado não conseguindo eleger nenhum parlamentar. Conforme mostra o Quadro 16.

Quadro 16 - Eleições municipais para vereadores em Junco do Seridó, 1962

Candidato	Partido/Coligação	Votação	%Validos	Situação
Avelino Alves da Nóbrega	PSD	148	14,96%	Eleito
Cícero Pereira do Nascimento	PSD	139	14,05%	Eleito
Elza de Lucena Nóbrega	PSD	116	11,73%	Eleito
Antônio Coelho de Sousa	UDN	93	9,4%	Eleito
José do Nascimento	PSD	79	7,99%	Eleito
Celso Dantas de Medeiros	UDN	61	6,17%	Eleito
Lourival de Medeiros Dantas	UDN	57	5,76%	Eleito
Estácio Bezerra da Nóbrega	UDN	51	5,16%	Não Eleito
Manoel José da Nóbrega	PSD	45	4,55%	Não Eleito
José Ludgério Bezerra	UDN	44	4,45%	Não Eleito
Natálio Alves da Silva	UDN	37	3,74%	Não Eleito
Severino Bezerra de Oliveira	PSD	31	3,13%	Não Eleito
Sílvio Malaquias de Medeiros	PSD	27	2,73%	Não Eleito
Abílio Nepomuceno de Assunção	UDN	27	2,73%	Não Eleito
Sebastião Franklim de Medeiros	PTB	22	2,22%	Não Eleito
Bernardino Lino da Nóbrega	PTB	7	0,71%	Não Eleito
José Sérgio Bandeira	PTB	5	0,51%	Não Eleito
Martinho Alves da Nóbrega	PTB	0	0%	Não Eleito
João Mariano da Nóbrega	PTB	0	0%	Não Eleito
Manoel Francisco de Maria	PTB	0	0%	Não Eleito
Inácio José de Medeiros	PTB	0	0%	Não Eleito
Votos Nulos		0		
Votos brancos		0		
Total apurado		989		
Eleitorado		1.179		
Abstenção		190	16,12%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

Nessa legislatura destacamos a participação da primeira mulher eleita para um cargo legislativo em Junco do Seridó, Elza Lucena da Nóbrega, filha do fazendeiro Cornélio Alves da Nóbrega. Sua indicação para concorrer a uma vaga na Câmara Municipal, foi uma imposição do seu próprio pai, ou seja, como um dos principais caciques do partido, Cornélio Alves se colocaria por trás de sua filha indiretamente e assim, demonstrava sua força política e seu prestígio frente às outras lideranças do grupo. Mesmo assim, a escolha de uma mulher à época soou estranho em um contexto marcado por um forte preconceito à figura feminina, o pensamento da sociedade na época era predominantemente preconceituoso. A sociedade era machista e patriarcal, no entanto, mesmo sendo condicionada pelo pai, Elsa Lucena ao aceitar disputar a eleição e ao conquistar uma vaga na Câmara Municipal, rompeu barreiras, quebrou preconceitos e foi duplamente vitoriosa.

2.5 DITADURA MILITAR NO BRASIL 1964, UM CONTEXTO DE ÉPOCA

Através de interpretações críticas, condicionadas numa tradição ligada ao materialismo histórico, os autores de viés Marxista partem do olhar do conceito da luta de classe, da repressão, do uso da violência, das torturas, do exílio, para construir uma narrativa crítica sobre o movimento reacionário que em 1964 depôs um presidente legitimamente eleito, João Goulart e implantou um regime ditatorial que durou mais de 21 anos.

Atualmente novas versões, acríicas, anticomunistas e suavizadoras dos males da ditadura, buscam realizar novas abordagens do golpe de 1964 e seus desdobramentos através de interpretações revisionistas sobre esse período. Essa tentativa de revisionismo historiográfico, voltada ao pensamento conservador de direita, busca mostrar a relevância do Regime Militar Brasileiro, utilizando de seus veículos ideológicos, vem ganhando cada vez mais espaço na mídia, numa perspectiva de legitimação do poder vigente no período. Segundo essa narrativa, a luta pela “salvação da Democracia” tem sido o argumento mais utilizado pelos militares, na tentativa de justificarem o “golpe” que deu início ao novo regime.

Fragmentos da Folha de São Paulo, do dia 1º de abril de 2006, apontam o orgulho dos militares em relação a esse fato, justificado pela necessidade de preservação da democracia. A matéria faz referência à comemoração do aniversário de 42 anos do golpe militar de 1964, em que a ordem do dia do Exército foi lida para cerca de 200 mil soldados em quartéis de todo o país, exaltando a atuação militar e o fato de que esse exército se orgulha do próprio passado. A leitura destaca, ainda, que o golpe ajudou a “alicerçar”, em cada brasileiro, a convicção perene de que preservar a democracia é dever nacional.

A principal justificativa defendida por agentes e defensores da “revolução de 64”, foi a necessidade de “salvar” a nação dos golpes de esquerda, era necessário derrubar o governo de João Goulart “pois havia um suposto golpe a caminho sendo preparado pelo próprio Goulart, arquitetado com o apoio dos comunistas e da própria URSS” (MELO, 2013, p 61). Ou seja, a narrativa historiográfica revisionista procura explicar os acontecimentos relacionados ao golpe de 64, através de uma versão que relativiza as responsabilidades históricas pelo golpe de Estado e a ditadura, em leitura que busca fundamentalmente corresponsabilizar a esquerda. (IDEM, 2013, p. 61), isto é, para a classe dominante adepta ao golpe e contra o governo de João Goulart o Brasil em 1964 corria um grande risco de sofrer um golpe comunista.

A História sempre comporta várias interpretações na dependência da época em que se escreve e na dependência da opinião de quem escreve. As interpretações do passado ocorrem sempre a partir dos questionamentos do presente. As batalhas de memória são, lutas pela hegemonia nas sociedades contemporâneas. Sendo assim, devemos sempre ter cuidado e atenção aos fatos históricos que permeiam o tema, pois é impossível negá-los. É impossível ir contra fatos estabelecidos. E, no caso de 1964, houve a interrupção de um mandato de um presidente legítimo, houve cassação de deputados, houve perseguições de toda ordem, houve violências. Então, não se trata de uma reinterpretação, se trata de suavizar fatos e isso não faz sentido. Os revisionistas ao lançarem suas interpretações conservadoras que buscam oferecer legitimidade a projetos políticos do presente que trazem, velam aspectos deploráveis de uma ditadura militar, ascendendo um forte desejo reacionário e autoritário afastando o pensamento e a efetivação de um sentimento democrático e progressista.

O Golpe Militar de 1964 marca uma série de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, e que culminaram em um golpe de estado no dia 1 de abril de 1964.

Esse golpe pôs fim ao governo do presidente João Goulart, também conhecido como *Jango*, que havia sido de forma democrática, eleito vice-presidente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O golpe de Estado no Brasil não foi absolutamente inevitável, também não foi obra do acaso. Conforme afirma Muniz Bandeira;(2010, p. 415)

Vários fatores confluíram e determinaram a queda do governo João Goulart, em 1º de abril de 1964, em meio a contradições sociais e políticas, tanto internas quanto externas, que o forte impulso da industrialização do país, durante os anos 1950.

A dinâmica de desenvolvimento industrial e urbano resultante da industrialização acelerada no governo de Juscelino Kubistech (1956-1960) levou em suas contradições ao colapso do populismo e do regime democrático e mais do que isso, ajudou a institucionalização da Ditadura Militar. Moniz Bandeira busca através de uma abordagem crítica, explicar o golpe de Estado levando em consideração a luta de classe e a própria conspiração golpista. Seguindo essa linha Marxista o historiador Jacob Gorend (1987), analisando o contexto político-social que culminou com o golpe de 64 afirma que de fato o Brasil passava por uma situação pré-revolucionária. Corroborando com essa linha de raciocínio, Paul Singer (2014), comenta que havia no contexto pré-64 um forte impasse econômico e o aumento da inflação, a conseqüente perda de poder de compra do trabalhador urbano era uma das expressões mais importantes disso. (CAVALCANTI e AIRES. 2019, p.7). Somado a esses fatores internos temos também a conjuntura internacional marcada pelas tensões da Guerra Fria e sua bipolaridade, juntando esses fatores tivemos um impasse ideológico no país muito forte que em âmbito interno se expressou dentro dos movimentos sociais como; o movimento estudantil, operário e dos trabalhadores rurais.

O clima de protestos e reivindicações por reformas e melhores condições de vida principalmente para a classe trabalhadora do campo e da cidade criou um contexto de efervescência popular muito forte, “mas não chegava a ser um clima de reivindicações efetivamente revolucionário” (GORENDER, 2006), e menos ainda uma radicalização das esquerdas como estratégia golpista como afirmam as falácias revisionistas.

Através das reivindicações, as lutas de classe começaram a se intensificar, e houve uma ascensão dos movimentos sociais, tanto no campo quanto nas cidades, que reivindicavam melhorias nas suas condições de vida, através de suas organizações queriam que as reformas de base fossem aprovadas, e em 1963, ameaçaram de realizar uma greve geral, para que o Congresso as aprovasse, conforme afirma Bandeira (2010, p. 243)

Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombravam os empresários e os fazendeiros. O CGT, as Ligas Camponesas e outras organizações de massa, por mais débeis que fossem, eram como espectros que lhes tiravam o sono. E, de uma forma ou de outra, Goulart identificava-se com aquele movimento que parte das Forças Armadas queria reprimir”

De fato, o governo de João Goulart foi marcado por grande instabilidade. Pode-se dizer que esse governo viveu sobre o signo do golpe de Estado. Durante seu curto mandato presidencialista, adotou várias medidas em seu governo que de certa forma desagradou parte da fração burguesa da classe dominante do país, que articulou uma conspiração golpista para derrubá-lo do poder. Dentre essas medidas, está a escolha por uma política econômica baseada no nacional-reformista, que incluía como um dos projetos mais importantes do seu programa de governo as chamadas reformas de base. Isto é, um plano de medidas que traria mudanças para os vários setores da sociedade brasileira, como o social, educacional e econômico. Dentre essas mudanças estavam as agrárias, universitárias, bancárias, fiscais, urbanas, como também a implantação do voto em setores da sociedade que não possuíam o direito a ele, como os analfabetos e aqueles que eram subalternos das Forças Armadas.

As medidas anunciadas na reforma de base como a legislação nacionalista sobre o capital estrangeiro e a reforma agrária geraram conflitos com a classe dominante, por proporem mudanças que trariam benefícios para outros setores menos favorecidos, e o do Plano Trienal, proposto pelo então ministro do planejamento Celso Furtado, que tinha o objetivo de conter a inflação e trazer o crescimento econômico para o Brasil. Ele se daria através da estratégia de se utilizar mercadorias nacionais em vez das importadas, ou seja, buscava valorizar a mercadoria nacional.

No tocante à política externa entre o Brasil e os Estados Unidos, as relações se agravaram, pois os EUA não concordavam com o tipo de política que estava sendo feita no Brasil, pois contrariava os interesses Norte-americano e do capital estrangeiro,

e dentre as várias medidas tomadas pelo presidente que iam contra os interesses dos EUA, estavam as relações comerciais que o Brasil estabeleceu com alguns países do bloco socialista, como a China principalmente, naqueles anos áureos da guerra-fria.

Esse estremecimento nas relações comerciais com os Norte-americanos foram um dos pontos fundamentais para a participação e atuação do governo dos EUA no apoio do golpe de 64, tanto na desestabilização econômica do governo de Goulart quanto na Operação Brother Sam. O apoio dos EUA através de seu Secretário Lincoln Gordon, gastou milhões de dólares em financiamento para a implantação do clima anti-Goulart e desestabilizar a política econômica do país e assim foram relevantes com as pretensões golpistas encorajando-os a tomarem a iniciativa dando respaldo e segurança para a execução do golpe em caso de uma possível guerra civil explodisse.

A desestabilização por parte da classe dominante contra João Goulart, baseava-se na criação e divulgação de um clima anti-jango com divulgação das notícias sobre a implantação do comunismo no Brasil, através de guerrilhas organizadas por integrantes de grupos de esquerda, estavam nas conversas dentro das Forças Armadas, e assim iniciou-se o que Moniz Bandeira chama de “guerra psicológica contra o governo” (BANDEIRA, 2010, p, 244). Esse clima anti-jango não esteve presente apenas nos órgãos das Forças Armadas, mas também, fez parte do imaginário de outras frações de classes burguesas. Conforme afirma Furtado (2018, p.33)

A conspiração contra o governo Goulart já vinha ocorrendo há algum tempo, e foi sendo mais bem organizada, na qual os oficiais criaram uma rede clandestina com infiltrados, para obterem informações, e assim agirem quando acharem que era necessário.

Na preparação do golpe os grupos envolvidos contaram com apoio da sociedade civil organizada; compostos pelos seguintes setores “grupos empresariais, intelectuais orgânicos e tecnocratas a serviço do capital monopolistas nacionais, estrangeiros que defendiam um projeto de classe específico”. (DREIFUS,1980). Ou seja, muitas frações da classe burguesa estiveram envolvidas em atividades juntamente aos militares para prepararem o clima anti-Guolart para um golpe político no contexto pré-1964.

Várias estratégias foram utilizadas, na configuração do clima anti-Goulart. A mídia teve um papel central nas divulgações e veiculação de campanha anticomunista e de crise econômica, com contornos mais graves e alarmantes da conjuntura econômica e política brasileira do que os índices realistas poderiam indicar. Desestabilização política através de *cooptação*, com apoio financeiro Norteamericano a campanhas de parcela significativa, tanto de políticos dos poderes executivos, como dos parlamentares das duas casas legislativas federais e das diversas câmaras no país. Com este conjunto de fatores ao longo do governo de João Goulart...

[...] O Brasil pode sentir uma onda de tensão social, acirramento de ânimos políticos e sociais com grandes greves, movimentos camponeses, exposição de questões políticas com ênfase nos grandes veículos de mídia da época – principalmente jornais de circulação nacional como *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Somados estes fatores a um forte traço autoritário na cultura política brasileira não fica complicado compreender como foi possível que os militares alcançassem o poder. Mas devemos entender que somente com apoio desses grupos de forte influência econômica e de opinião pública foi possível alcançar e manterem-se no poder por vinte e um anos seguidos. (BATISTA, 2014, p17).

Após esse longo processo de ataques e desestabilidade contra o governo Goulart em um contexto marcado por uma efervescência popular, acirramento ideológico e na luta por mais democracia, os setores mais conservadores do país ficaram pavorosos e temerários. Foi por isto, que as classes dominantes; a burguesia associada ao imperialismo e o latifúndio e seus auxiliares conspiraram para frear um processo que significava na prática, a nacionalização e a democratização. Foi nesse contexto que foi planejado e executado o golpe de 1964 e em seguida o Brasil teve um novo projeto marcado pela consolidação do capital monopolista e exclusão de boa parte da população da cidadania política. O novo regime político implantado no Brasil com o Golpe de 1964, atendia diretamente aos interesses da classe dominante do país, em especial aos de sua fração financeira que desejava sua afirmação sobre a sociedade, conforme afirma, Maciel;(1999, p. 35)

O antagonismo social decorrente deste processo marcou a crise de hegemonia que levou de roldão o populismo, indesejado pela burguesia em seu conjunto e fustigado pelas pressões dos trabalhadores, e exigiu das classes dominantes uma opção claramente orientada para o desenvolvimento capitalista dependente e associado e para o estabelecimento da Ditadura Militar, como instrumento da dominação e de afirmação burguesa sobre a sociedade.

Dessa forma, o golpe de Estado de 1964 é resultado desta opção, é o momento inicial do processo de construção e consolidação da institucionalidade autoritária e define profundamente as classes que foram derrotadas com esse projeto.

No momento do golpe, as forças sociais derrotadas foram realmente o conjunto dos trabalhadores e seus aliados, o operariado urbano e os trabalhadores assalariados das cidades, incluindo as camadas baixas da classe média (p.151-194), o campesinato pobre e os trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989, p. 86-91, apud MACIEL, 1999, p, 42).

Sem forças para lutar – ou não querendo – temendo um conflito que poderia levar o país a uma terrível guerra civil, João Goulart foi deposto na noite de 31 de março de 1964, pelas tropas militares vindas de Minas Gerais, comandadas pelo General Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. Em seu lugar, foi instaurada uma ditadura militar, que só terminou em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República. Acerca do novo regime instaurado no país pós 64, o historiador Boris Fausto, (1995), afirmou que: Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso, é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica de Estado (...) ou seja, o novo regime pôs fim ao populismo.

A intervenção militar fora anunciada como sendo passageira e que faria uma limpeza no Brasil, acabando com “a ameaça comunista”. Também foi resultado das disputas entre os defensores dos blocos socialismo e capitalismo, no período da Guerra-Fria. Nesse contexto, respaldados pela mídia golpista através de uma forte campanha anti-Goulart, de um lado, e tendo uma “ameaça comunista” de outro, porque João Goulart era rotulado como um comunista, por várias frações da classe dominante, os militares promovem uma “revolução” – no dizer dos próprios militares – cujas consequências foram relatadas pela nossa historiografia. Segundo Muniz (2010, p. 415)

Se o golpe de Estado no Brasil não foi absolutamente inevitável, também não foi obra do acaso. Vários fatores confluíram e determinaram a queda do governo João Goulart, em 1º de abril de 1964, em meio a contradições sociais e políticas, tanto internas quanto externas, que o forte impulso da industrialização do país, durante os anos 1950, aguçou”

Durante o período ditatorial, houve muitas cassações, prisões, exílios, “desaparecimentos” e mortes de quem ousasse questionar o regime. Desde abril de

1964 diversos políticos, servidores públicos, militares e militantes haviam sido perseguidos, tendo seus direitos políticos cassados pelo comando revolucionário.

Após a confirmação do golpe militar em 1964 no Brasil, aclamados pelos militares de “Revolução de 31 de março de 1964”, o cenário político, social e econômico ganhou novos rumos e configurações. Os cinco presidentes que estiveram no poder presidencial após o governo Goulart ter sido colocado abaixo foram generais, e o regime que se implantou foi uma ditadura militar. Desde os primeiros momentos, tentaram e conseguiram implantar um regime autoritário e repressivo, mesmo tentando aparentar uma normalidade constitucional que tinha como objetivo de manter uma relativa aparência de normalidade e legalidade, ou seja, para terem sob controle as instituições legais, editaram os Atos Institucionais.

Logo após tomarem o poder, os militares foram aos poucos, através de uma legislação de exceção, como é o caso dos chamados Atos Institucionais modificando o Aparelho Estatal Brasileiro. Governantes e prefeitos das capitais e demais cidades consideradas Áreas de Segurança Nacional - seriam indicados pelos presidentes-generais, deixando muitas cidades sem vida eleitoral para o executivo. No entanto, houve uma tentativa de manter uma fachada democrática, através da permanência do Congresso Nacional e de um partido de oposição consentido, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), bem como, eleições para escolha de representantes para os cargos parlamentares e executivos municipais em várias cidades do país.

3 JUNCO DO SERIÓ-PB, EM ESTADO DE ALERTA: O GOLPE DE 1964 E SEUS DESDOBRAMENTOS: 1964/1966

3.1 JONATAS FERREIRA TAVARES: UM PREFEITO ELEITO EM MEIO A DUAS INTERVENÇÕES

O primeiro Prefeito Constitucional do Junco do Seridó foi Jonatas Ferreira Tavares que havia se eleito no pleito de 1962 sob a legenda do PSD. Dentre os três candidatos ao posto de chefe do executivo municipal obteve expressiva vitória, com 571 votos em um total de 57,91% dos votos válidos. O prefeito contava com apoio dos correligionários na câmara municipal, o que garantia uma maioria na casa legislativa, e também estava contando com certa popularidade, respaldado na forte votação que o seu partido havia recebido no município.

Contava com uma base de quatro vereadores dos quais todos eram do PSD, inclusive o Presidente da Câmara Municipal, um dos seus maiores aliados Avelino Alves da Nóbrega, restando à oposição três vereadores da UDN. Esse era o desenho político que se fez nos seus primeiros anos de mandato.

Jonatas Ferreira Tavares, iniciou sua gestão recebendo o poder das mãos do interventor nomeado pelo governador do Estado Pedro Gondim, Teodoro Napoleão Bezerra (UDN). Seu governo teve início em 31 de janeiro, data de sua posse, até o final do mês de outubro de 1966 quando foi afastado de suas funções por um decreto presidencial e em seu lugar foi nomeado um interventor federal.

No entanto, a despeito de suas vitórias políticas, enfrentou dificuldades administrativas. O município era recém emancipado e passava por graves problemas financeiros, sendo sua principal receita o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os primeiros anos desse governo foram marcados por grandes dificuldades. Naquela época os jovens e pequenos municípios sofriam com a escassez de recursos, o que dificultava a administração e principalmente a realização de obras estruturantes. Entretanto, seu maior desafio nesse período foi implantar e estruturar as bases de funcionamento do novo município.

Após dois anos de governo, em 1964 o Brasil sofreu um golpe de estado que tirou do poder um presidente legítimo e em seu lugar implantou-se uma ditadura empresarial-militar.

No Junco do Seridó ao longo do mês de abril, as instituições e lideranças do mundo político local buscaram estabelecer, vínculos de conformidade com o movimento iniciado na madrugada de 31 de março de 1964. Parece que na cidade o golpe pegou algumas pessoas de surpresa. No entanto, no contexto de uma cidade pequena, no interior da Paraíba marcada por uma sociedade extremamente conservadora, o golpe foi amplamente aplaudido e festejado pelas frações burguesas da classe dominante que imbuídos do discurso que justificava o golpe como “salvação da democracia” e do combate ao “perigo comunista”, os setores conservadores das frações burguesas, como fazendeiros, produtores rurais, comerciantes foram tomados por um sentimento de que só os militares poderiam colocar ordem no país.

O contexto do pós-golpe em Junco do Seridó, deixou a política local e seus atores em efervescência, principalmente a oposição local inserida na UDN e a posterior ingressos na ARENA. Nesse sentido é que algumas lideranças oposicionistas Juncoenses receberam o golpe militar como um sopro de esperança para uma possível reordenação da ordem estabelecida, onde alguns interesses políticos locais que haviam sido represados pelo sistema democrático instituído que até então vigorava pudessem ser colocados em prática, sendo o golpe um meio de acesso a tais objetivos de interesses coletivos ou individuais derrotados no jogo eleitoral vigente.

No entanto, difícil seria associar líderes políticos de Junco do Seridó a práticas e pensamento ligados ao comunismo, uma vez que a classe dominante burguesa que controlava a política partidária local abominava esses tipos de ideias socialistas. Em uma cidade pequena e de mentalidade fortemente conservadora de direita, numa sociedade totalmente dominada e manipulada pelas elites conservadoras e suas práticas políticas clientelísticas, abrir espaço para tais ideias de esquerda era muito pouco provável.

Os vícios na gestão da coisa pública, como improbidade administrativa, corrupção ou até mesmo má gestão poderiam também ser acionados em prol desse exercício. Os canais de acesso ao poder político local poderiam não ser mais necessariamente os mesmos desde o processo de redemocratização em 1945.

As justificativas defendidas pelos militares e seus apoiadores para interferirem na política nacional se baseava em dois pretextos como combater o avanço do perigo comunista e acabar com a corrupção da política praticada pelos civis. Essas ideias

logo serviriam como defesa aos que se declarassem portadores de postura moral pública respeitável, comparável e compatível às dos que comandavam a nação naquele momento.

É evidente que políticos alinhados a uma postura mais conservadora de direita não hesitaram em aproximar-se dos militares no novo regime. Neste caso, temos uma clara definição nos quadros políticos partidários Juncoenses. O grupo da UDN de Junco do Seridó buscou logo estabelecer uma imagem de si, e esta imagem era a de um partido da ordem democrática alinhada com a lisura na conduta pública tal qual preconizavam os próceres militares. No tocante ao PSD local, este governava a cidade sem disputas ideológicas com o novo regime imposto. Esse partido também era formado pelas forças conservadoras de direita e também prestou apoio ao golpe e a ditadura instaurada no país.

3.2 NOVEMBRO DE 1966, O MARCO DO ACIRRAMENTO DAS DISPUTAS PELO PODER POLÍTICO EM JUNCO DO SERIDÓ. A INTERVENÇÃO FEDERAL

Em todo o período ditatorial (1964-1985) passaram pela chefia do executivo municipal cinco prefeitos, sendo que um foi nomeado Interventor Federal e governou a cidade por um curto período de apenas um mês, especificamente em novembro de 1966.

A Prefeitura do Município de Junco do Seridó sofreu uma intervenção federal no período da ditadura militar, em novembro de 1966. Ou seja, no último mês de gestão de Jonatas Ferreira Tavares, momento em que também estavam marcadas as eleições no dia 15, para a escolha do novo prefeito para a cidade. Diante deste cenário duas problemáticas surgem; Primeiro: quais foram as motivações que levaram o Município do Junco do Seridó a receber um interventor federal? E segundo: quais consequências esse fato gerou no cenário político local à época?

Primeiro devemos levar em consideração que com a deflagração do golpe empresarial-militar em 1964 no Brasil, o cenário político, social e econômico ganhou novos rumos e configurações. Os novos chefes da nação eram presidentes generais do alto comando das forças armadas que estiveram no poder, e o regime que se

configurou foi uma ditadura militar. Desde os primeiros momentos tentaram e conseguiram implantar um regime autoritário e repressivo, mesmo tentando aparentar uma normalidade constitucional.

Desde os primeiros momentos em que os militares se apossaram do governo, buscaram colocar em prática um projeto para a implantação de uma ditadura militar e a montagem de um aparato repressivo. Tal projeto fazia parte da escalada autoritária através da chamada “ação saneadora” e foi possível graças à edição do ato institucional (chamado depois de AI-1). A chamada “ação saneadora” abrange desde as prisões e cassações dos opositores mais variados até a ruptura da cadeia sucessória com a eleição indireta de Castelo Branco, passando pela intervenção em vários governos estaduais e pela abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPM's) encarregados de investigar atos de corrupção e subversão e assim realizaram perseguições.

Essas primeiras medidas saneadoras tiveram o expressivo apoio de amplos setores políticos e sociais, mesmo aquelas medidas que já antecipavam a construção de uma nova institucionalidade, como as contidas no AI-1, que davam ao executivo federal primazia sobre o Congresso em questões decisivas.

Com o objetivo de ter que manter uma relativa aparência de normalidade e legalidade, ou seja, para terem sob controle as instituições legais, editaram os Atos Institucionais. O Ato Institucional de número um (AI-1), criado em Abril de 1964 e que foi o primeiro de uma sucessão de outros atos, tinha o poder de realizar cassações, de suspender direitos políticos, houve reformas compulsórias de oficiais, milhares de funcionários públicos foram demitidos e investigações foram abertas.

No segundo caso, analisamos a questão política local. Nos anos finais da gestão de Jonatas Ferreira Tavares, que coincide com os dois primeiros anos da ditadura militar no país, a Prefeitura Municipal de Junco do Seridó passava por instabilidade por conta de eventos políticos relacionados às denúncias contra o prefeito. Denúncias estas, que partiam da Câmara Municipal. As denúncias eram referentes a possíveis irregularidades do prefeito no exercício de suas atribuições. Na ocasião, os denunciadores foram vereadores oposicionistas vinculados ao partido local (UDN-ARENA). Essas denúncias de possíveis atos de corrupção foram usadas para criar um clima de pressão política com um único objetivo, tentar através da nova legalidade autoritária implantada pela ditadura, cassar o mandato do prefeito e do

vice-prefeito ambos do (PSD-MDB), para em seus lugares assumir o poder do executivo municipal, um interventor nomeado ligado ao grupo oposicionista. Esse interventor teria como objetivo conduzir o processo eleitoral e preparar o caminho para entregar o poder nas mãos do grupo oposicionista ligado à ARENA que perdeu as eleições locais em 1962 e, nunca se conformou com a derrota.

No entanto, as acusações de corrupção não faziam eco na casa legislativa, posto que na Câmara Municipal de Junco do Seridó a maioria, inclusive o seu presidente Avelino Alves, era composta por correligionários partidários do prefeito. Mesmo assim, o fim de mandato de Jonatas Ferreira Tavares não seria plenamente pacífico, apesar dos conchavos políticos realizados com a vereança, ainda existiam vozes dissonantes naquela casa. Certamente, com a maioria a favor do prefeito no legislativo, as denúncias provavelmente seriam arquivadas ou deixadas de lado. Dessa forma, sem força na Câmara Municipal, pois dos sete vereadores a oposição só contava com apenas três, os parlamentares Arenistas resolveram apelar para as forças aliadas em nível estadual, com isso “...o arquivo da prefeitura foi apreendido por uma comissão de inquérito presidida e composta por oficiais superiores da Polícia Militar do Estado e realizado investigação determinada segundo os informantes pelo Exmo Sr. Governador do Estado.”¹⁹ No entanto, mesmo sofrendo acusações de tal ordem, Jonatas Ferreira Tavares, não passou por processo de cassação de seu mandato na Câmara Municipal e tão pouco teve a carreira política interrompida. Isto é, o caso foi investigado e não foram encontradas provas das acusações feitas pela vereança oposicionista e Jonatas Ferreira Tavares acabou sendo inocentado. Sobre esse período da história política juncoense, José Antônio da Nóbrega²⁰, que na época era um jovem estudante e com pensamento ideológico de direita, nos relata que:

[...]Jonatas Ferreira era o prefeito, morava na Fazenda Catolé e Jonatas só vinha no domingo ou de oito em oito dias a prefeitura e,.. Elsa era a sua Secretária, mandavam assim os documentos em branco, as folhas para na semana se chegar alguma coisa não ia atrás dele (Jonatas) e quando Queiroz tomou posse, eles inadequadamente não lembraram que tinha essas folhas tudo assinado em branco. Ai, Queiroz lançou e fez todo tipo de documento, ofício. Só que a sorte! Que dizer não tem crime perfeito né? O prefeito mandando ofício para Antônio assinar. Como era período eleitoral, que ele

¹⁹ Livro de Atas de Posse do dia 15-12-1966, página 02, pelo Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia-PB, Moarcy Medeiros:

²⁰ Entrevista concedida ao autor em 05/10/2020

fizesse isso, fizesse aquilo... que dizer, para caracterizar um crime eleitoral, só que teve uns ofícios que o nome de Jonatas Ferreira era Jonatas Ferreira Tavares e alguns desses documentos eles botaram Jonatas Ferreira Soares, foi ai onde Jonatas escapou. Meu amigo...quando denunciaram isso ai... o exército chegou, meu amigo... era um comandante! Era os “cabras grande do exército”, os carros de exército andando dentro do Junco. Você imagina o clima, a Policia Federal rodando e todo mundo agoniado e a ARENA comemorando e o MDB vai ser tudo preso! Ai...começaram a ouvir e buscar mesmo... era prisão coercitiva. O quartel general era nos dormitórios de João Galo²¹, ele tinha uns quartos ali e os comandantes ficavam ali...tenente, major do exército e mandavam um carro da polícia com um oficial ir buscar os políticos da época para ser ouvido. Zé Nascimento, Avelino Alves, os que participavam do MDB. Ai, ficava aquele clima, quando o carro da polícia chegava, era uns comemorando e outros tristes[.]

Na fala de José Antônio observamos que o clima político no Junco do Seridó em 1966 era de grande hostilidade e rivalidade entre os grupos envolvidos e, nesse jogo político, o grupo oposicionista radicalizou o processo com muitas acusações feitas contra o prefeito Jonatas Ferreira Tavares e, inclusive documentos falsos foram forjados para incriminar o prefeito. Entretanto, como foi citado pelo entrevistado, numa dessas falsificações os farsantes colocaram em um ofício uma assinatura de Jonatas Ferreira Soares e o verdadeiro nome do prefeito era Jonatas Ferreira Tavares. Com isso, Jonatas F. Tavares conseguiu provar sua inocência.

Outro ponto que podemos destacar na entrevista acima é que José Antônio cita a vinda de oficiais do Exército Brasileiro para a cidade do Junco do Seridó, devido às denúncias de corrupção ao Prefeito Jonatas Ferreira Tavares. Entretanto, confrontadas a versão de José Antônio com a fonte escrita encontradas no Livro de Atas de Posse descrita pelo Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia, essa contradiz a informação bem como as normas estabelecidas pelos AI N° 1, casos de denúncias de corrupção o órgão responsável seria os oficiais superiores da Polícia Militar do Estado (IPMS) e não o exército.

José Antônio acrescentou que houve mandado de prisões coercitivas a alguns membros do partido da situação local, (MDB), inclusive vereadores e do Presidente da Câmara Avelino Alves também foram ouvidos. Em tempos de ditadura militar esse fato provocou grande medo, angústia e desconforto aos envolvidos. No entanto, conforme nos relataram os entrevistados, ninguém foi preso, ou torturado fisicamente, durante esse processo, apenas prestaram esclarecimentos.

²¹ João Galo era o apelido de João Batista dos Santos, na época simpatizante da ARENA, o mesmo era comerciante em Junco do Seridó, proprietário de um Posto de combustíveis e de dormitórios.

Segundo o entrevistado Antônio Adelino²², ideologicamente conservador, sobre essas denúncias durante o governo de Jonatas Ferreira Tavares e seu afastamento da prefeitura, ele nos diz que;

[...] o afastamento do prefeito Jonatas Ferreira até que li jornais e auditoria que aconteceu ai... advogados, sendo que a administração não era correta, não estava dentro dos parâmetros, não obedecia as regras, as leis, por isso, precisava fazer uma limpeza, foi isso, que eu pude observar. Houve uma auditoria e pegou toda a documentação da prefeitura. Sobre uma auditoria do Tribunal essas coisas e houve uma... fiscalização rigorosa até que eu posso adiantar o assunto que vi. Terminou com um prejuízo muito grande do prefeito seu Jonatas Ferreira. Ele não foi cassado, não foi preso pela justiça mas agente depois notou que ele perdeu todos bens que tinha; patrimônio que ele tinha; como propriedade perto de Taperoá, essa propriedade do Catolé, ele terminou vendendo tudo isso para sanar dívidas, compromissos, coisa de uma administração mal colocada e deixou transparecer e depois veio novas eleições, lembro até quando o interventor Francisco Queiroz não queria da posse ao eleito, Antônio Bernardo, lembro disso como se fosse hoje, lembro do pedreiro Zé Simões arrombando a porta da prefeitura, eu estava lá olhando, eu estava lá... olhando ele com a talhadeira, quem era de nossa cidade estava lá... então o dr. Moacir, juiz de Direito de Santa Luzia –PB, deu posse ao prefeito Antônio Bernardo e depois ele tocou a administração dele. Não tivemos mais um momento como aquele de 1964 e até agora vamos realmente... estamos vendo eleições, eleições e não se foi mais registrado uma interventoria.

Na versão de Antônio Adelino, Jonatas Ferreira Tavares era investigado pelos supostos atos de corrupção, aliado à falta de ordem com os mandos e desmandos na prefeitura e esses fatores foram decisivos para o afastamento de Jonatas Ferreira Tavares e para nomeação de um interventor. Segundo Antônio Adelino as denúncias eram verdadeiras...

[...]Claro, porque foi comprovado... isso ai não tem nada de erro é verdade pura, a contabilidade eu te explico! - Iniciava a contabilidade com papel de embrulho, fazia um vale de trezentos mil reis ou cruzeiro e botava lá no birô da prefeitura e estava funcionando, naquele tempo era assim. Eu lamento muito ter de dizer isso mas, para mim é muito importante para o povo saber”.

Antônio Adelino tece sua crítica à administração de Jonatas Ferreira Tavares afirmando que seu governo era marcado por total desorganização e que ele como gestor deveria ter mais responsabilidade e acrescenta ainda:

[...]Só que é o seguinte, seu Jonatas Ferreira era homem totalmente inocente, inocente! o que a humanidade colocava na cabeça dele ele fazia. A família de estudo ele tinha e ter deixado ele administra a vontade é que ele fazia uma

²² Entrevista concedida ao autor em 15/10/2020

administração assim; um pouco descuidada, descontrolada de documentos. Como eu vi uma certa vez, nunca esqueci...eu cheguei na prefeitura para receber... eu tinha um jipe, cheguei para receber umas viagens que tinha feito pela prefeitura e seu Jonatas estava lá escorado na pasta em cima do balcão, senhorita Joselita, era filha dele, era a secretária que fazia toda a documentação e, ele mi respondeu: “seu Antônio só no próximo pagamento. Seu Antônio o que tinha aqui os Bezerras levaram tudo”. Agora eu olhei em cima do birô da senhorita Joselita os recibos estava...a papelada de papel de embrulho, no balcão a papelaria era toda assim. Chegava aqui tanto faz como tanto fez. Eu presenciei isso... eu vi com esses olhos, nunca esqueço! Eu lembro esse passado foi assim[...]

No entanto, segundo a filha de Jonatas Ferreira, Joselita Guedes de Araújo Goes²³, de ideologia conservadora, ela nos relata outra versão para as acusações que seu pai sofrera durante o seu primeiro mandato à frente do poder executivo da cidade de Junco do Seridó-PB. Ela nos relata o seguinte:

[...] Quero iniciar fazendo algumas correções. Primeiro, eu trabalhei com papai no segundo mandato dele, o primeiro quem trabalhou com ele foi Edith de Cornélio e foi justamente nesse período que aconteceu essa história dessa intervenção lá em Junco. O que eu ouvi falar foi o seguinte: é nesse período dos militares só existiam dois partidos: ARENA e MDB. E papai era oposição, era MDB, então eles ficavam procurando uma coisa pra justamente cassar o mandato desses que eram opositores. E segundo eu ouvi falar é ... ficaram procurando algum motivo para que papai fosse cassado e inventaram que ele estava fazendo alguma coisa errada, não lembro em qual sentido. Não sei se era as licitações! Alguma coisa assim. Eu só sei que... eu ouvi mais profundo foi que o Tenente Queiroz foi o interventor e nesse período tomaram a prefeitura e afastaram papai, a prefeitura foi invadida e ficou lá dentro uma turma tentando falsificar até documentos e que eu ouvi de papai, ele dando glória a Deus, porque ele sempre foi uma pessoa muito honesta e sofreu muito com isto né! Mas eu me lembro ele da Glória a Deus! Até lembro a cena. Ele levantou o chapéu e muito feliz da vida quando foi constatado que ele realmente não tinha feito nada ilícito e, que nesse período da tomada dessa prefeitura é... juntou-se alguns funcionários e começaram a falsificar até documentos. E graças a essas falsificações foi quando foi provado que ele realmente, ele não fez nada de errado. Tanto que logo em seguida foi reeleito né? É, e um dos motivos que foi constatado a lisura dele como prefeito foi um documento que assinaram. O nome dele era Jonatas Ferreira Tavares e numa dessas falsificações assinaram Jonatas Ferreira Soares. Porque realmente o Tavares ele fazia bem garranchado né! E quem falsificou usou de má fé e, graças a Deus não prestou atenção né! Deus quando está no controle das coisas e, assinou assim. Foi o que ouvi dele né! Que assinou Jonatas Ferreira Soares. E por isso, ele foi livre desses absurdos, dessas calúnias que ele sofreu muito e, eu nem tanto porque eu era muito jovem na época e estudava em Santa Luzia. Mas, já depois de adulta conversando e ele também comentou isso... realmente o intuito era esse, como não encontraram nenhum ato, foram falsificando os documentos e numa dessas falsificações aconteceu isso, de assinarem Jonatas Ferreira Soares ao invés de Jonatas Ferreira Tavares. E graças a Deus foi arquivado o processo, ele consegui eleger Antônio Bernardino.

²³ Entrevista concedida ao autor em 31/10/2020

Joselita Guedes, faz uma defesa particular sobre as denúncias sofridas por seu pai. Segundo ela, ouvia do próprio pai Jonatas Ferreira Tavares, que nesse período por ele ser um político da oposição vinculado aos quadros do MDB, sofreu uma série de perseguições durante seu governo, essas perseguições eram em forma de denúncias de corrupção feitas pelos seus opositores locais e que o interventor federal que o substituiu junto com alguns funcionários, forjaram alguns documentos tentando lhe incriminar. No entanto, alguns desses ofícios falsos foram assinados por outrem com o nome de Jonatas Ferreira Soares e que esse fato provou a inocência do seu pai que se chamava Jonatas Ferreira Tavares.

Ela afirma também que no primeiro mandato de seu pai Jonatas Ferreira Tavares, a Secretária era Edith Nóbrega Arruda, filha de seu correligionário Cornélio Alves e não ela como havia afirmado Antônio Adelino no seu relato. Na versão de Joselita Guedes, todo esse imbróglio que houve no final da gestão do seu pai foi em virtude de pertencer ao partido (MDB), que era oposição à ditadura militar e por causa disso sofreu perseguição política a ponto de tentarem afastá-lo do poder, segundo ela acusando-o de praticar “coisas erradas”. No seu relato, Joselita Guedes evidencia que na época ainda era muito pequena, ainda uma criança e o que ouvia era “conversas que escutava era confidências do seu pai a sua mãe, afirmando que naquela época esses assuntos não era coisa de criança” o que evidencia o caráter conservador da sociedade Juncoense naqueles tempos dos anos 60 do século XX.

Por um período de um mês, entre a desincompatibilização do prefeito municipal e a nomeação de Interventor Federal²⁴, o Presidente da Câmara de Vereadores, Avelino Alves da Nóbrega (MDB), não exerceu a chefia do município, sendo sucedido pelo interventor no comando da cidade de Junco do Seridó.

A intervenção federal não foi um caso isolado no Estado da Paraíba além do Junco do Seridó, outros sete municípios também foram contemplados com esse fato e que foram justificados pelas normas estabelecidas do regime imposto através dos atos institucionais²⁵, sendo essa nomeação regida pelo Ato Complementar nº 11, (AI-

²⁴ - Diário Oficial da União. Segunda-feira 14 DIÁRIO OFICIAL (Seção 1 - Parte 1) Novembro de 1966 13159 -

²⁵ - ATO COMPLEMENTAR Nº11, DE 28 DE JUNHO DE 1966.

Nº 11)²⁶, de 28 de junho de 1966, dispõe sobre intervenção federal nos municípios em seu artigo nº 1, dispõe...

Art. 1º Até que sejam empossados os Prefeitos eleitos, na forma do art. 4º, § 1º, do Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, proceder-se-á, por ato do Presidente da República, a intervenção nos Municípios em que se vagarem esses cargos e os de Vice-Prefeito, em virtude de renúncia, morte, perda ou extinção do mandato dos respectivos titulares.

Art. 2º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o art. 1º do Ato complementar nº 5, de 10 de dezembro de 1965, e demais disposições em contrário." (Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/6/1966, Página 7059.).

A intervenção federal no Município de Junco do Seridó, no Estado da Paraíba, teve como fundamento no Ato Complementar número 11, que prevê a Intervenção nos municípios cujos prefeitos tenham seu mandato esgotado sem que tenha ocorrido a eleição de substitutos. O rito e a escolha do nome indicado para ser o Interventor, também seguia as normas imposta pela institucionalidade da ditadura e obedeceu aos critérios contidos nos Ato Complementar nº5²⁷, em dois de seus artigos. O Art. 2º, definia que a intervenção far-se-á mediante a nomeação de um Interventor que exercerá as atribuições conferidas aos Prefeitos Municipais. Já o artigo 3º determinava que se a vacância do cargo de Prefeito Municipal coincidir com o término do mandato dos membros da Câmara Municipal, o Interventor exercerá, também, as atribuições que a esta confere a Lei Orgânica do Município.

Foi seguindo essas normas institucionais que foi decretada pelo presidente Castelo Branco a intervenção federal em Junco do Seridó. Fato esse que foi veiculado pela imprensa em matéria do Jornal do Brasil, datada do dia 15/11/1966, trazia a versão oficial na seguinte manchete da qual noticia a intervenção federal em oito municípios no interior paraibano.

[...] Brasília (Sucursal) —[...]com fundamento no Ato Complementar número 11, que prevê a Intervenção nos municípios cujos prefeitos tenham seu mandato esgotado sem que tenha ocorrido a eleição de substitutos. O Presidente decretou ainda intervenção federal em oito outros municípios,

²⁶ - ATO COMPLEMENTAR Nº 11, DE 28 DE JUNHO DE 1966. ATO COMPLEMENTAR Nº 33, DE 18 DE JANEIRO DE 1967 (Artigo 4) - Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 14 de Novembro de 1966

²⁷ - ARTIGO 2ª E 3ª DO ATO COMPLEMENTAR Nº 5, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1965.

todos situados no interior da Paraíba: Taipu, interventor: Adildo Lins Jerônimo; Mainara, Francisco Antas Cordeiros; Mãe D'Água, José Paulino da Costa; Jupiranga, Teonas da Cunha Itatuba, Francisco Ernesto de Andrade; Frei Martinho, Antônio Faustino Gomes Filho; Arara, Maurício da Cunha Moreno, e Junco de Seridó, Francisco Correia de Queiroz. (Jornal do Brasil, 15-11-1966, grifos meu.).

O novo interventor teria a missão de conduzir a prefeitura até a transmissão do cargo ao vencedor do pleito de 15 de novembro de 1966. A nomeação do interventor²⁸ foi decretada pelo Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco.

Notamos que há motivações explícitas para a nomeação de um interventor neste momento. O presidente da câmara seria o substituto natural para em caso de afastamento do prefeito e do vice-prefeito, o que não aconteceu. Fato era que o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Alves da Nóbrega, era um dos líderes Mdebista no município e aliado incondicional do Prefeito Jonatas Ferreira. Portanto, fica evidente que a intervenção federal atendeu a interesses ligados à política local, já que os vereadores oposicionistas tinham interesse direto no caso, evidenciando que nunca aceitaram a derrota nas urnas nas eleições municipais de 1962. Assim, fica óbvio que o golpe militar de 1964, abriu a possibilidade, em âmbito local, de disputas políticas mal resolvidas no contexto democrático tornarem-se mais incertas, provocando acirramento pelo poder entre atores políticos Juncoenses insatisfeitos com o resultado eleitoral até ali obtido. Aquilo que ficava sob a forma de conflitos disfarçados no contexto democrático, sob o Estado de Direito, tornava-se passível de outras medidas em um estado de exceção como aquele em que o Brasil iniciava a partir de abril de 1964. Ao passo que o regime militar foi se estabelecendo, moldando o arcabouço institucional e, no limite mesmo, interferindo através das intervenções para reposicionar a cidade nas mãos de personalidades ligadas ao regime e seu partido, poderemos verificar o retorno a uma rotina política menos incerta e mais contida nos limites institucionais formais. Foram estas disputas políticas pelo poder local num contexto em que os políticos de Junco do Seridó, buscaram atingir objetivos até então represados pelos limites políticos formais que o poder da cidade foi entregue a um Interventor Federal, em novembro de 1966.

²⁸ ATO COMPLEMENTAR Nº 11, DE 28 DE JUNHO DE 1966 - Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/6/1966, Página 7059.

Essa medida Institucional e autoritária imposta pelos Atos Complementares, tinha como objetivo enfraquecer o grupo político vinculado aos quadros do MDB “oposição consentida” que comandava a cidade sob a liderança do Prefeito Jonatas Ferreira Tavares afastando-o do cargo junto com seu vice-prefeito Antônio Bernardo da Nóbrega, para em seguida entregar o poder do município nas mãos de pessoas ligadas ao grupo político da ARENA, que nessa época estavam compondo o quadro da oposição no município. Dessa forma, a intervenção ocorreu para reposicionar a cidade nas mãos de personalidades ligadas ao regime e seu partido.

O método de nomeação para o cargo do executivo municipal seguiu as normas impostas pela ditadura militar, conforme determinava o Ato Complementar nº 11²⁹. Entretanto, para a escolha do representante local que assumiria o poder como Interventor Federal, seguiu-se um rito que partia de uma escolha do grupo Arenista que tinha a missão de indicar um nome de sua base. Após várias reuniões, o grupo indicou três nomes: Lourival Dantas de Medeiros, Celso Dantas de Medeiros e Francisco Correa Queiroz.

Essa lista tríplice foi enviada ao governador do Estado da Paraíba a quem coube a indicação do nome do Interventor para a cidade de Junco do Seridó. O escolhido foi Francisco Correa Queiroz, também conhecido como tenente Queiroz. Seu nome teria sido o terceiro em uma lista tríplice, como que fosse apenas para complementar o leque de opções. No entanto, saiu dali a sua indicação. Dentre outros fatores o que pode ter contribuído e influenciado para sua escolha estão a sua carreira militar, Francisco Queiroz era tenente reformado do Exército brasileiro e o fato de que ele já havia sido interventor no município paraibano de Juazeirinho entre os anos de (1939-1944), durante o Estado Novo.

Sobre os acontecimentos decorridos para a escolha do novo interventor para a cidade do Junco do Seridó, o entrevistado, José Bezerra da Nóbrega³⁰, arenista e com viés ideológico de direita, referiu-se a esse momento dizendo:

²⁹ ATO COMPLEMENTAR Nº 11, DE 28 DE JUNHO DE 1966. art. 4º § 1º, do Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966.

³⁰ Entrevista concedida ao autor no dia 13\05\2021

[...] Como a oposição de Junco era muito forte pediram uma investigação federal porque achavam que tinha corrupção na prefeitura, a investigação veio aí... foi interrogado o prefeito, os vereadores, muita gente... mas ninguém foi perseguido, sofreu tortura, aqui no Junco não! Ai... Mandaram pedir o nome de três pessoas por certo, acharam corrupção... pediram o nome de três pessoas para escolher o interventor, levaram o nome de Lourival Dantas de Medeiros, Celso Dantas de Medeiros e Francisco Correa Queiroz. Era um militar chamado Tenente Queiroz. O nome que foi escolhido para ser o interventor foi do Tenente Queiroz. [...] alguns líderes ali do partido não gostaram dessa escolha, acho que não tinha confiança nele [...].

A versão relatada por José Bezerra da Nóbrega, sobre esse conturbado período da História Juncoense. Primeiro é marcada por um forte pensamento conservador típico de um Arenista defensor do regime implantado em 1964, essa defesa está explícita quando ele afirma que após as denúncias de corrupção que partiram dos vereadores opositores ao poder local, vinculados ao seu grupo político (ARENA), houveram apenas investigações mas ninguém foi preso ou torturado. Nas suas palavras essa ação soa como suavizada, normal, No entanto, tratava-se de uma ação coercitiva e de uma prática temerária e traumática para os envolvidos, afinal o período em que estavam vivendo era de um regime de exceção. O segundo ponto que chama a atenção na sua narrativa é sobre a escolha do nome de Francisco Correia de Queiroz para ser o interventor, segundo José Bezerra da Nóbrega, o nome do tenente Queiroz foi colocado na lista como mais um nome apenas para completar a relação de três. Para ele, os arenistas acreditavam que o nome escolhido seria um dos outros dois indicados devido a força política deles dentro do partido. Ou seja, a escolha de Francisco Correia de Queiroz não foi vista com bons olhos até mesmo por seus pares.

Para o entrevistado Antônio Adelino, esse que conviveu e fez parte da curta administração do interventor Francisco Queiroz, nos faz um pequeno relato sobre o Tenente Queiroz:

[...] Ele era uma pessoa o seguinte: E estive lá, participei, fui convidado para fazer um trabalho de documentação. Eu trabalhei uns dias. Eu e outros da equipe, gente de luxo... Queiroz era o seguinte: um cidadão parece que estou vendo ele agora, diferente de nós, ele era pernambucano de ideias diferente, muito assim elegante, fidalgo, orgulhoso, falava pouco, mas, o pouco que falava, falava, mas no fundo não tinha convicção do que falava. E por final, coisa ruim é defender a terra dos outros quando a gente é de outro estado, não é? Era filho de Pernambuco, seus costumes lá... sangue diferente e vir administrar e dá opinião em uma pequena cidade da Paraíba... novos costumes e sem falar na organização política da época, cada estado tem seu modelo político né? O Pernambuco sempre foi diferente da Paraíba, lá seja na época de Miguel Arraes então é uma agitação política e uma ideologia

política diferente da Paraíba. Então eu tinha uma certeza absoluta como vizinho de propriedade que era, eu não era assim admirador, seguro, fiel, que ele pudesse fazer nada porque fugia um pouco do conhecimento dele.[...]

Conforme o relato de Antônio Adelino, durante o período de convivência entre ele e o Tenente Queiroz, era que o interventor teria dificuldade em administrar o município por ser filho de outro estado e ter costumes diferentes dos moradores do Junco do Seridó e isso, poderia ser um empecilho no seu convívio cotidiano. Entretanto, Francisco C. Queiroz na época parecia muito bem adaptado aos costumes e tradições locais, pois a muitos anos já habitava no município inclusive era proprietário rural, político e residente na zona rural do município em uma de suas fazendas.

Com relação a sua curta passagem à frente do executivo municipal Antônio Adelino nos relatou que o Tenente Queiroz em conversas paralelas falou pra ele algo sobre a situação que se encontrava a prefeitura municipal.

[...] Ele dizia o seguinte, quando nos reunia lá com a gente, que a bomba era muito grande que, ia estourar uma bomba muito grande e, tinha muita coisa errada aqui dentro... e vocês aguardem que jamais essas coisas vão se repetir aqui. Mas, eu percebi que aquela forma dele falar era baseado nos advogados, nos processos. Até eu lembro essa frase; vou citar o nome do cidadão já falecido seu Celso Freire, era vereador na época e um militar da auditoria do Estado... “senhor Celso, o senhor humilde, fazendeiro, abandone essa vida, isso não dá para o senhor” (...) lembro dessas palavras: “O senhor assinou tantos documentos aqui sem saber o que estava fazendo”. Essa frase eu mim recordo, foi o conselho que ele deu a seu Celso Freire: “Volte a cuidar de sua fazenda, você é um homem integro, honesto, mas, o senhor não pode participar de uma administração dessa.

Conforme Antônio Adelino, o interventor federal Tenente Queiroz, alertava seus correligionários sobre um possível mar de lama que se encontrava a Prefeitura Municipal do Junco do Seridó-PB, para o tenente, a corrupção havia chegado a um patamar que revelado após a realização de uma auditoria levaria a um escândalo nunca visto na cidade. Apesar do alarde e do clima tenso proposto pelo interventor sobre a possível situação deixada na prefeitura municipal pelo gestor Jonatas Ferreira Tavares, nenhuma prova de ato de corrupção foi encontrada contra o antigo gestor.

O entrevistado Bento Coelho³¹, militar, ideologicamente conservador de direita, nos relatou que se lembra do afastamento do Prefeito Jonatas Ferreira do cargo: “Eu lembro foi em 1966? Pronto eu já votava... agora o Tenente Queiroz era forte demais...” Seu Bento Coelho também recorda, que esse período era uma época de ordem, como é demonstrado nas suas palavras:

[...] Eu trabalhava na delegacia e não lembro. Qual foi o ano? 1966? Foi? Há sim, lembro, lembro, veio sim, mas, deu tudo certinho depois... Teodoro, seu Jonatas eram homens de bem. O cabo José Rodrigues era quem comandava a cidade, trabalhou treze anos como delegado. O homem forte também. Na época do Tenente Queiroz ele era quem comandava, tinha ordem, tinha ordem dentro do Junco do Seridó, trabalhava mais eu. O cabo Rodrigues era aliado do Tenente Queiroz e na época que era para dá posse a Antônio Bernardo, ele guardou os documentos da prefeitura na delegacia. Eu lembro disso, eu trabalhava com ele, foi guardado lá. Eu seguia a ordem do Tenente e guardava tudinho lá[...]

Percebemos que na fala de Bento Coelho, ideias permeadas pela ideologia dominante. Na sua visão, a ditadura militar era importante para manter a ordem, a lei e a moral, enfocando em suas palavras que naquele tempo existia mais “respeito” com as autoridades. Essa visão de “moralidade” e “ordem” soam mais fortes do pensamento de Bento Coelho, por sua formação militar e por seu pensamento conservador em que acreditava ser a ditadura militar instaurada em 1964 o meio possível para eliminar os vícios da administração civil como; a corrupção, a moral e a falta de respeito às instituições.

Essa ideia justificada pelos militares e seus ideólogos de que o golpe de Estado de 1964 e a ditadura implantada pós golpe, tinha como objetivo acabar com a corrupção no país era um discurso que legitimava a ideia dos militares como benfeitores e honestos. Entretanto, as estratégias para difusão desse tipo de pensamento na sociedade foram construídas e divulgadas ideologicamente através da censura aos meios de comunicação como rádio, televisão e jornais escritos, varreram para debaixo do tapete, alguns casos de práticas de corrupção dentro do governo, os quais eram conhecidos só nos bastidores do poder. O caso do Ministro Mário Andreaza³² é um dos atos ocultados pelo governo. Conforme afirma (Skidmore, 2004, p.475). “Este que fora ministro em três governos, foi alvo de acusações de

³¹ Entrevista concedida ao autor em 15/10/2020

³² Mário Andreaza, foi Ministro dos Transportes nos governos de Costa e Silva e de Médici e Ministro do Interior no Governo de Figueiredo. Nessa época, era Ministro dos Transportes do Governo Médici. Skidmore, 2004, p.p. 474/475.

corrupção e de enriquecimento ilícito em troca de concessões de contratos para a construção da Ponte Rio – Niterói”.

Um dado interessante é revelado por Bento Coelho, sobre a administração do Tenente Queiroz a quem tinha como braço direito de seu governo local a aliança com José Rodrigues de Brito, o “cabo Rodrigues”, comandante da Polícia Militar na cidade que era visto como o braço forte do interventor para impor e garantir “ordem”. Nesse sentido, a função da Polícia Militar no município ia além de suas funções institucionais para dar respaldo aos interesses da política local e isso fica evidente quando o entrevistado Bento Coelho nos revela que; “o cabo Rodrigues era aliado do Tenente Queiroz e na época que era para dá posse a Antônio Bernardo, ele guardou os documentos da prefeitura na delegacia.” Ou seja, os arquivos da prefeitura municipal que deveriam estar guardados e seguros na própria prefeitura, foram retirados e guardados na delegacia de polícia local, vizinho à casa do cacique Arenista Francisco Cabral de Oliveira, como uma demonstração de poder. Era motivo de chacota na época as lideranças arenistas, se gabarem dizendo que se perdessem a eleição de 15 de novembro para Antônio Bernardo (MDB), este não assumia porque a prefeitura estava nas mãos deles.

O período de afastamento do Prefeito Jonatas Ferreira Tavares (MDB) e o governo do interventor federal, Francisco Correia de Queiroz, duraram cerca de um mês, justamente o mês de novembro de 1966, mês que também ocorreu as eleições municipais para prefeito e vereadores e mesmo em pouco espaço de tempo causou todo esse imbróglio.

Investigando os Arquivos da Câmara Municipal de Junco do Seridó, em busca de informações acerca do período em estudo, apenas encontramos raros registros acerca da passagem rápida e conturbada do Interventor Federal no município. Consta no Livro de Atas³³ referente à segunda legislatura (1966-1969) a ata da 12º sessão ordinária da Câmara Municipal de Junco do Seridó-PB, em 05 de junho de 1967: a seguinte menção:

³³ Livro de Atas da Segunda Legislatura (1966-1969), Arquivo da Câmara Municipal de Junco do Seridó-PB

[...] O senhor presidente nomeou uma Comissão composta de seis vereadores para darem o parecer sobre a Mensagem apresentando Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 1966, com funções compreendida no período de 1º de janeiro a 30 de outubro, bem assim o mês de dezembro do mesmo ano. A comissão ficou designada da seguinte maneira José do Nascimento – Presidente, Elsa de Lucena Nóbrega – Relator, Elias Coelho de Luiz – Comissão de Finanças, Celso Dantas de Medeiros, João Rufino de Carvalho e Antônio Simão do Nascimento, tendo-se ouvido o seguinte. Os vereadores José do Nascimento, Elsa de Lucena Nóbrega e Antônio Simão do Nascimento, declarariam que nada tinha a opor e votava a favor da Prestação de Contas compreendidas no período de 1º de janeiro a 30 de Outubro, bem assim do mês de Dezembro do mesmo ano, não aprovariam portanto o mês de Novembro, período este da Interventoria, que lamentavelmente não se encontra na Municipalidade quaisquer registro contábeis ou documentos de Receitas e Despesas realizada no mês de Novembro, conforme consta na respectiva mensagem. Os vereadores Elias Coelho de Sousa, João Rufino de Carvalho e Celso Dantas de Medeiros, apresentaram o seguinte Parecer: Não votavam porque, não estavam de acordo com o debito, porém, nada desaprovavam o que continham aquela continha digo, documentação. Decorrido o espaço de tempo, desiguado ao parecer e obtido o resultado, o s.r. Presidente expôs a matéria em votação, obedecendo o processo simbólico, tendo portanto, sido aprovada pelos vereadores: José do Nascimento, Elsa de Lucena Nóbrega e Antônio Simão do Nascimento, obtendo-se assim, três votos a favor e três votos contra, ficando empate a votação o s.r. Presidente, votou, como determina a lei, ficando assim aprovadas as contas do Exercício Financeiro, compreendido no período de 1º de Janeiro a 30 de Outubro de 1966...” (Livro de Atas, 2ª Legislatura,(1966-1969), p. 11-13. Grifos meus).

Além do Livro de Atas da Câmara Municipal, corresponde à segunda Legislatura, a intervenção federal também foi registrada no Livro de Atas de Registro de Leis Sancionadas da Prefeitura do Município de Junco do Seridó, como um dado negativo ao passo que esse mês de novembro não foi deixado registro contábeis sobre suas despesas:

[...]O prefeito municipal de Junco do Seridó, faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art 1º Ficam aprovadas as contas do Exercício Financeiro de 1966, com funções compreendidas entre 1º de Janeiro a 30 de Outubro e o exercício de Dezembro do mesmo ano;

I – as contas acima discriminadas compreendem o período de 1º de Janeiro a 30 de Outubro de 1966;

II – Não consta o mês de Novembro, período da intervenção não consta, digo encontrando na municipalidade quaisquer Registro Contábeis;[...]
(Livro de Atas,11 de junho de 1967,p-24, grifos meus).

As escassas fontes escritas a que tivemos acesso sobre o período que o município foi governado por um Interventor Federal nos forneceu poucas informações, mas de grande relevância. As menções são sobre a falta de contabilidade do mês novembro na prestação de contas do ano de 1966.

Esses registros foram encontrados contidos em dois livros oficiais do município. O primeiro no livro de Atas da Câmara Municipal de Vereadores, (2ª Legislatura) e o segundo, consta no livro de Atas de Registro de Leis Sancionadas da Prefeitura Municipal e, ambas fazem menção apenas no tocante a falta de prestação de contas pelo interventor Francisco Correia de Queiroz no mês de novembro do ano de 1966, mês que o Município do Junco do Seridó foi governado por um interventor. Conforme está registrado no livro de atas da Câmara Municipal de Vereadores, consta que uma comissão mista formada por vereadores da situação e da oposição deram um parecer favorável à aprovação das contas do poder executivo do ano de 1966 com exceção do mês de novembro, mês em que o Interventor Federal não deixou quaisquer dados contábeis referentes a esse mês. No entanto, mesmo com essa ressalva as contas do Prefeito Jonatas Ferreira Tavares foram aprovadas.

Dessa forma, com esta perspectiva panorâmica podemos deduzir que a vida política do jovem Município do Junco do Seridó, em 1966 foi efervescente. No contexto nacional, Os Presidentes-generais foram moldando aos poucos, através de uma legislação de exceção, como é o caso dos chamados Atos Institucionais o Aparelho Estatal Brasileiro e interferiram diretamente na vida política de muitas cidades.

3.3 EM PLENO PERÍODO DE INTERVENÇÃO OCORRE A PRIMEIRA CONSULTA ÀS URNAS NO BIPARTIDARISMO

Humberto de Alencar Castello Branco, (1964-1967), foi o primeiro general militar escolhido, Presidente da República em 15 de abril de 1964. Em seu pronunciamento, declarou defender a democracia, porém, ao começar seu governo, assumiu uma posição de um governo ditatorial. Estabeleceu, através do Ato Institucional nº 2, eleições indiretas para presidente, além de dissolver os partidos

políticos. Vários parlamentares federais e estaduais tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos e constitucionais suspensos e os sindicatos receberam intervenção do governo militar.

Em seu governo, foi instituído o bipartidarismo. Só estava autorizado o funcionamento de dois partidos: MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Enquanto aquele formava a oposição consentida, este representava a situação. O estabelecimento do bipartidarismo prescrito no Ato Institucional nº 2 causou muitas alterações no quadro político institucional de Junco do Seridó, os membros do PSD, se enquadraram nos quadros do MDB, já os membros da UDN, migraram para a ARENA, conforme como aconteceu em boa parte do Brasil.

Com o Golpe de Estado Militar de 1964 chegava ao fim a experiência democrática que vigorava desde 1945. Os militares que se impuseram na união empresarial-militar que articulou o Golpe de Estado, instalaram progressivamente, seu projeto de poder em detrimento das aspirações de seus líderes civis e aos poucos colocaram em execução seu processo de construção e consolidação a sua escalada da institucionalidade autoritária. Apesar de seu projeto de poder ali já estivesse explícito, foi necessário colocar em prática ações saneadoras para conter os desejos das diversas classes e frações de classe que apoiaram o golpe sedento por interesses próprios e poder. Por isso, o processo de implementação de uma instituição autoritária foi imposto após os processos políticos e as crises internas que moldaram, nos momentos que sucederam o golpe, uma ditadura de feição eminentemente militar.

Foi numa conjuntura em busca de resolver uma crise institucional advinda do embate entre a esfera da representação burocrática e a esfera da representação política no interior do Estado, que teve a edição do AI-2. Este fortalece a intervenção institucionalizada do executivo. (MACIEL,1999, p, 49). A edição do segundo ato institucional em outubro de 1965 é consequência direta do embate, entre as duas formas de representação, expresso pelas eleições estaduais. Maciel (1999, p. 49) afirma que;

A recomposição da coesão militar se deu com base numa barganha que pagou a realização das eleições estaduais e a posse dos eleitos, com o cancelamento das eleições diretas para presidente em 1966. Este acordo, simbolizado pelo chamado "pacto Castelo/Costa e Silva", foi fértil de consequências, pois significava a ruptura com um aspecto decisivo da institucionalidade democrática; no topo da burocracia passaria a haver um

presidente não escolhido pela consulta política mediada pelo sufrágio universal. Esta mudança reduzia drasticamente a abrangência das instâncias e dos *loci* decisivos na escolha do novo governante, com um claro esvaziamento do papel dos partidos e de seu papel mobilizador na sociedade civil.

Dessa forma, o Ato Institucional nº 2 - AI-2 começava uma fase em que os elementos essenciais da institucionalidade liberal-democrática vigente desde 1946 foram eliminados. “Os aspectos que sobrevivem, como o sufrágio universal (para cargos parlamentares e executivos municipais) e os partidos, não mais se orientam pela reprodução de uma institucionalidade liberal democrática, mas são mecanismos reprodutores de uma institucionalidade autoritária” (IDEM,1999, p,49). Buscava-se com isto, uma quebra da institucionalidade anterior e na construção da institucionalidade autoritária. Sendo assim, o AI-2 (e os posteriores atos complementares) dentre outras medidas estabelecia que;

As eleições indiretas para presidente da República e para governadores de estado, extingue os partidos existentes, permite a aprovação dos decretos do executivo no Congresso por decurso de prazo, amplia as prerrogativas presidenciais para a cassação de mandatos e a decretação do estado de sítio e interfere no Judiciário — aumentando o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16 e transferindo para o foro militar o julgamento de civis acusados de crime contra a segurança nacional.(MACIEL, 1999,p,49).

Era intenção dos militares gerais manterem alguma fachada democrática, em nome da qual o golpe fora deferido. Por isso, uma das medidas estabelecidas na construção da institucionalidade autoritária, foi a manutenção do Sistema Partidário então vigente e do congresso Nacional em funcionamento, mesmo que profundamente alterado pelas cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos, nos primeiros meses após o Golpe de Estado. Apenas em outubro de 1965, mais de um ano após o Golpe, os militares extinguiram o sistema pluripartidário vigente, pelo Ato Institucional Nº 2 (AI-2). “Deste modo, a extinção dos partidos significou uma intervenção brutal do governo militar sobre a organização autônoma da sociedade civil, atingindo especialmente os segmentos ligados à mobilização popular” (IDEM,1999, p, 50).

A extinção do sistema pluripartidário, na verdade foi uma resposta imediata dos militares à fragorosa derrota eleitoral sofrida pelos candidatos do regime nas eleições para Governador do Estado nos importantes redutos da Guanabara e de Minas

Gerais, às tensões provocadas pelos setores mais radicais das Forças Armadas, e às derrotas que o Governo Castelo Branco sofreu no Congresso Nacional. Tais derrotas foram a tentativa legislativa de pôr em prática as medidas radicais de repressão propostas pelos militares para fecharem ainda mais o regime e darem mais poderes ao executivo. Pouco tempo após a edição do AI-2, o Ato Complementar 4, de novembro de 1965, estabelecia as novas regras para reorganização do Sistema Partidário Brasileiro.

Os atos complementar número 4 (novembro de 1965) e institucional número 3 (fevereiro de 1966) estabelecem as regras para a criação de novos partidos, o que praticamente limita-os a dois: a ARENA (governista) e o MDB (oposição). Aproveitando as duras condições para o registro dos partidos, criadas pela lei orgânica dos partidos e pelo código eleitoral, ambos de julho de 1965 (que exigia o mínimo 51 de 3% dos votos nas eleições legislativas, de novembro, em 11 estados, a eleição de 12 deputados federais por 7 estados e a formação de diretórios estaduais em 11 estados), os atos complementar e institucional aumentam as exigências: no mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores no Congresso. Com isso, o governo militar forçou os setores políticos aliados a se reunirem numa única estrutura partidária, além de aumentar enormemente seu bloco de apoio no Congresso, pois a Arena foi engrossada por diversos setores que teriam outra opção, mas que, por instinto de sobrevivência ou oportunismo, resolveram incorporar-se em seu interior. (MACIEL, 1999, p, 51).

Dessa forma, a extinção dos partidos se configura como mais um episódio no processo de desmonte da institucionalidade, modelando a arena da disputa política pela nova institucionalidade autoritária.

Nas regras impostas, as novas organizações, que ainda não tinham o caráter de partido, deveriam obter, para serem registradas, apoio de um terço dos Deputados Federais e um terço dos Senadores. Com isso, a intenção do governo era...

[...] tornar oficial o que na prática se organizava desde a eleição de Castelo Branco no Congresso Nacional, um Bloco Parlamentar amplamente majoritário de apoio ao Governo, composto pelos parlamentares leais, independentes dos seus partidos anteriores. A manobra tinha o objetivo de formar um grande partido do governo, com até dois terços dos congressistas, e uma oposição consentida, de fachada, e com pouco poder, ao menos sem poder de enfrentamento ou veto à agenda do executivo, com apenas um terço dos congressistas, na medida em que os principais líderes de esquerda ou opositores ao Golpe de Estado, que se aglutinariam na oposição, já haviam sido cassados, assim como seus direitos políticos. Era evidente que as forças contrárias ao Regime sairiam em profunda desvantagem na reorganização partidária, como o governo já havia previsto. No projeto de poder dos militares, essa oposição institucional, consentida, fazia parte dos planos da constituição de um regime político híbrido, composto por procedimentos

mínimos constitucionais com poderes arbitrários do Executivo, controlado pelos militares, com legitimidade no apoio civil. (LAMEIRA E PERES, 2015, p. 9).

Seguindo essas normas estabelecidas, os parlamentares que se alinhavam ao projeto do Governo e que em sua maioria, haviam apoiado o Golpe de Estado;

se aglutinaram na Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Com essa medida o governo militar partidariza a subordinação da esfera de representação política à esfera de representação burocrática, pois a ARENA torna-se um apêndice do governo nas outras instâncias da sociedade política (Congresso, governos estaduais e municipais, legislativos estaduais e municipais). Segundo seu primeiro presidente nacional, Daniel Krieger (1977, p. 205-208), a função do partido era obter legitimidade para o governo junto à sociedade e continuar a “obra revolucionária”. Ou seja, a ARENA era um *partido institucional*: ao invés de ser um aparelho privado de hegemonia, localizado na sociedade civil, com vistas à ocupação do Estado, era, ao contrário, um aparelho do Estado, com vistas a obter legitimidade junto à sociedade para o reforço de seu caráter autocrático. Legitimidade obtida através do voto e não da mobilização social. (IDEM, 1999, p. 51-52).

No tocante ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) também pode ser considerado um *partido institucional*, pois foi criado para referendar o jogo de cartas marcadas, que era a busca de legitimidade para o governo por parte da ARENA e por isso...

[...] Sua sobrevivência dependia de sua resignação em comportar-se conforme a perspectiva autocrática da Ditadura, ou seja, aceitar a participação subalterna que lhe cabia no Congresso e renunciar a qualquer perspectiva de mobilização popular mais consequente. Aliás, até a crise do final de 1968 a postura predominante no MDB em relação ao governo, dita em diversas ocasiões pelos seus líderes e representantes, foi de colaboração, pois a ilusão com a perspectiva moderadora ainda era considerável. Em suma, o MDB também é um partido institucional como a ARENA, um partido de oposição institucionalizado pelo Estado, de cima para baixo, que não traz legitimidade ao governo, mas dá legitimidade à institucionalidade autoritária. (MACIEL, 1999, p.53).

Por esse motivo foi considerado um partido de oposição consentida composto predominantemente pela oposição burguesa, embora sem liberdade. Embora sabendo que as dificuldades para se construir o partido do MDB, que representasse

uma oposição a um regime autoritário, eram enormes. Primeiro porque ser oposição em um regime de exceção poderia ter consequências terríveis, tais como ocorria com as cassações, prisões, exílios etc. Segundo, era a própria capacidade de se atingir os números exigidos para sua formação. Mesmo diante das adversidades em dezembro de 1965 o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) preenche os pré-requisitos para sua formação, porém;

Durante os primeiros dez anos de regime militar a política partidária não teve muita importância, levando o MDB a sofrer frequentes expurgos, não tendo condições de fazer uma verdadeira oposição. Basta lembrar que, entre 1968 e 1969 o Congresso foi fechado durante dez meses. Outra dificuldade do MDB era seu pouco acesso aos meios de comunicação de massa, sofrendo sucessivas derrotas em eleições viciadas. Este quadro levou o partido a discutir até a possibilidade da autodissolução, no início da década de 1970. Em meio a tantas dificuldades, a consolidação do MDB como organização foi um processo que começou a se desenvolver apenas nos últimos anos do bipartidarismo (KINZO, 1988, p.55).

No entanto, com o decorrer do tempo, o processo político, isto é, as eleições, o Congresso e os partidos se tornaram instituições importantes para o regime militar e para a lenta e gradual transição para a democracia. Como foi exposto, era relevante para os generais-militares alguma medida que referendasse o discurso legitimador do regime. Foi, aliás, segundo alguns autores, esta, “adesão parcial”, a um discurso democrático que evitou que os militares institucionalizassem um regime puramente autoritário.

Em âmbito nacional a composição parlamentar para a formação das novas agremiações foi fortemente marcada por uma grande maioria de deputados que foram para a ARENA oriundos da UDN e do PSD, enquanto no caso do MDB a maioria vinha do PTB, partido de tradição trabalhista e de oposição. A mesma realidade era vista na composição para o Senado. Diversos políticos e alguns autores afirmam que o MDB, em seu início, dificilmente poderia ser caracterizado como um partido de fato, com estrutura partidária hierárquica etc. Criado por parlamentares, a organização do partido se deu, evidentemente, de cima pra baixo. Quando de sua criação foi montado um diretório provisório, que integrou todos os parlamentares que assinaram o manifesto de fundação. Eles, foram os mesmos que, com a ajuda de deputados Estaduais, formaram os diretórios regionais em seus respectivos Estados (KINZO, 1988, p.37).

A Convenção Nacional era composta de membros do Diretório Nacional, delegados dos estados e representantes do partido no Congresso. O objetivo era a construção de um partido com base democrática o bastante para contrastar com a política “de cima pra baixo” da ARENA. O MDB, como único partido de oposição institucionalizado, teve vários de seus líderes cassados pelo AI-5, o que dificultava a construção de uma identidade partidária e mesmo da construção hierárquica pretendida. Além disso, havia uma enorme dificuldade para o MDB se constituir num partido realmente nacional, pois, pela legislação eleitoral vigente, para se tornar reconhecido tinha que possuir expressiva representação municipal e em metade dos estados do país. Agrava-se a isso a óbvia falta de recursos financeiros que um partido de oposição em um regime ditatorial possuía. Para resolver este problema, tentaram duas fontes de renda: a contribuição mensal dos membros do partido com mandato político (3% do salário) e a cota recebida do fundo partidário. Mas como esta cota era proporcional ao número de deputados, o MDB sempre recebia bem menos que a ARENA (MATTOS, 2007 OPC. KINZO, 1988, p.53).

No Município de Junco do Seridó, as ações partidárias se davam seguindo as orientações dos Diretórios Estadual e Federal. O MDB, em Junco do Seridó era formado por lideranças pertencentes a fração burguesa vinculados ao setor agrário e não tinha embates ideológicos contra o regime da ditadura. Pelo contrário, governaram a cidade durante boa parte do período, dialogando com o sistema e só perderam o poder devido a uma cisão oligárquica dentro do próprio grupo político local que acabou por enfraquecê-los com a saída de um dos seus caciques Antônio Bernardo da Nóbrega para a ARENA, em 1972, fato que fez virar o jogo político na cidade pois, ao perder essa liderança com enorme peso político a balança partidária cedeu para o lado dos adversários arenistas. Com o fim da hegemonia o MDB local, passa a ser oposição no município, assumindo seu papel imposto pelas normas autoritárias do regime (Um partido de oposição). No entanto, boa parte da população não via o MDB como uma oposição ao regime. Mas como um partido a fazer a oposição do “sim, senhor”.

O Quadro 17 faz um comparativo da migração da política partidária Juncoense após a formação do novo sistema partidário brasileiro pelo Ato Institucional nº 2 (AI - 2). Destacando que devido a questão política partidária local ser bastante polarizada entre dois grupos, o estabelecimento do bipartidarismo prescrito no Ato Institucional nº 2, não causou alterações no quadro político institucional do município do Junco do Seridó, como ocorreu em boa parte do Brasil.

Quadro 17 - Filiação partidária dos políticos de Junco do Seridó no multipartidarismo e no bipartidarismo - 1962/1966.

Políticos Juncoenses	1962	1966
Jonatas Ferreira Tavares	PSD	MDB
Otacílio José de Medeiros	UDN	ARENA
Francisco Cabral de Oliveira	UDN	ARENA
Francisco Correia de Queiroz	PTB	ARENA
Teodoro Napoleão Bezerra	UDN	ARENA
Antônio Bernardo da Nóbrega	PSD	MDB
Cornélio Alves da Nóbrega	PSD	MDB
Avelino Alves da Nóbrega	PSD	MDB
Cícero Pereira do Nascimento	PSD	MDB
Elza de Lucena Nóbrega	PSD	MDB
Antônio Coelho de Sousa	UDN	ARENA
José do Nascimento	PSD	MDB
Celso Dantas de Medeiros	UDN	ARENA
Lourival de Medeiros Dantas	UDN	ARENA

Fonte: Câmara Municipal de Junco do Seridó. (1966) (Adaptado pelo autor)

O Quadro 18 é um instantâneo dos líderes de cada partido naquele momento. Podemos perceber que os caciques partidários que já lideravam seus partidos no pluripartidarismo seguiram à frente de seus respectivos partidos no novo sistema.

Quadro 18 - Composição dos diretórios municipais ARENA e MDB em 1966.

	ARENA	
Presidente	Otacílio José de Medeiros	Comerciante
Vice-presidente	?	?
	MDB	
Presidente	Cornélio Alves da Nóbrega	Fazendeiro
Vice-presidente	Cícero Pereira do Nascimento	Proprietário rural

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal (1966). Adaptado pelo autor

O Movimento Democrático Brasileiro em Junco do Seridó contava com duas forças políticas que estavam em franca ascensão e em pleno auge do poderio político do seu grupo. Para o pleito de 15 de novembro de 1966, o partido do MDB, indicou os nomes do atual Vice-prefeito, na época, Antônio Bernardo da Nóbrega, para ser candidato a prefeito e o seu vice na composição da chapa foi a de uma grande liderança representante de uma das maiores comunidades rurais do município, a Comunidade da Carneira, Cicero Pereira do Nascimento. A ARENA, por sua vez, uniu forças com as escolhas dos seus principais líderes para concorrerem a esse pleito através dos nomes de Francisco Cabral e como candidato a vice-prefeito Teodoro Napoleão.

Como já sabemos, em 1966, a ARENA foi duramente derrotada em Junco do Seridó. O partido da situação local o MDB fez o Prefeito Antônio Bernardo da Nóbrega com uma maioria de 96 votos. Elegeram quatro vereadores e fez o deputado federal com suas bases eleitorais na cidade, Petrônio Figueiredo. Entre os Deputados Estaduais, o MDB também elegeu, José Gayoso, não podemos ignorar essa verdadeira derrota eleitoral que o partido do governo sofreu naquele ano em Junco do Seridó. No entanto, a derrota eleitoral em Junco do Seridó não foi um fenômeno isolado.

Quadro 19 – Eleição para Prefeito – 1966 – Junco do Seridó-PB.

Candidato	Partido/Coligação	Votação	%Validos	Situação
Antônio Bernardo da Nóbrega Vice Prefeito: Cícero Pereira do Nascimento	MDB	736	53,49%	Eleito
Francisco Cabral de Oliveira Vice Prefeito: Teodoro Napoleão Bezerra	ARENA	640	33,57%	Não Eleito
Votos Nulos		20		
Votos brancos		29		
Total apurado		1.425		
Eleitorado		1.651		
Abstenção		226	13,69%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - (2020)

Quadro 20 – Eleições para o cargo de Vereador – 1966 – Junco do Seridó - PB

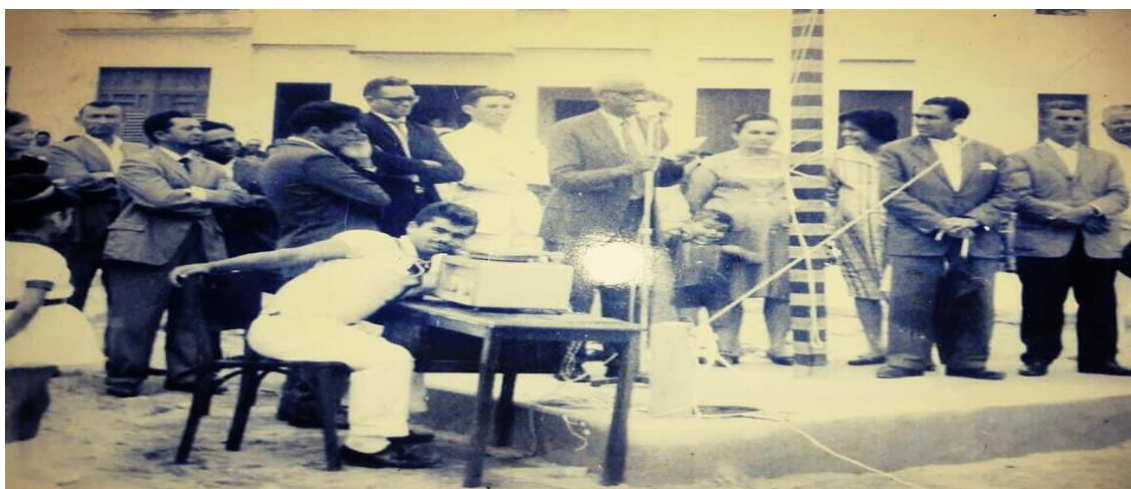
Candidato	Partido/Coligação	Votação	%Validos	Situação
João Rufino de Carvalho	ARENA	190	14,12%	Eleito
Antônio Simão do Nascimento	MDB	161	11,96%	Eleito
Avelino Alves da Nóbrega	MDB	144	10,7%	Eleito
Celso Dantas de Medeiros	ARENA	123	9,14%	Eleito
Elza de Lucena Nóbrega	MDB	111	8,25%	Eleito
Elias Coelho de Souza	ARENA	107	7,95%	Eleito
Otacílio José de Medeiros	ARENA	102	7,58%	Suplente
José do Nascimento	MDB	99	7,36%	Eleito
João de Medeiros Dantas	ARENA	88	6,54%	Não Eleito
Bento José de Albuquerque	MDB	64	4,75%	Suplente
Severino Bezerra de Oliveira	MDB	60	4,46%	Suplente
Manoel Vicente de Melo	ARENA	52	3,86%	Suplente
Inácio José de Medeiros	MDB	38	2,82%	Suplente
Mário Luiz	ARENA	7	0,52%	Suplente
Votos Nulos		26		
Votos brancos		53		
Total apurado		1.425		
Eleitorado		1.651		
Abstenção		226	13,69%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

A segunda legislatura (1966-1970) foi composta pelos sete (07), vereadores eleitos no pleito de novembro de 1966: João Rufino de Carvalho (ARENA), Antônio Simão do Nascimento (MDB), Avelino Alves da Nóbrega (MDB), Celso Dantas de Medeiros (ARENA), Elza de Lucena Nóbrega (MDB), Elias Coelho de Souza (ARENA), José do Nascimento (MDB). Analisando a tabela acima, observamos que concorreram neste pleito eleitoral quatorze (14) candidatos divididos igualmente nos dois partidos estabelecidos pelo regime, das sete vagas disponíveis, o MDB elegeu quatro vereadores com isso, fez a maioria eleita para a câmara municipal, ao passo que a ARENA elegeu apenas três vereadores sendo o vereador mais votado o arenista João Rufino de Carvalho.

Portanto, após o apurado das urnas ficou evidente que mesmo com as mudanças impostas pela institucionalidade militar como as normas do bipartidarismo, e com a nomeação de um Interventor Federal ligado ao grupo Arenista local e as dificuldades impostas ao Movimento Democrático Brasileiro, como um partido consentido, a vitória nas urnas demonstrou como forte era o grupo Mdbista em Junco do Seridó, que baseava suas práticas políticas pelos padrões clientelistas de dominação e pela participação no poder do município nas mãos dos setores agrários. Portanto, apesar das mudanças impostas pela ditadura nas eleições municipais de 15 de novembro de 1966, em Junco do Seridó, apenas houve uma troca de roupagem, pois, o corpo que dava sustentação a esse poder era o mesmo.

Figura 3 - Realização de um Comício em Junco Do Seridó.



Fonte: Acervo do Museu particular da professora Fátima Coelho

A figura 3 mostra uma imagem da década de 1960 em Junco do Seridó, trata-se da realização de um comício, na avenida Balduino Guedes. Ao centro da imagem

destaca-se Antônio Coelho, candidato a vereador pela UDN, discursando para correligionários, simpatizantes e curiosos atentos às suas palavras. Nessa época os comícios eram pequenos, “comícios de feira”, que sempre era realizado aos domingos dia da feira local, era uma forma estratégica para divulgar as propostas políticas a um maior número de pessoas já que o domingo era o dia da visita a cidade dos moradores da zona rural do município que aproveitava o dia para fazer sua feira, visitar os amigos e aproveitavam também para ouvirem as propostas dos candidatos. Esses “Comícios de feiras” como eram chamados na época, apesar de não terem aqueles grandes festejos, contaram com a participação popular de militantes, simpatizantes e curiosos.

4 A POLÍTICA OLIGÁRQUICA EM JUNCO DO SERIDÓ NOS TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1966-1985)

O movimento Democrático brasileiro

Elegeu um prefeito

Na Malhada do Umbuzeiro³⁴

4.1 TRAVOU-SE UMA DISPUTA PELO PODER LOCAL ENTRE OLIGARCAS EM PLENO PERÍODO DE INTERVENÇÃO FEDERAL EM JUNCO DO SERIDÓ-PB, EM NOVEMBRO DE 1966

Apesar das vias democráticas, o Interventor Federal, Francisco Queiroz, que governava a cidade na época se negou a entregar a prefeitura ao prefeito eleito Antônio Bernardo, alegando que só entregava a prefeitura com uma “ordem federal”, foi preciso que fosse arrombada a prefeitura para que Antônio Bernardo tomasse posse.

Em um final de tarde do dia 15 de dezembro de 1966, aconteceu um dos fatos mais marcantes da história política do Município de Junco do Seridó. Estávamos em plena ditadura militar e o clima de tensão e incertezas harmonizava-se com as nuvens carregadas que cobriam os céus do nosso município. Fazia aproximadamente um mês que a campanha municipal havia se encerrado e mesmo com a vitória do Prefeito Antônio Bernardo da Nóbrega (MDB), não havia certeza se ele assumiria o cargo. Porém coube ao Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia, Moacyr de Medeiros³⁵,

³⁴ - Paródia criada por Isaura Gomes, para homenagear o prefeito eleito Antônio Bernardo da Nóbrega.

³⁵ - Moacyr Medeiros (04-03-1919 – 03/06/2002), era casado com a professora Edi Medeiros da Nóbrega com quem conviveu até sua morte. Tiveram quatro filhos. Residiram alguns anos no Rio de Janeiro porém, por questões pessoais familiares decidiu abandonar seu emprego federal e voltar para sua terra natal, Santa Luzia. Em 1946, Moacyr adquire o Sítio Cabaço e em 1965 assume a gestão da parcela que lhe coube da fazenda Maracajá. Nessas fazendas Moacyr Medeiros exercia suas atividades de agropecuarista. Foi aluno da Faculdade de Direito do Recife, FDR, onde ingressou através de um Exame de Admissão em 1941. Sendo aluno do curso de Direito entre os anos de 1941-44. No Rio-DF, foi aluno da Faculdade Nacional de Direito, 1945. Moacyr Medeiros assumiu o cargo de Juiz Municipal de São João do Sabugi-RN. Sua atuação se expandiu a Caicó e Serra Negra do Norte, em auxílio a Comarca de Caicó. EM 1957, prestou concurso para Juiz no Tribunal de Justiça da Paraíba. Aprovado em primeiro lugar, assumiu a comarca de Caiçara, em 1958, de lá sendo removido para Taperoá, onde permaneceu até 1966. No período 1966-1967, assumiu a Comarca de Santa Luzia-PB, terra onde nasceu. Em 1967, Moacyr assumiu a

atuar como uma espécie de árbitro nessa disputa pelo poder local entre as classes dominantes agindo em detrimento das normas constitucionais da época.

Moacir Medeiros era um senhor alto e magro, estava na plenitude de seu saber jurídico e, após ser procurando pela assessoria jurídica de Antônio Bernardo e ficando ciente da situação resolveu se deslocar da cidade de Santa Luzia do Sabugi, sede da comarca, até a fazenda Malhada do Umbuzeiro, zona rural de Junco do Seridó, onde chegou à residência do Prefeito Antônio Bernardo e armado com um revólver proferiu poderosa sentença onde disse: “arme-se bem como aos seus, pois hoje, lhe darei posse à luz do Direito e da Constituição Federal.” Conforme nos relatou o advogado, Pedro Alves da Nóbrega Junior³⁶;

[...] Naquele instante, uma força imensa tomou conta de todos os presentes e, instantaneamente, um grande levante se formou, onde inúmeros agricultores se armaram com paus, enxadas e foices e lotaram dois carros partindo em seguida com destino a cidade de Junco do Seridó - PB. Ao chegarem à Praça Coronel José Ferreira, onde ficava a sede da prefeitura municipal, desembarcaram e não encontraram nenhuma resistência por parte do interventor federal nomeado como chefe do executivo municipal. A prefeitura havia sido fechada e o interventor se ausentara da cidade levando consigo as chaves.

No entanto, a intervenção judicial para resolver esse imbróglio foi utilizada como uma espécie de árbitro para resolver a disputa pelo poder local. Porém a decisão judicial deferida pelo Juiz de direito Moacir Medeiros foi favorável à posse do candidato eleito no pleito de 15 de novembro de 1966, Antônio Bernardo da Nóbrega (MDB).

Segundo Marx (2007), o Estado, a Lei e o Direito no capitalismo estão a serviço da classe dominante, embora expresse a ideia de que seja imparcial, para todos e para o povo. No caso do Junco do Seridó, o Direito teve que arbitrar questões dentro dos grupos políticos pertencentes às frações burguesas a fim de manter a ordem social e a estabilidade política no município.

O Juiz de Direito, Moacyr Medeiros, determinou que as portas da prefeitura municipal fossem arrombadas e o então prefeito Antônio Bernardo, alçado aos braços

comarca de Princesa Isabel, em 1969, Souza e, nesse mesmo ano, foi removido para João Pessoa, onde permaneceu até 1977. Em 1978, Moacyr assumiu a comarca de Campina Grande, onde foi morar e se aposentou.

³⁶ - Entrevista concedida ao autor em 20/05/2021

dos seus correligionários e simpatizantes ingressou no interior da prefeitura, tomando posse³⁷ como prefeito constitucional de Junco do Seridó.

Sobre esse fato, o produtor rural e aposentado Martinho Alves da Nóbrega³⁸, esteve presente em frente a prefeitura quando o pedreiro arrombou a porta do prédio obedecendo as ordens do juiz de direito, encontraram o cofre aberto, vários papéis rolados pelo chão e um clima de desordem pairava pelo ar, um sentimento de abandono, desprezo e revolta tomou conta de todos. Martinho Alves nos relatou que;

[...] O juiz mandou reunir-se e prepare-se que ia dá um atrito muito grande lá...o juiz veio reuniu o pessoal todinho e agente foi acompanhando tudo para arrombar a prefeitura para Antônio Bernardo tomar posse. Ai quando chegou lá ajuntou o povão da rua ai chamaram o pedreiro lá pra abrir, Zé Simões com uma marreta mas, não tinha ninguém lá dentro só a papelada rasgada no chão. Ai entrou todo mundo e acalmou. Mas o negócio foi feio lá.

O pessoal que foi era de João Bernadinho, eu que gostava da política também, tinha a camionete e levei um bocado de gente também, a caminhoneta cheinha tudo armado. E o juiz disse “quem tiver facão leve, foice, espingarda, revolver”. O juiz dr. Moacir disse “o caso lá pode ser muito perigoso” ai junto com Antônio Bernardo mandaram chamar o povo... quando chegamos no Junco estava tudo calmo, o povo chegou ai... estourou a “bomba”. Ai... o juiz mandou chamar um pedreiro que arrombou a porta da prefeitura. Tinha muita gente, eleitores de Antônio Bernardo, tinha uns “cheleleu de prefeito”, eleitores forte, cabras fortes, tudo na porta doido pro pau cantar.

Botaram pra lascar parecia uma guerra, foi serio o negócio, o juiz no meio. E não tivemos medo de nada, era muita gente, podia ter até uns caba lá dentro (uma rebarba), podia ter acontecido uma emboscada, mas o pessoal de Antônio era muita gente e com a força de um juiz, foi um negócio sério.

Eu fui na camioneta, Antônio foi no carro dele tudo cheio de gente e armado. Eu mesmo levei um balaozinho que tinha, um revolver branquinho e os cabras encima levaram uns pedaço de pau e vamos lá abrir aquela... e partimos pra uma guerra. Podia ter um reforço lá dentro, Queiroz era um tenente do exército. Só que ele não estava lá, não tinha ninguém o que tinha era a bagaceira de papel e documento dessa altura dentro da prefeitura, o cofre aberto e a pedaceira tudo rasgado.

Após arrombar a prefeitura já era tardezinha, fecharam a prefeitura e o povo foi se afastando e era um clima de guerra mesmo, um negócio perigoso, não era brincadeira não! Se tivesse um cabras ali e desse uns tiro ia morrer gente. Os cabras foram preparados pra uma guerra. Eles foram a convite de um juiz de direito dr Moacir, um velho alto, seco e não abria nem para um trem! Ele era valente. Eu sei que para o Junco foi um negócio perigoso. Não era pra ter acontecido aquilo no Junco uma cidade bem pequenina.

³⁷ A posse do Prefeito Antônio Bernardo da Nóbrega, aconteceu no dia 15 de dezembro de 1966 e foi registrada em Ata pelo Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia-PB, Moacyr Medeiros. Livro de Atas da Câmara Municipal de Vereadores, p.1,2,3 e 4 de 15 de Dezembro de 1966.

³⁸ Entrevista concedida ao autor em 28/04/2021

Na versão de Martinho Alves, sobre o fato ocorrido fica evidenciado que o “levante armado” foi articulado e organizado pelas lideranças ligadas ao grupo político de Antônio Bernardo e foram encorajados pela atitude do Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia do Sabugi, Moacir Medeiros que em “nome da lei” deu ordem para Antônio Bernardo, armar seus seguidores e partir para a sede da cidade para tomar posse da Prefeitura Municipal. Martinho descreve a cena como um cenário de guerra, as pessoas armadas e prontas para um provável confronto e confirma que até ele foi armado para o local.

Para Martinho Alves, as pessoas foram para essa aventura em caminhões e camionetas, e ele próprio tinha uma camioneta que levou muitas pessoas. Essas pessoas eram em sua maioria agricultores, familiares de Antônio Bernardo, lideranças políticas e simpatizantes, todas com um só desejo: tomarem a prefeitura e colocarem o prefeito eleito no poder. Martinho acrescenta que;

Tinha muito agricultor, Antônio Bernardo tinha muito trabalhador e foi todo mundo, acho que foi mais de dois carros, minha camionete foi gente, mais de vinte pessoas encima, no outro dia foi uma calma, tudo se ajeitou direitinho e não houve mais conflito, Queiroz desapareceu né... ele Queiros tocou fogo e correu ele tentou vê se Antônio afrouxava e Antônio não afrouxou por causa do juiz... Antônio estava morrendo de medo. Gabriel foi a João Pessoa e encorajou Antônio a tomar o poder, ele tinha sido eleito pelo povo. Queiros queria tomar a prefeitura na marra, ele não podia fazer isso não. Se tivesse dado certo ele tinha bamburrado, tinha ficado no poder.

Martinho Alves, confirmou em sua versão, o fato de os arquivos da Prefeitura Municipal estarem trancados na delegacia de polícia sob o comando do Cabo Zé Rodrigues, fato esse também relatado por Bento Coelho em sua versão. Martinho Alves finalizou suas palavras lembrando que:

O pessoal da Arena quando viram o reforço abriram, os troços da prefeitura estavam tudo na delegacia que era comandada por seu Cabral e Zé Rodrigues que eram tudo do mesmo lado, esses troços estavam na delegacia e a prefeitura só tinha papeis rasgado, os birôs revirado o cofre aberto. Eu mim lembro muito bem disso ai [...]

A versão do entrevistado José Adelino, em comentário feito a ele pelo próprio Interventor Federal, Francisco Queiroz, o motivo alegado para não ter que entregar o cargo foi o seguinte:

[...] O motivo foi que iria viajar. Fez uma reunião lá, ele sabia a hora, tudo direitinho e disse: “minha gente o pagamento de vocês está encaminhado e recebemos pelos tempos trabalhados”. O Juiz aí... deve tá marcando uma data e a hora para a posse do prefeito mas, eu tenho um chamamento e vou fazer uma viagem se eu não estiver aqui, depois se resolve. Isso, eu lembro dessas palavras e disse numa tarde, vou viajar. Então a gente ficou aguardando, é hoje, é amanhã, aquele moído, comentários né! Ele falava pouco o tenente Queiroz, falava pouco, agora eu digo! Que ele falava pouco por sabedoria, ele sabia o que não ia permanecer como interventor, ele sabia também que a interventoria no Junco passaria depois para o comando da capital, a sua interventoria era provisória e se houvesse a necessidade de um interventor por mais tempo com suspensão dos direitos do eleito assumir, provavelmente seria um interventor diferente né! Então permanecia calado. Outro dia estava jogando baralho e se divertindo no salão de seu Cabral e, ele gostava de se divertir mas, falava pouco também... disse: “está tudo encaminhado para a justiça, o que ela fizer...” foi só o que ele disse!

Sobre esse momento de incerteza e tensão acerca da posse de Antônio Bernardo à frente do Poder Executivo Municipal, Gabriel Bernardo da Nóbrega³⁹, de ideologia de direita, conservador, partidário do MDB, irmão e braço direito de Antônio Bernardo, foi também o coordenador e advogado da campanha municipal de 1966, do partido do MDB local, em sua versão relatou

Um Interventor Federal convocou vários soldados, vários militares para o Junco do Seridó, para fazer companhia a esse interventor, na época e, fechou a prefeitura, selou a prefeitura de um jeito que nem entrava e nem saía ninguém e nós pensávamos; eu e a família de Antônio Bernardo, os amigos de Antônio Bernardo, os correligionários de Antônio Bernardo que a prefeitura estava fechada com muitos policiais armados lá dentro. Então... como nós ficamos em dúvida recorremos ao Dr. Juiz Moacir Medeiros aqui de Santa Luzia, porque Junco pertencia juridicamente a Santa Luzia e vínhamos a residência do Moacir Medeiros e pedimos a ele para dar posse a Antônio Bernardo da Nóbrega desde que ele tinha sido eleito constitucionalmente com uma maioria muito esmagadora do povo do Junco do Seridó e o interventor federal não queria dá posse a Antônio Bernardo, foi aí, que dr. Moacir Medeiros disse: eu vou da posse a você Antônio. “Oh! Edith venha cá!” dr. Moacir chamou a esposa dele e quando ela chegou ele disse: “olhe! Eu estou devendo aqui em Santa Luzia somente a duas pessoas: fulano e sicrano, pouca coisa não deixe de pagar porque eu vou dá posse a Antônio Bernardo e hoje é dia que morre prefeito, morre juiz, morre advogado, morre gente e pode acontecer isso... e eu já estou avisando que essas pessoas você tem que pagar essas dívidas que estou devendo essas pessoas...” Quando o povo soube que dr. Moacir estava com Antônio Bernardo para dar posse a ele juntou-se na frente da prefeitura e convocamos um pedreiro para quebrar a parede no local da fechadura e assim foi feito. O pedreiro na hora que deu a primeira martelada o silêncio foi tão grande do povo no meio da rua que a gente ouvia uma “mosca zuar” se fosse necessário. Todo mundo tenso, com medo e a polícia caminhando pra lá e pra cá com uns oitos homens da polícia comandada por um sargento e nós não tínhamos medo deles porque nós

³⁹ Entrevista concedida a João Telesforo Nóbrega de Medeiros, para a comemoração do centenário do Juiz de Direito (in memória), Moacir Medeiros, (2019) e gentilmente cedida e autorizada ao autor em 05/03/2020.

estávamos todos armados e quando a porta entrou, a porta foi arrombada, todo mundo bateu palma e foi uma euforia muito grande. E dr. Moacir entrou fez o orçamento de tudo que tinha dentro da prefeitura, o cofre estava aberto sem nenhum tostão dentro do cofre da prefeitura e depois que tomamos posse que Antônio tomou posse, levamos dr. Moacir até a estrada mais ou menos uns quatro a cinco quilômetros distante do Junco do Seridó como garantia e, a luz da cidade apagada. Isso foi de tardezinha e a luz da cidade não acendeu, nós mandamos acender a luz da cidade e olhamos um pra outro: “e agora como vamos fazer para comemorar...?” vamos arrombar também a porta do mercado e reunimos uns doze ou quinze homens e arrombamos a porta do mercado até ela despencar e dançamos a noite toda [...].

Nas palavras de Gabriel Bernardo da Nóbrega, observamos em sua narrativa a tentativa de converter um ato meramente político a um fato heroico na figura de seu próprio irmão Antônio Bernardo da Nóbrega, através de um discurso saudosista em um cenário permeado por um imaginário de um clima de guerra, incertezas e medo seriam superados pela força dos seus correligionários que encorajados por um homem da lei, arriscaram suas próprias vidas em nome da “democracia e do direito”. Antônio Bernardo seria empossado e governaria a cidade. Mesmo que para isso, tivesse que colocar em risco sua vida e de seus fiéis seguidores, afinal, o país vivia uma ditadura militar e opor-se aos ditames do sistema naquele momento poderia representar um perigo enorme para as pessoas que desafiavam o regime.

No entanto, todo esse imbróglio não representou uma ruptura que desestabilizasse o sistema oligárquico no município, pelo contrário as forças oligarcas que controlaram o poder, procuraram sempre garantir os fundamentos do mandonismo local e assegurar os alicerces do seu poder que residia nas bases agrárias.

No Junco do Seridó, em 15 de novembro de 1966, sob a liderança de um Interventor Federal, ocorreu a eleição municipal para a escolha de seus representantes para o executivo e para o legislativo. Essa eleição teve uma característica muito peculiar com relação a sua trama política. Isto porque, em pleno período de intervenção militar, as eleições aconteceram sob as normas legais do sistema institucional da ditadura, regida por seus atos institucionais. No entanto, no Junco do Seridó, o rito de sua campanha foi marcado por um momento único na sua trajetória política. Isto é, três práticas características de regimes de governo foram detectadas convivendo lado a lado em uma mesma eleição, disputando o poder e reformulando-se de acordo com as regras impostas. Essas práticas são

características de três formas de regime burguês, trata-se de uma prática de regime democrático, porque houve eleições, os moradores votaram para escolher o novo prefeito e os vereadores. A segunda prática política era o domínio dos chefes políticos locais, (coronéis), através seu clientelismo e assistencialismo típico das oligarquias. A terceira foi o fato de a cidade estar sob o poder de um Interventor Federal nomeado pelas normas do regime, caracterizando uma prática de um regime de exceção, Ditadura Militar.

O agricultor aposentado, José Bezerra da Nóbrega, na época era um jovem eleitor e participou das eleições municipais de 1966, nos relata que:

[...] Houve as eleições municipais, nós votamos. Quem ganhou foi o candidato, chamado de Antônio Bernardo da Nóbrega (MDB) que fazia oposição ao interventor ai...quando ganhou a política o interventor disse que não entregava a prefeitura só com uma ordem federal. Tinha recebido a prefeitura com uma ordem federal e só entregava com uma ordem federal. Ai... chegou o dia da posse e o juiz veio dá posse a Antônio Bernardo, o candidato eleito. Ai... quando chegou o interventor havia fechado a prefeitura e botou a chave no bolso e foi embora...ai...o juiz disse “eu não posso dá posse hoje porque não trouxe o livro...” ai... quando foi no meio da semana o Juiz foi na casa de Antônio e disse “Antônio prepare seu povo que domingo venho te dá posse, ai...arme seu povo”. Foi todo mundo armado; cacete e tudo mais, foram para a porta da prefeitura o juiz pegou o seu livro diante de todos que lá estavam, mandou fazer uma ata e todos assinaram. Ai... ele disse “chamem um pedreiro e arrombe a prefeitura”. E assim, fizeram... arrombaram a prefeitura e deram posse ao prefeito...e ficaram esperando um reforço federal para tirar o prefeito eleito e reintegrar o interventor mas, nunca apareceu ai...foi isso que aconteceu na época.

Na versão de José Bezerra, sobre a eleição municipal em 1966, evidencia como os militares tentaram disfarçar a ditadura através da fachada democrática com a permissão de eleições em algumas cidades do país. José Bezerra assim como outros entrevistados destaca que após a eleição e a vitória de Antônio Bernardo do (MDB), ocorreu um levante armado na cidade de Junco do Seridó-PB, incentivado por Antônio Bernardo e suas lideranças partidárias com o apoio do juiz de direito Moacyr Medeiros da comarca de Santa Luzia do Sabugi para que os correligionários e amigos (eleitores), de Antônio Bernardo fossem armados para a sede da prefeitura para que Antônio Bernardo toma-se posse e governa-se a cidade, já que o Interventor Federal havia se ausentado da sede do município e portanto, negou-se entregar as chaves da prefeitura ao candidato eleito no pleito de 15 de novembro.

O Vereador eleito em 1966, pelo (MDB), José do Nascimento⁴⁰, conservador de direita, na época presenciou os acontecimentos e recorda que:

Naquele tempo o prefeito interino era Queiroz... não sei o que diabos houve que Queiros ficou como interventor. Mas tudo que vinha pra prefeitura ele “roubava tudo”, aí quando foi para entregar a prefeitura chegou o dia da posse e seu Antônio Bernardo foi eleito mesmo, para tirar ele, ele fugiu. Aí... todo mundo pensava que Queiroz tinha deixado um monte de bandido perto do birô para da “surra” de cacete no povo. Euclides Ribeiro⁴¹ preparou um carro cheio de pião para trazer de Santa Luzia, pra vir pra posse, dr. Moacir, um bem magrinho, eu tinha uma amizade grande com ele... Aí quando chegou aqui... nós tava tudo na porta da prefeitura. Antônio vocês tem um pedreiro bom para arrombar a porta da prefeitura? Tem. Mandou Zé Simões, pai de Lourival Simões, foi em casa e trouxe as ferramentas. Abriu e entrou tudinho. Quando eu entro... na minha frente entrava Severino do óleo, com um revólver deste tamanho... na cintura, ele chegou eu bati no ombro dele disse: tenha vergonha, o que você quer com isso aqui? Corra e vá guardar em casa. Se Euclides Ribeiro chegar e você estiver com isso aqui ele toma no cacete... Aí, o juiz deixou seu Antônio e a gente em pé na porta, era gente demais aí, quando chegamos né? Chegou lá o juiz foi ao encontro do sargento Rodrigues e disse a ele: qualquer coisa que houver aí você é quem vai pagar na cadeia. O sargento respondeu; “ave Maria que eu não tenho culpa”, o Juiz disse: era...era o prefeito e você o delegado. Porque não deixou a chave com você? E viajou. Porque ele podia viajar. Tivesse deixado a chave com você! Não sabia que era a posse. Arrombe! Meteu o cacete e arrombou... com pouco Euclides Ribeiro entrou com sua tropa, com cacete na mão, depois entrou atrás Chico Vicente e, foi entrando e chegando gente, chegando e houve a posse aí se aquentaram parece.

Nas palavras do agricultor aposentado, José do Nascimento, Vereador eleito do MDB, fica bem notório o clima de rivalidade política que existia naquele período com seus opositores, principalmente na acusação que faz ao Tenente Queiroz, “roubava tudo”. O entrevistado também nas suas palavras menciona que no dia da posse de Antônio Bernardo, havia um clima de guerra na cidade que era governada por um Interventor Federal nomeado pelo Presidente Militar, existia um temor de que dentro da prefeitura as tropas militares estariam à espreita esperando uma ordem para defender o interventor. No entanto, mesmo com esse clima hostil, ele e seus correligionários enfrentaram os desafios e foram para frente da prefeitura municipal, muitos armados, para garantirem a volta do poder para as mãos de seu grupo político.

O entrevistado o médico José Antônio da Nóbrega, relata sua versão sobre esse período conturbado da história política do Junco do Seridó, nos conta que na época

⁴⁰ Entrevista concedida ao autor em 07/10/2020.

⁴¹ Euclides Ribeiro, fazendeiro e político, foi prefeito do município de Santa Luzia do Sabugi, em (1955 e 1972)

Tinha apenas 16 anos, era estudante, era adolescente e participava da campanha de Antônio Bernardo, ele era candidato a prefeito naquela época pelo MDB contra seu Cabral que era da ARENA e, naquela época por causa da “revolução”, o prefeito tinha que renunciar, mesmo que não tinha reeleição, mas, para não participar da campanha. O prefeito era aliado de Antônio Bernardo e, foi afastado por causa que o poder foi entregue ao interventor Tenente Quieroz, pra tentar reverter o caso por que aqui o MDB dominava o quadro de eleitorado né! [...]naquele tempo no município do Junco do Seridó “a zona urbana só tinha gente da ARENA mas só era 30% do eleitorado e, na zona rural o MDB era quem comandava era 70% do eleitorado. Na cidade a ARENA ganhava mas quando vinha a votação do interior, da zona rural, tirava de letra. E... Antônio Bernardo era candidato pelo MDB e seu Cabral era um senhor comerciante, conceituado e muito rico para a época era o candidato da ARENA. Eu lembro que ele comprou dois jipes novo para a campanha e, eles chegavam na casa pedia voto e dizia eu sou o prefeito do Junco que ganhe ou que não ganhe. Porque se perder a “revolução” mim nomeia e todo mundo acreditava que era assim. [...] Antônio era muito popular e ganhou com uma maioria pequena cerca de 100 ou 90 votos e teve um episódio engraçado porque na época já existia esses desvios de títulos. A ARENA, transferiu 90 votos dos “pintos”, do Pinga do povo de Chico Olegário para votar em seu Cabral e Gabriel que era advogado e irmão de Antônio Bernardo, tentou derrubar esses votos no município no Cartório de Santa Luzia-PB, e não conseguiu. Gabriel recorreu para João Pessoa... Gabriel era recém formado, bom advogado consegui reverter esses votos no Tribunal, perto da eleição. Naquele tempo por causa da “revolução” os telefones todo mundo tinha medo pois, era grampeado ai.. Gabriel ligou para Antônio disse: “Antônio deu gogo nos pintos” ai, Antônio já sabia que deu certo... resultado, a maioria foi igual a esses votos transferidos e se não tivesse caído Antônio teria perdido a eleição.”

Conforme a versão de José Antônio o candidato Antônio Bernardo (MDB), ganhou a eleição municipal demonstrando sua força política principalmente na zona rural. Já a força Arenista estava concentrada predominantemente na sede do município. José Antônio afirmou que “Antônio era muito popular e ganhou com uma maioria pequena cerca de 100 ou 90 votos”, isto é, essa afirmativa sobre a diferença de votos contradiz a versão de Gabriel Bernardo da Nóbrega, irmão de Antônio Bernardo que nos seus relatos engrandeceu a vitória de seu irmão a ponto de afirmar que a campanha tinha sido ganha com uma maioria esmagadora de votos. A maioria pró Antônio Bernardo foi de 96 votos.

Ainda para José Antônio, a figura do jovem advogado Gabriel Bernardo, irmão de Antônio Bernardo, que teve destaque na campanha combatendo as fraudes eleitorais supostamente feitas por membros da ARENA local durante a campanha eleitoral. Entretanto, essas práticas políticas eram comuns entre os partidos e evidenciaram o uso das práticas oligárquicas nas eleições municipais.

Após a vitória na eleição e passada a euforia das comemorações, chegava o momento de Antônio Bernardo assumir o poder local. No entanto, diferente do que se imaginava, a posse do novo prefeito não foi nada agradável e sim bastante tumultuada. Sobre a posse de Antônio Bernardo, José Antônio relatou o seguinte:

[...] Aí, marcaram para a próxima semana, resultado, quando chegou o dia criou-se a sensação que não haveria posse mesmo, porque aqui em Junco o comando era do general mesmo. Queiroz se ausentou e não ia ficar na cidade, todo mundo se afastou e ficou aquela expectativa. Tem posse ou não tem posse? Foi quando o Juiz dr. Moacir teve um impulso grande então a concentração era na Malhada, um churrasco grande na casa de João Bernardino e nós participamos eu tinha 16 anos na época e mim lembro de tudo... Foi quando dr. Moacir na hora do almoço chamou Tia Nenê e João Bernardino e disse: “eu vou da posse a Antônio hoje! que Queiroz queira que Queiroz não queira Antônio vai ser empossado hoje e, quem tiver uma arma pode levar junto, uma pecheira, leve, um revolver, leve, um pedaço de pau...mas, dou posse a Antônio”. e ficou aquele clima, a zona rural todinha na Malhada e o pessoal da Carneira, Poço de Pedra, todo mundo de caminhão, concentrados para ir da posse a Antônio. Ai, dito e feito, todo mundo almoçou, comeu churrasco e saímos à tarde, todo mundo em direção ao Junco. Chegamos na cidade tava aquele clima! No Junco a ARENA que era maioria na zona urbana, continuava dizendo que Antônio não assumiria, não tem posse... E foi passando o tempo e naquela época não tinha energia elétrica, era movida a motor e deu 6:00 hs, tudo escuro e o motor desligado. Queiroz tinha abandonado a cidade, não tinha energia elétrica, o motor desligado e a população todinha da zona rural, a multidão na praça ai, aquela angustia e os adversários dizendo “não tem posse” ai, quando o Juiz chegou o prazo da reunião e não apareceu ninguém. Nem prefeito, nem liderança, ninguém... aí, ele disse “vou da posse a Antônio agora... tem um pedreiro aqui? Que possa quebrar a portas aqui?” – tem Zé Simões. Ele era um eleitor forte de Antônio, partidário mesmo, mandaram chamar! Ai, chegou Zé Simões com uma marreta e uma talhadeira aí, mandaram os carros, os carros ficaram tudo focando para a porta. A prefeitura era ali...onde é a casa dos Cornélio, na esquina onde tinha o bar de Amandio aí, os carros focando e Zé Simões com a talhadeira batendo. Ai, ta,ta,ta...arrombaram, meu amigo! Quando arrombaram ai, a multidão, todo mundo entrou de uma vez na prefeitura, era só um salão, a prefeitura era só uma sala. Entrou quase todo mundo de uma só vez, tudo no escuro só os carros focando, todos os armários, arquivos abertos não tinha um documento, ai, pronto! Antônio empossado, assinaram as atas e viemos embora.

No relato de José Antônio da Nóbrega, o clima que antecedeu a posse de Antônio Bernardo foi marcado por grandes rivalidades políticas que na figura do Interventor Federal simbolizavam a resistência da oposição local (ARENA). Estes acreditavam que mesmo após a derrota na eleição de 1966, teriam o controle do poder em suas mãos, pois, esperavam a continuidade e, ou nomeação de um novo interventor para a cidade. Conforme José Antônio, o levante armado, reuniu todas as lideranças políticas da zona rural do município, evidenciando a força do MDB, nesses

redutos comandados por fazendeiros que tinham em suas terras um número considerável de trabalhadores rurais que além de fornecerem mão de obra nas suas terras, eram eleitores que estavam sobre o domínio de seus patrões através de suas práticas políticas baseadas no clientelismo, mandonismo e na troca de favores. Além desse “grupo seleta” de eleitores, ainda faziam parte os agricultores e os pequenos proprietários rurais, que engrossavam as fileiras que sob a liderança dos fazendeiros, tornava o MDB, um partido forte e vitorioso.

Diz a frase que “depois da tormenta vem a calmaria” segundo José Antônio da Nóbrega, não foi isso que aconteceu após a tumultuada posse e acrescentou ainda que quando foi no outro dia...

[...] Antônio com medo da revolução porque todo mundo tinha medo de ser cassado. Antônio veio para a cidade sem nada... e tudo que tinha da prefeitura estava na delegacia onde é a câmara municipal hoje. O delegado trouxe tudo que era vizinho a casa de seu Cabral ai, os cabras desfilavam na calçada tio Otacílio Caetano, Zé Cunha que era o dono do cartório, Teodoro, Antônio Coelho eles “ele é prefeito mas não assumia a prefeitura está nas mãos da gente, daqui a 15 dias seu Cabral é empossado[...]

Apesar das incertezas, do medo por ser Antônio Bernardo da Nóbrega, um líder político do partido da oposição à ditadura militar e por todo o imbróglio decorrido até a sua posse, ele assumiu a gestão municipal e deu início ao seu primeiro governo (1967-1969), após uma longa batalha travada pela disputa do poder local.

Embora assumindo de fato e de direito, um clima de dúvidas e incertezas ainda pairava no ar. Afinal, vivia-se em uma ditadura e o temor e o medo rodeavam as pessoas durante essa época. Segundo José Antônio este foi o sentimento que Antônio Bernardo tinha ao assumir o poder do executivo municipal.

E ficou aquele clima, Antônio agoniado, com medo, vai ser cassado. Naquele tempo 1966, foi no auge né? que era todo mundo cassado, eu sei que passou 15 dias Antônio acuado, prefeito e sem poder nenhum. Não assinava nada e não tinha... tudo da prefeitura: máquina de datilografia, documentos, tudo arquivado na delegacia e a ARENA, mandando. A prefeitura está aqui somos nós que mandamos. Ai Gabriel muito atuante, advogado e irmão de Antônio disse “eu vou a João pessoa” e Antônio – rapaz isso não vai dá certo. Antônio com medo. Gabriel disse... João Agripino era o governador naquela época, o chefe da Casa Civil do governador era Nonato Dantas foi meu contemporâneo de faculdade é meu amigo eu vou conversar com ele, certo? Gabriel foi para João Pessoa, chegou lá... marcou uma audiência e foi recebido, foram colegas de faculdade... o pai de Gabriel dizia a pai Antônio bote seus filhos para estudar porque se eles não se formarem mas... onde eles chegarem em uma repartição tem um “amigo”. Realmente aconteceu isso, Gabriel se encontrou com Noaldo Dantas, chefe da Casa Civil. Gabriel relator os

acontecimentos e ele falou – rapaz eu não acredito que está acontecendo isso... pois tá. Gabriel contou tudo... ai, ele ligou para o Secretário de Segurança na hora e ordenou que liga-se para o delegado do Junco entregar tudo imediatamente, deu 24 horas para devolver tudinho... ai, Gabriel veio embora e quando chegou contou e ficamos todos felizes. Ai, no outro dia, devolveram tudo que tinha na prefeitura e continuou o moído... vai ser cassado, não vai... sei que Antônio assumiu.

Somente após esses acontecimentos foi que Antônio Bernardo tomou fôlego e assumiu de verdade a chefia do executivo municipal e tocou seu mandato até o fim. Um governo que teve um início temerário devido às incertezas que rondavam a sustentação de seu mandato, uma vez que havia, sim, um receio de que a qualquer momento houvesse uma reviravolta por parte do Interventor Federal Francisco Queiros, que relutou em entregar o cargo tendo como justificativa não ter recebido nenhuma comunicação oficial por parte do Governo Federal para fazê-lo. Por isso, se ausentou da cidade e levou consigo as chaves da prefeitura, dificultando a posse do prefeito eleito para o cargo. Foi nesse contexto que aconteceu uma forte resistência por parte dos aliados políticos de Antônio Bernardo com o auxílio do Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia do Sabugi, Moacir Medeiros, reuniu-se na residência de Antônio Bernardo. Muitos de seus eleitores, como; agricultores, produtores rurais, vaqueiros, trabalhadores rurais, políticos e amigos da família, todos incentivados, armados, fizeram um levante com o objetivo de entregar o poder nas mãos de Antônio Bernardo.

Embora tivesse sido criado um clima de guerra na cidade e mesmo tendo vencido as eleições municipais, parecia que a única forma de Antônio Bernardo assumir o poder seria através da força e da violência. Neste sentido, a resistência armada dos eleitores e simpatizantes dos Mdebistas de certa forma, serviu para intimidar os Arenistas que diante do ocorrido sentiram-se acuados e só assistiram de longe o ato de posse de Antônio Bernardo da Nóbrega.

No entanto, passado o primeiro momento de incertezas e medo de uma reviravolta, Antônio Bernardo tocou sua administração em frente e assim, fortaleceu ainda mais seu vitorioso grupo político ligado ao MDB, que desde a primeira eleição municipal de 1962, comandava o ritmo do comando político local.

4.2 ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE JUNCO DO SERIDÓ-PB EM 1969 CONFIRMA A HEGEMONIA DO MDB NA POLÍTICA LOCAL

No Junco do Seridó os bastidores da Eleição Municipal de 1969 mostraram que o Prefeito Antônio Bernardo, estava vivendo sua “lua de mel” junto com seu grupo Mdbista. Seguindo a orientação partidária de seus principais caciques, decidiu-se pela continuidade de sua principal liderança para concorrer como candidato a prefeito pela sigla do grupo que até então mais vitoriosa do município desde sua emancipação em 1961; o nome escolhido foi de Jonatas Ferreira Tavares, o preferido dos caciques, e como candidato a vice-prefeito o escolhido foi o Pedro Meneses.

A escolha pelo nome de Jonatas Ferreira Tavares, demonstrava a força dessa liderança que junto com Antônio Bernardo formaram uma casadinha perfeita no predomínio do poder político no Município do Junco do Seridó, pelo período de (1962-72). Por aproximadamente uma década, esses dois chefes políticos do MDB, governaram a cidade usando seus atributos e os meios possíveis para que seu grupo político-partidário se mantivesse à frente dos destinos políticos de Junco do Seridó-PB.

Observamos nesse contexto que embora o MDB fosse o partido da oposição consentida durante a ditadura militar e todas as dificuldades impostas a um partido de oposição em um regime de exceção, no Junco do Seridó eram seus líderes políticos quem ditavam as regras do jogo local. Essas lideranças locais não tinham ideologia de enfrentamento à ditadura. É tanto que ganharam e governaram dentro da ditadura, ou seja, o que acontecia de fato era a oposição do sim senhor.

A oposição local dos quadros da ARENA, vinha para esse pleito eleitoral um pouco desacreditada após os acontecimentos e as derrotas sofridas nas eleições municipais de 1966, como reflexo disso, encontraram dificuldades até para lançarem um nome para concorrer à majoritária do partido. Diante desse impasse, um dos líderes arenistas, Otacílio José de Medeiros, indicou o nome de um candidato para tentar disputar e frear a hegemonia Mdbista no Junco do Seridó. Por isso, a ARENA local apostou todas suas fichas no médico José Ney Cavalcante, que apesar de ter sua carreira política ligada à vizinha cidade de Santa Luzia do Sabugi, atuava na área da Medicina no Município do Junco do Seridó, tendo contato direto e constante com

os moradores. Era por esse fato, que o grupo Arenista apostava que no momento, ele era o candidato ideal para tentar vencer as eleições e tomar o poder das mãos do grupo do MDB. Seria a figura do Doutor capaz de vencer o tão poderoso grupo dos fazendeiros do MDB? O seu vice-prefeito escolhido foi o cacique Arenista Otacílio José de Medeiros.

O candidato José Ney Araújo, embora não fosse o nome dos sonhos desejados pelos arenistas juncoenses para ser o candidato a majoritária na eleição de 1969, pesava a seu favor seu histórico político de já ter sido prefeito da vizinha cidade de Santa Luzia do Sabugi, no ano de 1963, bem como, acreditava os arenistas locais que a sua experiência de político e médico poderia ser fatores relevantes para suprir no momento a falta de opção do partido nesse pleito eleitoral, e para surpresa de muitos, diante de circunstâncias adversas foi um candidato que superou as expectativas provocando dificuldades para o grupo da situação.

Entretanto, sem entrar nos pormenores da campanha eleitoral de 1969, foi Jonatas Ferreira Tavares quem venceu a eleição com 103 votos de maioria. Seu grupo político, mais uma vez, demonstrou a sua força eleitoral. Para o poder legislativo elegeram quatro dos sete vereadores, ou seja, a maioria da Câmara Municipal. Mais uma vez o MDB dava as cartas no campo político do Junco do Seridó-PB e manteve sua hegemonia garantida.

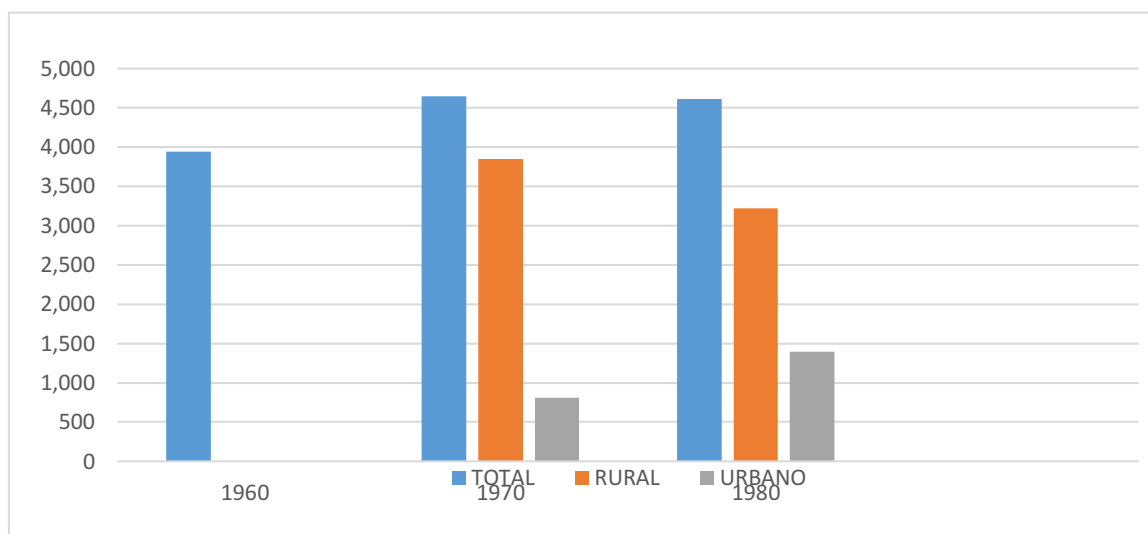
A força do MDB local, vinha da formação de um grupo político que tinha suas bases agrárias ligadas principalmente à cultura algodoeira e às práticas agropecuárias que na época eram o carro chefe da economia local. Portanto, o poder dessa oligarquia agrária nasce dessa base material de produção e sua reprodução se estende através das relações sociais estabelecidas no campo de produção.

As principais lideranças que condiziam o partido eram fazendeiros, chefes políticos que “comandavam” as principais localidades rurais e a maioria da população do Junco do Seridó. Nas décadas de 1960-1970 eram residentes na zona rural, muitas dessas pessoas que eram humildes trabalhadores rurais e viviam em uma relação de dependência pessoal desses fazendeiros, como: moradia, terra para o plantio e ajudas cotidianas para medicamentos, favores, entre outros. Essa dependência muitas vezes ia além dos favores e perpassava por um comportamento afetivo ligado à questão do “compadre e comadre”, que ligava mais ainda a relação de dependência das pessoas

do campo ao fazendeiro, patrão e protetor. Seguindo ainda essa linha de raciocínio somava-se a esses fatores, as práticas políticas clientelistas e dos favores pessoais.

O primeiro censo oficial realizado no Município de Junco do Seridó, foi em 1970, segundo dados do (IBGE), confirma que a sua população era de 4.644 habitantes, sendo que, sua maior concentração se dava na área rural, com 3.835 habitantes que correspondiam a 82,58% da população, apresentando um total de urbanização na faixa de 17,42%, limitando-se a 809 habitantes. Já o censo demográfico de 1980 cadastrou 4.616 habitantes dos quais 3.217 viviam na zona rural, representando 69,69% da população e na urbana 1.399 habitantes. O grau de urbanização em 1980 era de 30,31% e a taxa de crescimento médio anual no período entre 1970 a 1980 foi de 0,6% (IBGE apud PRODER op. cit.1997. p. 14).

Gráfico 4 – Representação da população Juncoense entre os anos 1960 até 1980.



Fonte: IBGE – (1997). Adaptado pelo autor.

O gráfico 4 revela o predomínio da população rural até a primeira década dos anos 1980, especificamente 1985, quando ocorreu a crise agrícola e a intensificação do êxodo rural no município. Esses dados são relevantes para mostrar que durante três décadas, a população residente na zona rural era maior do que a urbana e, por isso, fortalece a tese da força das oligarquias agrárias no predomínio político local, onde a maioria do eleitorado concentrava sua força eleitoral no campo.

A principal base da economia do Município do Junco do Seridó, entre os anos de 1962 até o ano 1985 do século XX, foi a atividade agrícola associada à pecuária, possibilitou a formação de uma elite agrária detentora de terras e poder político.

Era portanto, dessa estrutura econômica e material que residia o poder político dos principais líderes vinculados ao MDB em Junco do Seridó, suas principais lideranças Jonatas Ferreira Tavares, política de carreira, fazendeiro e residente na fazenda Catolé, Antônio Bernardo da Nóbrega, fazendeiro da Malhada do Umbuzeiro, Cornélio Alves, Fazendeiro das Ipueiras, Cicero Pereira do Nascimento, produtor rural e comerciante, na Comunidade Carneira e Avelino Alves produtor rural na fazenda Malhada do Umbuzeiro eram as grandes lideranças políticas e representante dessa oligarquia que ditou as regras do jogo político partidário do Município do Junco do Seridó de 1961 até 1972. Mais uma eleição se passava e esse poderio era confirmado através da apuração dos votos que reafirmava quem mandava na política Juncoense, conforme mostra o quadro 21;

Quadro 21 – Eleições para o cargo de Prefeito e de Vice Prefeito – 1969
Junco do Seridó – PB.

Candidato	Partido/Coligação	Votação	%validade	Situação
Jonatas Ferreira Tavares Vice Prefeito: Pedro Menezes Filho	MDB	591	54,77%	Eleito
José Ney Cavalcanti de Araújo Vice Prefeito: Otacílio José de Medeiros	ARENA	488	45,23%	Não eleito
Votos nulos		24		
Votos brancos		22		
Total Apurado		1.125		
Abstenção		165	12,79%	
Eleitorado		1.290		

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

Quadro 22 – Eleições para o cargo de Vereador – 1969 – Junco do Seridó - PB

Candidato	Partido/Coligação	Votação	% validade	Situação
Antônio Simão do Nascimento	MDB	110	11,62%	Eleito
Avelino Alves da Nóbrega	MDB	107	11,3%	Eleito
José Bezerra da Nóbrega	ARENA	111	10,67%	Eleito
João Rufino de Carvalho	ARENA	90	9,5%	Eleito
Celso Dantas de Medeiros	ARENA	72	7,6%	Eleito
José do Nascimento	MDB	72	7,6%	Eleito
Francisco Ferreira Guedes	MDB	67	7,07%	Eleito
Silvio Malaquias de Medeiros	ARENA	55	5,81%	Suplente
Laerte Vieira de Lima	ARENA	55	5,81%	Suplente
Bento José de Albuquerque	MDB	47	4,96%	Suplente
José Vicente da Nóbrega	MDB	45	4,75%	Suplente
Antônio Coelho de Sousa	ARENA	45	4,75%	Suplente
Sebastião Paz Filho	MDB	30	3,17%	Suplente
Estelita Calixto de Sousa	ARENA	26	2,75%	Suplente
Antônio Adelino Dantas	MDB	25	2,64%	Suplente
Votos nulos		90		
Votos brancos		76		
Total Apurado		1.425		
Eleitorado		1.290		
Abstenção		177	13,72%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

A escolha para os representantes do legislativo municipal contou com a participação de quinze (15) candidatos sendo 08 vinculados ao MDB e sete (07) vinculados à ARENA. Neste pleito, a eleição confirmou mais uma vez a força do MDB que elegeu quatro (04) vereadores, restando apenas três vagas para os Arenistas. No entanto, pela segunda eleição seguida o vereador mais bem votado era da ARENA, dessa vez foi o vereador José Bezerra da Nóbrega, que obteve 111 votos. Dessa forma, terceira Legislatura (1969-1972) foi formada pelos seguintes vereadores: Antônio Simão do Nascimento MDB, Avelino Alves da Nóbrega MDB, José Bezerra da Nóbrega⁴² ARENA, João Rufino de Carvalho ARENA, Celso Dantas de Medeiros ARENA, José do Nascimento MDB, Francisco Ferreira Guedes MDB.

A Eleição Municipal de 1969, marcou o retorno de Jonatas Ferreira Tavares ao posto de Prefeito, cargo este que ele já havia ocupado entre (1962-1966). O seu retorno à chefia do executivo municipal para um novo mandato (1969-1972), representava também o auge do domínio de seu grupo Mdbista no Município do Junco do Seridó.

Durante o seu segundo mandato de prefeito, Jonatas Ferreira Tavares, teve ao seu lado a pessoa de sua filha Joselita Guedes como sua fiel escudeira e conselheira no cotidiano da Prefeitura Municipal assumindo o cargo de Secretária. A mesma nos relatou em entrevista que administrar um município pequeno era muito difícil. Joselita afirmou que a única fonte de renda da Prefeitura Municipal era o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e que os recursos eram escassos e, por isso, a gestão pública, carecia de verbas para tocar a administração. Como não tinha na época, “seu pai tirava do próprio bolso para ajudar as pessoas carentes”. Ela nos relata que foi

No segundo mandato que eu trabalhei com ele. Mas é o que eu tenho a lhe informar. Quero acrescentar também que a gente sente muita ingratidão. Teve uma época que chamavam ele de o “prefeito dos pobres”, principalmente quando trabalhei com ele e tomei conhecimento, era muito participativa com ele nas decisões dele e, realmente ele ajudava muito as pessoas pobres e carentes e por sinal quando ele entrou... ele tinha várias fazendas era um homem rico e saiu pobre, porque muitas vezes eu via, presenciava ele tirar dinheiro do bolso dele quando alguém chegava pedindo

⁴² José Bezerra da Nóbrega, popularmente conhecido por Zé Bonifácio, filho de Bonifácio Bezerra da Nóbrega e Maria das Dores Nóbrega, casado com a professora Maria Carmo de Medeiros Nóbrega, residente e domiciliado na Fazenda Malhada do Umbuzeiro, agricultor aposentado, também se destaca por seus dons de poeta, foi comerciante e político, vinculado aos quadros da ARENA, onde se destacou com dois mandatos de vereador na Câmara Municipal, (1970-1972 a primeira e 1973-1977 a segunda), foi também uma vez Vice-Prefeito (1977-1982).

uma ajuda para um remédio, para ir para Santa Luzia para um médico. Eu mesmo na época eu era tesoureira, era secretária, eu era motorista eu mesmo muitas vezes fui levar pessoas doentes pra Santa Luzia. Ele tinha os motoristas mas, gostava de andar comigo dirigindo. E muitas vezes eu ia levando essas pessoas. Então a prefeitura na época não tinha receita nenhuma, era somente o Fundo de Participação dos Municípios e, era muito pouco e ainda por cima ele era opositor né! e ai, que trancavam todas as verbas e não vinha nada para o Junco... era uma cidade que na época não tinha receita nenhuma, vivia só desse Fundo de Participação, então ele tirava do bolso e ajudando esse pessoal... é tanto que lá em casa em Santa Luzia, a casa parecia um hospital e ao mesmo tempo uma escola, porque era cheia de doentes que iam se tratar em Santa Luzia, eles iam ficavam lá em casa vários dias para se tratar, como também tinham vários estudantes que também os pais falavam com eles, com papai, com mamãe e ficavam lá em casa estudando. Então a casa sempre estava muito cheia né? E voltando o que estava dizendo; ele terminava o mandato e tinha de vender as fazendas porque ele não tinha mais nada e o que ele tinha ia ajudando os pobres e, depois quando estava encerrando o seu segundo mandato ele queria se candidatar, ai, foi quando mamãe disse: não eu não quero terminar meus dias de vida morando na rua não. Se você inventar novamente de ser prefeito porque tudo que é seu você dá ao povo, a gente se separa, eu nessa idade, já velho mas, eu não vou aguentar isso não. E resumindo, ficaram só com a casa de Santa Luzia. O restante ele terminou vendendo tudo.

No relato de Joselita Guedes, a sua relevância na administração do pai na prefeitura, era uma espécie de “braço direito” que ia além de suas funções. Se destacava em uma época que a sociedade detinha traços marcantes de conservadorismo e preconceito com relação a presença feminina, principalmente com relação a assuntos políticos, que na época eram tratados como coisa de homem.

As práticas políticas listadas por Joselitas como ações de “pura bondade” de seu pai para com os moradores do Município de Junco do Seridó, eram práticas ligadas à política oligárquica bastante comuns no cotidiano não só do Junco do Seridó, mas em quase todo o país. Eram as práticas atreladas ao seu projeto político. Ou seja, a política também era feita com base em favores pessoais. Aquilo que deveria ser uma obrigação inerente à função pública assumia contornos de “pura bondade”. Eram portanto, atitudes tipicamente clientelistas⁴³. Usando e abusando das práticas

⁴³ O termo *clientelismo*, segundo Jose Murilo de Carvalho, foi sempre empregado de maneira frouxa. De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. CARVALHO, Jose Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão Conceitual”. In: *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997.

clientelistas, das trocas de favores pessoais, prestava o serviço ao eleitor em troca de votos, criava-se uma rede de influência e com a ajuda dos seus fiéis companheiros de partido mantinham a fidelidade do eleitorado de Junco do Seridó, o que se tornava algo relativamente fácil nas eleições. Dessa maneira, a permanência do MDB no poder se tornava algo mais que natural.

4.3 O CARECÃO 72". A ADESÃO DO CACIQUE DO MDB E A VIRADA ELEITORAL DA ARENA, NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1972

“Nós, nós os carecas
Com as mulheres somos maiorais
Pois na hora do aperto
É dos carecas que elas gostam mais...”⁴⁴

Foi embalado por essa marchinha de carnaval, que a eleição municipal de 1972, ditou seu ritmo e, provocou profundas mudanças no cenário político-partidária local, a ponto de haver uma grande reviravolta e ocorrer a quebra da hegemonia que fez do MDB, o grupo político mais vitorioso até essa eleição em Junco do Seridó. Na dinâmica da política a ARENA local tantas vezes derrotada buscava encontrar a peça chave que faltava para fortalecer seu partido para vencer as eleições e ditar as regras do poder político municipal, para dá as cartas do jogo e impor sua hegemonia no jogo político da cidade do junco do Seridó.

Os olhares Arenistas estavam voltados para uma crise política dentro do grupo Mdbista que poderia levar algum desafeto para sua agremiação partidária. A crise do MDB local começou a ser gestada em 1970, quando houve divergências políticas entre suas principais lideranças, que já visavam o cenário político das eleições

⁴⁴ Marchinha de carnaval, autor Roberto Kelly.

municipais de 1972. O Vice-prefeito Pedro Meneses demonstrava interesse em ser o candidato a prefeito para suceder Jonas Ferreira Tavares. Percebendo as intenções do então vice-prefeito, Antônio Bernardo da Nóbrega, não gostou da ideia de ser preterido pelo seu próprio partido negar a sua candidatura, e com isso, via o seu plano de voltar à prefeitura bastante ameaçado.

Percebendo que poderia não ser o nome escolhido pelo MDB para disputa das eleições municipais de 1972, Antônio Bernardo foi aos poucos preparando seu caminho para migrar para o lado adversário. Esse caminho começou a ser traçado na campanha eleitoral de 1970. Quando Antônio Bernardo apoiou o deputado estadual Egídio Madruga (ARENA) no município, dando uma votação de aproximadamente 180 votos, mostrando sua força política e abrindo caminho para sua candidatura a prefeito desta vez nos quadros da ARENA.

A adesão de Antônio Bernardo foi tão marcante que ainda nas eleições de 1970, ele já adversário conseguiu que os Senadores Milton Cabral e Domicio Gondim (ARENA), fossem os mais votados para o cargo de senador no município, fato que nunca havia ocorrido, a diferença de votos foi mínima, apenas 2 (dois) votos de maioria. Os candidatos vinculados à ARENA, sentiram o gostinho doce da vitória pela primeira vez em Junco do Seridó. Era o sinal que os tempos estavam mesmo mudando.

Em âmbito local, a adesão do antigo cacique do MDB, foi comemorada pelos agora correligionários Arenistas, que viam na figura de Antônio Bernardo o nome ideal, para conseguirem seus objetivos, de chegar ao poder do executivo municipal. Quebrava-se, assim, o pacto político entre Antônio Bernardo e Jonas Ferreira Tavares que por aproximadamente 12 anos, consecutivos, comandaram o poder político Juncoense e consolidaram o predomínio político partidário do PSD/MDB, durante boa parte da ditadura militar em Junco do Seridó. Os amigos e aliados de outrora agora passariam a ser dissidentes e opositores na eleição municipal de 1972. O resultado nas urnas demonstraria quem tinha saído fortalecido do rompimento.

Em 15/11/1972 realizaram-se eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em todos os municípios do estado, com exceção da capital, João Pessoa. Em Junco do Seridó, Antônio Bernardo após a cisão do grupo político do MDB, rompeu relações e de imediato aceitou o convite dos arenistas que o esperava de braços abertos para ser o nome indicado para concorrer ao cargo do executivo municipal com candidato a prefeito pela ARENA. Portanto, fica evidente, que a adesão de Antônio Bernardo ao quadro da ARENA não se deu a partir da ideologia partidária, pelo contrário sua migração deu-se por meras razões eleitoreiras. Tratava-se apenas da confirmação daquilo que René Remond (2003) já afirmara, isto é, “que a política visa a conquista do poder” e que “os partidos são políticos porque tem como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder”. (REMOND, 2003, p.444).

Para compor a chapa com Antônio Bernardo os arenista indicaram o nome de João Rufino de Carvalho para ser o candidato a vice-prefeito. Por sua vez o MDB de Jonatas Ferreira Tavares, como previsto, indicou o nome de Pedro Meneses como candidato a prefeito e o seu vice-prefeito foi indicado o nome de Cicero Pereira do Nascimento.

A campanha de 1972 foi marcada pelo slogan bem inusitado, que ditou o ritmo da campanha do candidato Antônio Bernardo da Nóbrega, era o “Careção 72”, em referência a falta de cabelo do candidato. Por esse motivo, a tradicional marchinha de carnaval citada no início do texto, era música perfeita para a trilha sonora desta disputa política que consagra o auge da carreira política de Antônio Bernardo da Nóbrega (ARENA) e por consequência marca o início do declínio de Jonatas Ferreira Tavares no cenário político local.

A apuração dos votos da eleição municipal em Junco do Seridó, em 1972, confirmou a vitória do candidato para prefeito Antônio Bernardo e o vice-prefeito João Rufino de Carvalho, que era uma liderança política da comunidade da Serra de Santana. Antônio Bernardo mostrou sua força política local, sua adesão aos quadros da ARENA, foi determinante para que pela primeira vez em Junco do Seridó–PB, a oposição local tomasse o poder tanto no executivo quanto no legislativo ao mesmo

tempo, por isso, o rompimento político do antigo cacique do MDB foi determinante para o enfraquecimento do grupo que até então era o mais forte e vitorioso desde a fundação da cidade em 1961. Ao mesmo tempo em que enfraquecia o MDB fortalecia os opositores da ARENA que a partir dessa eleição começaram a ditar as regras do poder local no município, a derrocada do MDB representou a consolidação dos Arenistas no campo político do município de Junco do Seridó-PB.

Quadro 23 - Eleições para o cargo de Prefeito e Vice Prefeito – 1972, em Junco do Seridó

Candidato	Partido/Coligação	Votação	% validade	Situação
Antônio Bernardo da Nóbrega Vice Prefeito: João Rufino de Carvalho	ARENA	1.005	50,48%	Eleito
Pedro Menezes Filho Vice Prefeito: Cícero Pereira do Nascimento	MDB	986	49,52%	Não eleito
Votos nulos		22		
Votos brancos		9		
Total Apurado		2.022		
Abstenção		199	8,96%	
Eleitorado		2.221		

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

Quadro 24 - Eleições para o cargo de Vereador – 1972: Junco do Seridó

Candidato	Partido/Coligação	Votação	% validade	Situação
José Ludugero Bezerra	ARENA	285	15,25%	Eleito
José Bezerra da Nóbrega	ARENA	252	13,48%	Eleito
Antônio Simão do Nascimento	MDB	184	9,84%	Eleito
Geraldo Silva	ARENA	166	8,88%	Eleito
Laerte Vieira de Lima	ARENA	159	8,51%	Eleito
Avelino Alves da Nóbrega	MDB	156	8,35%	Eleito
José do Nascimento	MDB	138	7,38%	Suplente
Bento José de Albuquerque	MDB	138	7,38%	Eleito
José Vicente da Nóbrega	MDB	126	6,74%	Suplente
Sebastião Paz	ARENA	81	4,33%	Suplente
Jonas Bezerra de Almeida	MDB	78	4,17%	Suplente
José Pinheiro da Nóbrega	MDB	65	3,48%	Suplente
João Bosco dos Santos	ARENA	37	1,98%	Suplente
Legenda do ARENA		2		
Legenda do MDB		2		
Votos nulos		78		
Votos brancos		75		
Total Apurado		2.022		
Eleitorado		2.221		
Abstenção		199	8,96%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

A eleição para as sete vagas na Câmara de Vereadores foi disputada por treze candidatos divididos em seis, concorrendo pela ARENA, e sete pelo MDB. O resultado final confirmou a virada Arenista também no poder legislativo com a eleição de quatro vereadores e apenas três vereadores da UDN, conseguiram se eleger.

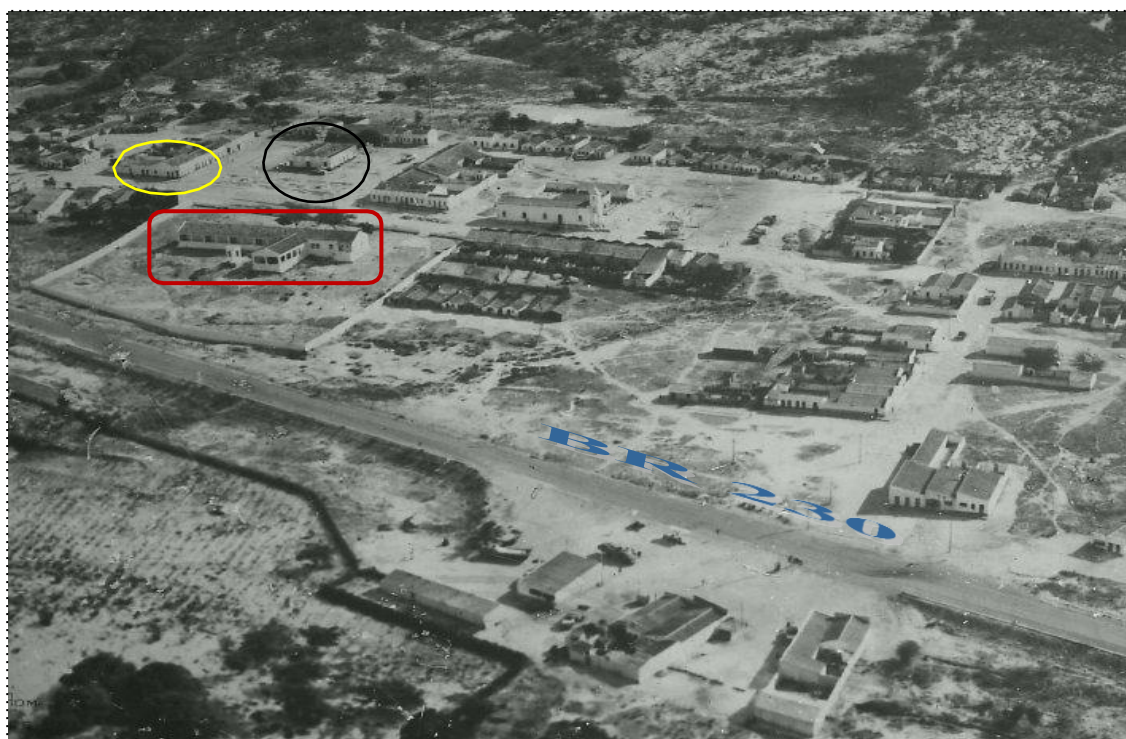
Portanto, a quarta legislatura (1973-1977), foi composta pelos seguintes Vereadores: José Ludugero Bezerra (ARENA), José Bezerra da Nóbrega (ARENA), Antônio Simão do Nascimento (MDB), Geraldo Silva, (ARENA), Laerte Vieira de Lima (ARENA), Avelino Alves da Nóbrega (MDB), Bento José de Albuquerque (MDB). Nessa legislatura, pela primeira vez, os arenistas eram majoritários na câmara municipal com a eleição de quatro dos sete vereadores para o legislativo local, a Arena assumia o poder político, depois de anos de derrota, para não mais perder o posto no cenário político de Junco do Seridó. Na dinâmica política os Arenistas a partir dessa vitória, davam as cartas no jogo político local, ditando as regras, assumiram o poder e uma vez lá, mantiveram sua hegemonia por um longo período de tempo.

A vitória de Antônio Bernardo da Nóbrega, marca o início da virada Arenista na política Juncoense. Esse fato foi tão relevante na político-partidária local que representou um divisor de águas nessa trajetória. Sua escolha, delimitou o fim do domínio do grupo Mdbista e o início da supremacia Arenista. A adesão de Antônio Bernardo ao quadro da ARENA, fez dele o alçó do grupo político que lhe trouxe muitas vitórias. O seu segundo mandato como prefeito correspondeu ao período entre os anos (1973-1976) e representou seu auge político. Nessa época a cidade de Junco do Seridó no ano de 1972, caracterizada por uma cidade de poucas construções, ruas largas e cortada pela BR 230, foi pavimentada durante o governo do General Emilio G. Médici. Conforme (SOARES & KÖPKE, s/d, p. 203/205/245, *apud* CUNHA, 2006, p,37). “A pavimentação da BR 230 fazia parte do Projeto Norte-Nordeste de Rodovias, em que foram asfaltados cerca de 450 quilômetros em nosso Estado, no trecho que liga João Pessoa a Cajazeiras, realizada no governo Médici.”. O Projeto Norte-Nordeste de Rodovias perpassava pela ideologia ufanista do “*Brasil, Grande Potência*”.

A figura 4 é uma representação de parte da Cidade do Junco do Seridó-PB, no início dos anos 70, destacamos na imagem, o espaço do Mercado Público e a Praça

Central (círculo preto); A Escola Estadual Ezequiel Fernandes⁴⁵ (losango vermelho) – essa arquitetura foi demolida, e em 29 de Julho de 2016 foi concluída e inaugurada uma Escola⁴⁶ mais moderna – (círculo amarelo), ficava situada a sede da Prefeitura Municipal.

Figura 4 - Junco do Seridó em 1972.



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Junco do Seridó-PB. (1972)

Ao final de seu mandato, o Prefeito Antônio Bernardo, encerrava sua gestão com prestígio frente aos seus pares e aos moradores do município. Agradeceu a todos os munícipes do Junco do Seridó, como forma de agradecimento por sua gestão. Através da mensagem expressa na figura 5:

⁴⁵ - Com relação ao Grupo Escolar Dr. Seráfico da Nóbrega, construído na gestão do Prefeito Érico Medeiros, de Santa Luzia-PB, no período de 1952 a 1954 – até 1961 o Junco era território distrital de Santa Luzia-PB – sendo inaugurado em janeiro de 1956 pelo Governador Flávio Ribeiro Coutinho e em 08 de março de 1958, pelo decreto 1.010, passou a se chamar Grupo Escolar Ezequiel Fernandes e na década de 1970 passou a ser Escola Estadual de 1º grau Ezequiel Fernandes. Em 2016, passou a chamar-se de ECIT - Escola Cidadã Integral Técnica Ezequiel Fernandes

⁴⁶ - Jornal a União, 30 de Julho de 2016, p,08.

Figura 5 - Homenagem de festa de final de ano



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal (1977)

4.4 SUBLEGENDA: FÓRMULA ARENISTA PARA JUNTAR PROVÁVEIS ADVERSÁRIOS EM JUNCO DO SERIDÓ

Em 15 de novembro de 1976 realizaram-se eleições municipais para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em todos os municípios do Estado da Paraíba, com exceção da capital. Na eleição municipal de 1976 em Junco do Seridó, as principais lideranças políticas arenistas se dividiram e apoiaram candidaturas opostas, dividindo o partido em sublegendas.

Nesse período a ARENA tinha o direito a subdividir-se em sublegendas⁴⁷. Na composição das chapas eleitorais para a indicação dos candidatos, houve uma ruptura, ou seja, uma desavença nas lideranças Arenistas e esse fato provocou o rompimento dentro da agremiação. A princípio, a sublegenda tinha por finalidade

⁴⁷ “A primeira tentativa de introdução da sublegenda no quadro eleitoral brasileiro foi de Raul Pilla. Na Constituinte de 1946, o artigo 156 do projeto original (o de nº 134 do projeto revisto) assim dispunha: ‘o sufrágio é universal e direto, o voto é secreto e fica assegurada a representação proporcional dos partidos políticos nacionais, pela forma que a lei prescrever’. Em emenda, além de propor a subtração da parte final do artigo, Pilla sugeriu a substituição da expressão “partidos políticos” por “corrente de opinião”, para que se evitasse, segundo ele, ‘a autocracia dos partidos e se possibilitasse a adoção do sistema uruguaio que admite lemas e sublemas, seja, de acordo com a nossa terminologia, legendas e sublegendas. Assim, no caso de haver uma corrente dissidente no seio de um partido, ela poderá concorrer às eleições sem prejudicar o próprio partido”. PORTO, Walter Costa. O Voto no Brasil. Da Colônia à 6ª República. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2002

disciplinar as lutas internas nos municípios, e em Junco do Seridó PB, nas eleições municipais de 1976, foi esse o desafio.

Do ponto de vista do perfil social, não havia muita diferença entre os grupos que compunham a ARENA 1 ou a ARENA 2. Os integrantes dessas duas sublegendas, tiveram origem no PSD e na UDN, os dois partidos políticos que dominaram a política local. Ambos reuniam em suas fileiras, comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais, sitiantes. Entretanto, nesse momento da política local, o grupo componente da UDN demonstrava ter maior poder financeiro e maior poder político, por manter vínculos com os setores estadual e federal.

Em relação às plataformas políticas de cada um desses partidos não é difícil identificá-las. O interesse era somente o de conquistarem e de se manterem no poder; granjear a simpatia dos eleitores, prestando-lhes ajudas e favores; mostrarem superioridade ao adversário ao demonstrarem ter prestígio político perante os governos do estado e da ditadura.

Mantido esse perfil, a ARENA 1 e 2 se movimentavam com a aproximação de eleições. Em 1976 elas ocorreram dentro da normalidade entre dois candidatos inscritos: o primeiro da ARENA 1 e o outro da ARENA 2. A ARENA 1 apresentou aos eleitores dois nomes, um candidato a prefeito e outro a vice-prefeito, ambos ligados aos quadros da antiga UDN, sendo o primeiro o prefeito nomeado em (1961) Teodoro Napoleão Bezerra e o seu vice, o comerciante José Bezerra da Nóbrega, cognominado “José Bonifácio”. Esse que entrou na política indicado pelo antigo cacique udenista, Otacílio José de Medeiros, que era seu tio. Da parte da ARENA 2 o nome indicado à disputa para prefeito do jovem acadêmico de medicina, José Antônio da Nóbrega, tendo como candidato a vice-prefeito o servidor público, Lourival do Nascimento. Definidos os candidatos, a campanha logo tomou as ruas. Os candidatos da ARENA 1 estavam escudados por dois fortes políticos: o Deputado Estadual Inácio Bento de Moraes e pelo Deputado Federal, Wilson Braga. Enquanto isto, os candidatos da ARENA 2 contavam com o apoio do atual prefeito Antônio Bernardo da Nóbrega, que junto com alguns membros do partido formavam um grupo coeso.

Teodoro Napoleão e José Bonifácio continuaram candidatos pela ARENA 1, com o apoio das principais lideranças do partido. Entretanto, apostando no racha Arenista, o MDB como partido da oposição apoiou o fazendeiro Marcos Ferreira à

candidatura a prefeito, tendo como vice-prefeito Avelino Alves da Nóbrega, uma das antigas lideranças do partido.

A vitória na eleição de 1976 coube aos candidatos Teodoro Gambarra e José Bonifácio (ARENA 1). Venceram com uma margem pequena, foram apenas 71 votos de maioria. Mas mesmo assim, demonstraram a força da ARENA, que embora tenha saído dividida com dois candidatos a prefeito conseguiu manter sua hegemonia e o poder nas mãos do seu grupo político, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 25 - Eleições para o cargo de Prefeito e Vice Prefeito – 1976, em Junco do Seridó

Candidato	Partido/Coligação	Votação	% validade	Situação
Teodoro Napoleão Bezerra Vice Prefeito: José Bezerra da Nóbrega	ARENA 1	916	41,92%	Eleito
Marco Aurélio Ferreira Tavares Vice Prefeito: Avelino Alves da Nóbrega	MDB	845	38,67%	Não eleito
Zé Antônio Vice Prefeito: Lourival do Nascimento	ARENA 2	424	19,41%	Não eleito
Votos nulos		18		
Votos brancos		13		
Total Apurado		2.216		
Abstenção		313	12,38%	
Eleitorado		2.529		

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

Quadro 26 - Eleições para o cargo de Prefeito e Vice Prefeito – 1976:

Junco do Seridó

Candidato	Partido/Coligação	Votação	% validade	Situação
José Ludgério Bezerra	ARENA	335	16,29%	Eleito
Martinho Alves da Nóbrega	ARENA	222	10,79%	Eleito
Terezinha Diniz Menezes	MDB	216	10,5%	Eleito
Geraldo Silva	ARENA	188	9,14%	Eleito
Laerte Vieira de Lima	ARENA	149	7,24%	Eleito
José Vicente da Nóbrega	MDB	134	6,51%	Eleito
Elias Coelho de Souza	ARENA	117	5,69%	Suplente
Dorgival Cândido de Andrade	ARENA	107	5,2%	Suplente
Inácio Cunha Sobrinho	ARENA	101	4,91%	Suplente
Antônio José da Costa	MDB	90	4,38%	Eleito
Francisco Ferreira Guedes	MDB	90	4,38%	Suplente
Jonas Bezerra de Almeida	MDB	84	4,08%	Suplente
Nelson Xandoca de Medeiros	ARENA	79	3,84%	Suplente
Antônio Simão do Nascimento	MDB	78	3,79%	Suplente
José Bezerra da Nóbrega	MDB	67	3,26%	Suplente
Votos Nulos		80		Suplente
Votos brancos		72		
Total Apurado		2.209		
Eleitorado		2.529		
Abstenção		320	12,65%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

A campanha eleitoral para o poder legislativo em Junco do Seridó, em 1976, contou com a participação de quinze candidatos, distribuídos entre seus respectivos partidos a ARENA apresentou oito candidatos e o MDB, sete. Com a apuração dos votos, o resultado foi favorável para os Arenistas que das sete vagas para a Câmara Municipal ficaram com quatro vagas e ainda fizeram os dois vereadores mais bem votados. Destacamos nessa eleição a vitória da candidata Terezinha Dinis Meneses (MDB), por ter sido a única mulher que concorreu a uma vaga nessa eleição e com êxito foi eleita, desafiando os preconceitos da época de uma sociedade patriarcal e machista. Terezinha Meneses foi a segunda mulher eleita para uma vaga no Legislativo Municipal de Junco do Seridó.

4.5 A SUB-LEGENDA IMPÕE O DOMÍNIO ARENISTA EM JUNCO DO SERIDÓ EM PLENO PROCESSO DE “ABERTURA POLÍTICA LENTA E GRADUAL” DA TRANSIÇÃO À DEMOCRACIA

O prefeito Teodoro Napoleão Bezerra Gambarra (ARENA), foi prefeito do Junco do Seridó por dois mandatos, sendo que a primeira vez foi nomeado Interventor em dezembro de 1961. Comandou os destinos do município como interventor, por um período de um ano, até que fossem realizadas eleições para a escolha do prefeito constitucional do jovem município paraibano em 1962. Já a segunda vez foi eleito pelo voto na (ARENA 1), em 1976.

No âmbito econômico, na primeira década dos anos 80 do século XX, o Município do Junco do Seridó foi fortemente marcado pela crise da agricultura decorrente principalmente de ordem política, econômica e social. Àquela época ocorreu um intenso êxodo rural principalmente dos trabalhadores e moradores que dependiam da agricultura, uma vez que o algodão não mais supria as suas necessidades, tiveram que partir para outras regiões à procura de melhores condições de sobrevivência. Com isso, foram trabalhar na extração de minério que se apresentava no Município do Junco do Seridó como uma atividade alternativa de emprego e renda para as pessoas.

A atividade mineral no Município de Junco do Seridó em pleno semiárido nordestino é um atrativo econômico para uma região tão carente, contribuindo para uma maior fixação do homem. Apesar da diminuição de população na zona rural na década de 90, houve crescimento populacional maior na zona urbana, e um dos motivos desse êxodo é que a maioria dos garimpos é localizada próximo ao núcleo urbano.

No âmbito político, em 1980, o congresso nacional decidiu prorrogar mandatos de prefeitos e vereadores de 4.000 municípios, semanas antes da data marcada para a votação. Houve prorrogação de mandatos durante a ditadura militar, quando uma emenda constitucional estendeu até 1982 o mandato de prefeitos e vereadores eleitos em 1976, e que deveria terminar em 1980.

Em 1979, em âmbito nacional o governo do General Militar João Batista de Figueiredo, dando prosseguimento à abertura política estabelecida no governo de seu antecessor Ernesto Geisel, na chamada “abertura política lenta e gradual”, no conhecido processo de transição, a democracia dava continuidade à estratégia de contenção da *crise conjuntural*, por meio da consolidação das reformas institucionais. Foram aprovadas leis que restabelecem o pluripartidarismo no país, seguindo dessa forma, o plano da ampliação e pluralização da esfera da representação política, com o processo de reforma partidária e formação de novos partidos. Entretanto, esse projeto de reforma partidária já vinha sendo colocado em prática desde as reformas institucionais decretadas no final de 1978⁴⁸ pelo governo Ernesto Geisel.

[...] Naquela, ocasião ocorreu a flexibilização dos critérios exigidos para a formação de novos partidos, apontando a perspectiva de fragmentação do MDB, de ampliação da base parlamentar do governo e de canalização da oposição antiautocrática para a esfera de representação política institucionalizada. A reforma partidária feria a concepção original do projeto distensionista de afirmação e valorização do bipartidarismo, como canais exclusivos de manifestação do conflito político, pois pressupunha a pluralização do sistema de partidos. No entanto, apesar desta alteração quanto à forma do sistema partidário, seu conteúdo continuava informado pela mesma concepção de que os partidos detêm o monopólio da representação política, em detrimento de outros instrumentos de ação política, como os sindicatos, as entidades da sociedade civil etc. Ou seja, com a reforma partidária tratava-se de adaptar o sistema partidário à dinâmica assumida pelo conflito político, na passagem da distensão para a abertura, sem que a sua finalidade original fosse alterada.”(MACIEL, 1999, p, 274-275).

⁴⁸ O projeto de *reformas institucionais* do governo foi aprovado na íntegra em setembro de 1978 pelo Congresso Nacional e incorporado à Constituição pela Emenda Constitucional número 11. (MACIEL, 1999,p,226).

A reforma partidária é uma resposta do governo militar ao acirramento da *crise conjuntural* nesta etapa, particularmente com a emergência do protesto popular, e tem como fundamento sua contenção pela via da canalização do conflito político, para a esfera de representação política institucionalizada. Assim, o governo tinha como objetivo fortalecer o campo político de apoio à perspectiva aberturista do governo no interior da representação política, isolando a oposição antiautocrática e favorecendo a oposição burguesa.

Este é o *campo de interlocução liberal*, localizado fundamentalmente na sociedade política e dependente do fortalecimento institucional da representação política, pois baseado no sistema de partidos, no processo eleitoral e na ação do parlamento. (*Idem*, 1999, p,275).

No entanto, a reforma partidária seria completada em 1979 configurando-se como um elemento central na estratégia de contenção da *crise conjuntural* implementada pelo governo militar nesta etapa e após a apreciação do seu projeto de lei partidária pelo Congresso ficou definido que;

As propostas partidárias presentes no campo da oposição se consolidam dando origem a cinco partidos. Além dos já citados PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), formam-se ainda o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PP (Partido Popular). No campo governista, a questão é mais simples, pois 90,5% dos senadores e 86,6% dos deputados federais da ARENA entraram no novo PDS (*Movimento*, 10/3/1980, p. 3). Durante os anos de 1980 e 1981, o panorama partidário é delimitado por estes partidos, porém as disputas por parlamentares, bases e estruturas continuam acirradas, inclusive com a intervenção decisiva do governo conforme a estratégia golberiana de “cooptação por partes”. (MACIEL, 1999,, p, 289).

Portanto, a reforma partidária como estratégia governista não causou grandes perdas nas bases do governo no Congresso e ainda possibilitou a formação de um partido auxiliar, além de fragmentar a *oposição institucional*.

Para reforçar este processo, o governo resolveu transferir as eleições municipais de novembro de 1980 para novembro de 1982, prorrogando em dois anos o mandato dos prefeitos e vereadores. Conforme afirma, Maciel (1999, p. 290-291)

O projeto foi aprovado no Congresso Nacional por decurso de prazo, sob protestos dos partidos da oposição, mas contribuiu para preservar sua fragmentação, na medida em que só PDS, PP e PMDB estariam legalmente registrados para poderem concorrer, o que forçaria os partidos pequenos, PTB, PDT e PT, a abandonarem o trabalho de estruturação e integrarem algum dos grandes, principalmente o PMDB.

Dessa forma, o adiamento das eleições evitaria que a estratégia presente na reforma partidária fosse derrotada pela reaglutinação da oposição, ou de grande parte dela, num só partido. “Além disso, o governo temia que o PDS perdesse 80% das prefeituras sob seu controle em caso de eleição, o que o enfraqueceria demasiadamente para as eleições de 1982 (MOVIMENTO, 16/6/1980, p. 3 e 1/9/1980, p.5).

Segundo Romano (2020), durante o governo do General João Figueiredo, a justificativa oficial para o adiamento das eleições era a de que não havia tempo suficiente para que os partidos cumprissem antes da eleição todas as formalidades previstas na reforma partidária de 1979, que permitiu a existência de mais partidos além da Arena e do MDB, as duas únicas legendas legalizadas durante a maior parte da ditadura.

Pela proposta apresentada pelo Deputado Federal Goiano Anísio de Sousa, os prefeitos e vereadores eleitos em 1976, que deveriam ter o mandato encerrado no início de 1981, teriam sua permanência no cargo prorrogada por mais dois anos.

A Folha de São Paulo *apud* Romano (2020), escreveu em editorial após a decisão do congresso: "Os argumentos para justificar o adiamento são insustentáveis. A realidade é que o governo não quer enfrentar as urnas. O amplo crescimento da oposição nas eleições de 74, 76 e 78 assustou o Planalto."

Ainda para Romano (2020), entre os opositoristas, o comentário recorrente era de que a maioria governista no Congresso “havia se tornado uma nova maneira de o governo impor suas posições, em substituição à força do AI-5 (Ato Institucional nº 5), revogado no fim do governo Ernesto Geisel (1974-1979).

Portanto, foi através de medidas baseadas no processo de transição à democracia que o governo militar procurou estancar a crise conjuntural e frear o avanço da oposição colocando fim ao sistema bipartidário nascido com o Ato Complementar nº 4, através da Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que modificou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. E assim, entre janeiro e maio de 1980, seis novos partidos políticos foram organizados no Congresso e posteriormente registrados no TSE. A ARENA foi substituída pelo PDS (Partido Democrático Social), “o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) sucedeu o extinto MDB pela justaposição da palavra partido à antiga sigla, uma vez que a nova legislação eleitoral

exigia que todos os novos partidos assim fossem denominados” (SCHMITT, 2000, p. 48).

Essas mudanças de ordem política, econômica e social refletiram também no campo político Juncoense pois, permitiu o surgimento de novas lideranças ao lado das já existentes e uma nova configuração política se desenhou nesse novo contexto.

Com o aproximar das eleições municipais de 1982, aparecem nos bastidores, os apostadores e os simpatizantes desse ou daquele candidato, que se encarregam de pôr o nome nas ruas. A política de Junco do Seridó, funcionava naquela época em que a força dos velhos partidos insistia em não permitir a renovação dos costumes políticos, principalmente nas pequenas cidades (onde) eleição e jogo de grupos no qual a participação dos moradores, digo (eleitores) não iam além do voto dirigido se não quisermos seguir aqueles que simplesmente anulam o seu voto. Nos bastidores evidenciam a tentativa de se impor nomes de candidatos, feita pelos partidos, os quais atuam de maneira a estabelecer conchavos políticos, pouco importando com as postulações feitas pela sociedade. Entretanto, os novos condicionamentos históricos, as mudanças estruturais na política, na economia e no social, abriam espaço na política Juncoense para o surgimento de novos atores que buscavam seus espaços na política local.

Confiante que tinha realizado uma boa administração, por seu antecessor e tendo cumprindo acordos selados, o Vice-prefeito José Bezerra da Nóbrega aparecia como um candidato natural à sucessão municipal. E naquele momento, era imprescindível para o PDS manter-se no poder. Além de significar uma honra era uma forma do partido demonstrar prestígio e autoridade. Porém, nem todos acreditavam na vitória, mas no geral, o governo municipal e seus aliados viam alguma possibilidade dele vencer o pleito. Afinal, a disputa eleitoral estaria sendo travada entre ele, candidato do PDS 2, homem de confiança que tinha prestígio e votos, vinha de uma carreira política consolidada passando por dois mandatos como vereador na Câmara Municipal e era o atual vice-prefeito do município. Era residente na Fazenda Malhada do Umbuzeiro, de hábitos modestos, lançou seu nome no pleito como candidato do PDS 2. Entretanto, o principal adversário vinha do próprio grupo político que descontente com a escolha do vice prefeito para a chapa majoritária rompeu com o grupo situacionista e lançou Edilson Azevedo, funcionário público da Empresa de

Assistência Técnica e Rural (EMATER), residente na sede da cidade, candidato a prefeito pelo PDS 1.

Com a cisão inesperada dentro do próprio partido do PDS, do qual faziam parte, a separação ocorreu porque Edilson Gambarra de Azevedo, chefe da Emater local e parente do Prefeito Teodoro Napoleão, preteriu ser candidato a maioria e como não houve apoio do prefeito e seus aliados a indicação de seu nome, decidiu romper com o grupo dominante e buscou apoio de lideranças que andavam insatisfeitas com o governo local. Assim, encontrou um terreno fértil, marcado por descontentamentos, decepções e almejando outros rumos políticos mais relevantes em âmbito local, foi questão de tempo para a formação de um forte grupo de oposição que se formava para a disputa das eleições municipais de 1982.

Apoiado por algumas lideranças locais na época como José Ludgério, do Distrito do Bom Jesus, Marcos Ferreira, do Sítio Catolé, Antônio Bernardo da Nóbrega e José Antônio da Nóbrega ambos da Fazenda Malhada do Umbuzeiro, Cicero Pereira do Nascimento, Sítio Carneira, Francisco Vieira de Medeiros (sede), que teve o seu nome indicado pelo partido para ser candidato a vice-prefeito e outras lideranças que ao longo da campanha foram aderindo e se engajando na campanha oposicionista. Com um grupo político da oposição fortalecido, o caminho para a tomada do poder foi encurtado e o ânimo renovado para as eleições. Nesse contexto de preparação eleitoral, de escolha de candidatos e definições de nomes que iriam concorrer às eleições municipais de 1982, foi através de conchavos e acordos por debaixo dos panos entre algumas lideranças locais e estaduais do próprio partido do PDS que conseguiram através da sublegenda dar o direito a Edilson Azevedo ser candidato por uma sublegenda mesmo tendo perdido a vaga do partido na convenção municipal para José Bezerra da Nóbrega. Com isso, nas disputas às eleições locais, o Partido Democrata Social (PDS), disputou com dois concorrentes divididos em sublegendas. Ou seja, mais uma vez a sublegenda tinha por finalidade disciplinar as lutas internas nos municípios.

Nessa eleição apresentando-se como uma terceira via, o partido do PMDB lançou Avelino Alves da Nóbrega como candidato e seu vice foi Francisco de Araújo Mendes.

Passadas as convenções municipais, era hora de cair em campo, fazer alianças, incentivar os cabos eleitorais e conquistar os votos dos eleitores, logo os fuxicos, desavenças e provocações, passam a fazer parte das discussões entre os simpatizantes, adversários e partidários, ao mesmo tempo, a discussão salta para as ruas, esquinas e praças onde as virtudes, os defeitos e as incapacidades dos candidatos passam a fazer parte do cotidiano dos grupos interessados. Dessa forma, os adversários procuravam, por todos os meios, manchar a sua imagem, dos postulantes ao cargo do executivo municipal. Por exemplo, o candidato situacionista José Bezerra da Nóbrega era constantemente acusado de ser um homem rude e semianalfabeto, mais afeito às coisas do campo e menos às da cidade, e que por isso era um candidato despreparado para assumir o cargo de prefeito. O candidato do PDS 2, respondeu a “ofensa” passaram a divulgar que o grupo do PDS 1 era partido de ricos e que, se ganhasse, não iria ajudar a população mais carente do município.

Esse jogo de ofensas e acusações entre os candidatos era divulgado e espalhado pelos fofoqueiros de plantão, que por sua vez, se encarregaram de espalhar tais comentários e picuinhas para confundir a cabeça dos eleitores. Ao mesmo tempo, procuravam jogar um candidato contra o outro. Prevalecia a velha rixa de Arenistas *versus* Mdebistas ao mesmo tempo em que, pelas ruas da cidade, sucediam passeatas, carreatas e comícios. Neles era onde ocorriam os mais acalorados ataques verbais. Era comum combater as propostas do adversário. A campanha eleitoral e os comícios, conforme Remond. (2003, p.49)

é parte integrante de uma eleição, e seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião.

Em 15/11/1982 realizaram-se eleições municipais para Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores em todos os municípios do Estado com exceção da capital, João Pessoa, que tinha o seu prefeito nomeado, o Sr. Damásio Barbosa da Franca, em 26/03/1979 até 15/03/1983 quando pediu para ser exonerado, sendo nomeado logo em seguida no dia 16/03/1983, Oswaldo Trigueiro do Vale. Neste ano a eleição para prefeito levava em conta a soma dos votos obtidos pelos candidatos de um mesmo partido. No Junco do Seridó, apesar de todo o prestígio do Prefeito Teodoro Napoleão Gambarra, conquistado durante o seu período de governo, e com o desgaste natural

de um mandato de 6 anos, não lhe foi possível reverter a situação desfavorável do seu candidato. As eleições foram realizadas e o candidato da ARENA 1, Edilson Gambarra Azevedo da Nóbrega, sagrou-se vencedor, como já se antevia. Venceu na cidade com uma maioria esmagadora obtendo no pleito uma votação de 1242 votos, sendo uma maioria pró de 400 votos de frente ao segundo colocado. (Ver quadro 27).

Quadro 27 - Resultado das eleições para prefeito e Vice Prefeito– 1982:
Junco do Seridó

Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação ▾
Edilson A Gambarra da Nóbrega <i>Vice Prefeito: Francisco Vieira de Medeiros</i>	PDS1	1.242	53,93%	Eleito
José Bezerra da Nóbrega <i>Vice Prefeito: Arnaldo Coelho da Nóbrega</i>	PDS2	842	36,56%	Não Eleito
Avelino Alves da Nóbrega <i>Vice Prefeito: Francisco de Araújo Mendes</i>	PMDB	219	9,51%	Não Eleito
Votos nulos		103		
Votos brancos		70		
Total apurado		2.476		
Eleitorado		2.923		
Abstenção		447	15,29%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

Quadro 28 - Resultado das eleições para vereador em Junco do Seridó – 1982

Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
José Ludgero Bezerra	PDS	291	13,15%	Eleito
Geraldo	PDS	172	7,77%	Eleito
Elias Coelho de Souza	PDS	158	7,14%	Eleito
Maria Judith Santos	PDS	146	6,6%	Eleito
Antônio Pereira Nascimento	PDS	124	5,6%	Eleito
Marcos Afonso Medeiros	PDS	121	5,47%	Eleito
Geraldo Alves da Nóbrega	PMDB	119	5,38%	Suplente
José do Nascimento	PDS	111	5,02%	Eleito
Martinho Alves da Nóbrega	PDS	111	5,02%	Suplente
Bartolomeu Pinheiro Nóbrega	PDS	110	4,97%	Suplente
Dorgival Cândido de Andrade	PDS	104	4,7%	Suplente
Luiz Gonzaga da Cunha	PDS	97	4,38%	Suplente
Maria Diniz Silva	PDS	87	3,93%	Suplente
Terezinha Diniz Menezes	PMDB	85	3,84%	Suplente
José Viana Sobrinho	PDS	78	3,52%	Suplente
Jeová Idelfonso de Medeiros	PDS	62	2,8%	Suplente
Otacílio Balduino Brito	PDS	59	2,67%	Suplente
Antônio Simão do Nascimento	PDS	52	2,35%	Suplente
José Bezerra Nóbrega	PDS	50	2,26%	Suplente
Antônio José da Costa	PDS	38	1,72%	Suplente
José Vicente da Nóbrega	PDS	36	1,63%	Suplente
Jaime Bento de Moraes	PMDB	2	0,09%	Suplente
Votos nulos		153		
Votos brancos		110		
Total apurado		2.476		
Eleitorado		2.923		
Abstenção		447	15,29%	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (2020)

Passado o pleito eleitoral e conhecidos os resultados das eleições municipais, os olhares agora passaram a se concentrar no dia 31 de janeiro de 1983, dia da posse dos candidatos do PDS 1, eleitos para comandar os destinos do município. O PDS 1 conseguiu 53,93% dos votos para prefeito e 100% para vereadores, ou seja, elegeu os 7 vereadores para assentos na Câmara Municipal. A fórmula da sublegenda mais uma vez foi um sucesso para o domínio político nas mãos dessa agremiação. Quanto ao PMDB, teve uma participação pífia, obtendo apenas 219 votos para o seu candidato a prefeito e não conseguiu eleger nenhum candidato a vereador. O candidato a vereador mais votado do Partido foi Geraldo Alves da Nóbrega, que obteve 119 votos. Esses resultados nos levam a admitir que as eleições de 1982 indicaram o desinteresse e até mesmo certo temor dos eleitores em votar nos candidatos do PMDB, visto como um partido contrário aos programas do “governo militar”. Além disso, ficou evidente a influência e o poder do PDS no Município de Junco do Seridó para arregimentar eleitores, usando da sublegenda fortaleceram o partido e uniram antigas desavenças e sob novo comando, de novas lideranças, continuaram exercendo forte poder sobre os eleitores, e se comportavam como se nada de novo tivesse acontecido.

Portanto, a adoção da sublegenda em Junco do Seridó não passou de um subterfúgio utilizado para abrigar adversários políticos dentro da sigla governista, isso porque os políticos Juncoenses preferiram não se expor, assumindo posição contrária ao governo militar.

Ao final de sua gestão, não tendo conseguido eleger seu sucessor, o prefeito Teodoro Napoleão Bezerra escreveu uma mensagem como forma de prestação de contas de seus atos, ao se despedir de seu governo aos munícipes do Junco do Seridó-PB, em 1983.

Ao entregar brevemente o meu mandato, não encontro melhor prestação de contas, igual a minha própria consciência do dever cumprido e o povo como testemunho. Agradeço a colaboração da câmara de Vereadores e de todo o quadro de funcionários da municipalidade pela dedicação no desempenho de suas funções. Sinto-me satisfeito em ter comandado os destinos do município, pelo qual estou retribuindo em termos de confiança recebida do povo, pondo-me sempre a disposição de todos quando for necessário a minha participação. Fiz o possível para satisfazer em parte as necessidades da população onde tudo que realizei foi com muita força de trabalho e dedicação. (Prefeito Teodoro Napoleão Bezerra. 1983).

Enquanto em boa parte do país a perda de prestígio da maioria dos governos estaduais, foi um poderoso golpe sobre o PDS. No Junco do Seridó, as últimas eleições municipais sob o regime militar confirmaram a força da direita. Essas forças políticas vinculadas ao partido destoavam no controle do poder público municipal, enquanto velhas lideranças saíam de cena as novas lideranças tomaram a frente das decisões locais e foram seguindo os novos condicionantes históricos no período de redemocratização se afirmando como poderosas forças políticas locais mantendo o domínio da classe dominante na cidade do Junco do Seridó, preservando as antigas práticas oligárquicas coronelísticas de poder.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se buscou na investigação nesta pesquisa foi mostrar os conflitos do poder oligárquico no interior da classe dominante e suas disputas político-partidário no município de Junco do Seridó – PB, durante o período temporal de 1962-1985.

Evidenciamos na nossa pesquisa que esses grupos políticos disputaram e dominaram a política local, sem embates ideológicos cujos programas políticos estabelecessem a defesa da ditadura ou da democracia. Independente do regime político brasileiro que vigorava, os grupos oligárquicos disputavam posições de controle do Estado, a fim de reproduzirem suas bases de poder. Ao mesmo tempo em que foram mantidas e reproduzidas as suas bases econômicas estruturadas no setor agropastoril e na dominação e exploração da classe trabalhadora do campo, submetida ao julgo dos fazendeiros.

No município de Junco do Seridó-PB, o predomínio político estava nas mãos da classe dominante sob o comando dos “caciques” representantes das oligarquias locais, que disputavam o poder através do voto. O que condicionava essas pessoas às lideranças dos seus grupos além das questões político-partidárias, eram as condições materiais que alimentavam esse cenário político.

Entre os anos (1962-1985), o Junco do Seridó era uma localidade pequena, sua população em sua maioria era residente na zona rural e apenas uma pequena parcela dos moradores residiam na sede do município. Nesse período, a principal base da economia era a atividade agrícola, sendo a lavoura algodoeira o principal ciclo de produção. A atividade agrícola associada a pecuária, possibilitou a formação de uma pequena elite agrária (fazendeiros e proprietários rurais). Estas, eram detentoras de terras e poder econômico e político.

Nos campos agrícolas do município do Junco do Seridó, estes estavam composto por uma massa de trabalhadores, formadas por extensas famílias, semianalfabetas, submissas a formas de trabalho como a “terça, “meia” e “parceria” baseada em relações pré-capitalistas de produção e explorados pelos fazendeiros e produtores rurais que ficavam com o lucro do que era produzido nas suas terras.

Com essas relações sociais de produção que se deram com suas especificidades, os padrões de dominação local marcados por uma forte característica do mandonismo baseada nas relações de dominação pessoal, na dependência direta

do trabalhador ao fazendeiro, facilitou uma flexibilidade nas relações de dominação-submissão, favorecendo o poderio dos fazendeiros sobre a massa de trabalhadores rurais.

Além dessas relações sociais de produção, a questão do acesso à terra e a falta de uma legislação trabalhista que defendesse o direito do trabalhador rural tornava ainda mais evidente a sua subordinação às imposições dos fazendeiros. Esses, não mediam esforços para aproveitarem uma massa de trabalhadores desamparados para manter e legitimar as relações de exploração para seus fins de dominação. Tinham com isto, um solo fértil para reproduzirem suas relações pessoais de produção através dos laços de compadrio e do favoritismo pessoal. Dessa forma, sistemas de exploração do trabalho rural eram simplesmente em épocas eleitoreiras reduzidas a curral eleitoral do fazendeiro e, sendo assim, mantenedoras do poder das oligarquias agrárias.

Diante do exposto, observamos que as bases da estrutura de poder local em Junco do Seridó, entre os anos de (1962-1985), eram essencialmente rurais, montadas na propriedade da terra e na dominação exercida pelos fazendeiros do algodão-pecuária e na representação política de suas respectivas forças oligárquicas. Essas oligarquias e seus representantes, reproduziam seu poder através das relações de produção tradicionais no campo através da subordinação dos trabalhadores rurais, subdividido em (moradores, posseiro, meeiros) subjugados ao domínio do fazendeiro.

Portanto, a classe dominante, através de sua principal fração a agraria, eram formadas pela classe dos proprietários e vivia da exploração dos trabalhadores com sua estrutura de poder coronelística e oligárquica e suas bases de produção voltadas para o setor agrícola, dividida em suas frações burguesas e alinhadas a seus partidos políticos. Embora estivessem em campos partidários opostos, disputavam através do voto o poder local sem enfrentamentos ideológicos com os sistemas impostos. Utilizava-se de uma prática política que podemos caracterizar como sistemas considerados patronais e/ou oligárquicos. Práticas estas que encontramos dentro do próprio sistema de dominação, uma hierarquização do poder sobre os subalternos.

O Município do Junco do Seridó, situado no Seridó Ocidental do Estado da Paraíba, foi emancipado em dezembro de 1961, após romper os laços com sua antiga sede, o Município de Santa Luzia do Sabugi. O novo município trilhou seu próprio caminho político sob a liderança de seus chefes políticos locais.

A política no Junco do Seridó nos anos anteriores ao golpe de 1964 é relatada por diversas vezes como uma disputa entre chefes políticos locais divididos em dois grupos políticos partidários. Notórios, dentre os demais personagens Juncoenses, estavam alguns antagonistas que já traziam suas desavenças políticas com suas raízes desde a época que o Junco do Seridó era distrito administrativo de Santa Luzia. Esses chefes políticos são considerados, por diversos motivos, os divisores da política em nível local, uma vez que criaram uma polaridade entre dois grupos, enquadrando-se de acordo com os interesses próprios. Essa política era caracterizada por diversas práticas oligárquicas de se fazer política como: o mandonismo, o clientelismo, o apadrinhamento, o assistencialismo e o curral eleitoral, ou seja, práticas políticas que tinham suas raízes lá na República Velha e que ainda vigoram, com algum grau de reconfiguração, até os dias de hoje, principalmente nas pequenas cidades do interior do Brasil.

Após o Golpe militar de 1964 a concentração de políticos Juncoenses no MDB e na ARENA local significou a manutenção do *status quo* partidário e refletia as desavenças políticas herdadas do período anterior à emancipação política de Junco do Seridó. Os chefes políticos locais, logo buscaram se adequar aos novos condicionamentos impostos pelo novo regime, isto é, agindo em sintonia com os militares. Os partidos em sua maioria, tanto na esfera federal como estadual, por uma questão de sobrevivência política, optaram pela ARENA, o partido do governo. Enquanto outros foram para o MDB, o partido da “oposição consentida”. Os líderes políticos do PSD trataram de se acomodar na ARENA. E ao longo do regime militar usaram de um artifício para acalmarem conflitos entre lideranças descontentes e atrair tradicionais adversários para sua agremiação, optaram então pela utilização do recurso da sublegenda: formando assim a ARENA 1 e a ARENA 2. Na realidade, ocorreu apenas uma mudança de rótulo, porque o conteúdo continuou o mesmo.

Quanto ao MDB, no Município do Junco do Seridó, ao contrário de boa parte do país, tornou-se a força dominante, através de uma dobradinha política entre as suas principais lideranças Jonatas Ferreira Tavares e Antônio Bernardo da Nóbrega, dominaram o poder durante mais de uma década, até que desavenças internas levaram ao rompimento dessa aliança e abriu-se espaço para a virada Arenista no município.

No Junco do Seridó, o golpe militar de 1964 também abriu a possibilidade no âmbito da política local, de disputas políticas mal resolvidas, estas que no contexto democrático tornarem-se mais constantes, provocando acirramento pelo poder entre atores políticos Juncoenses insatisfeitos com o resultado eleitoral até ali obtido. Aquilo que ficava sob a forma de conflitos no contexto democrático, sob o Estado de Direito vivido desde 1962 até o golpe, tornava-se passível de outras medidas em um estado ditatorial como aquele em que o país ingressava a partir abril de 1964. Ao passo que o regime militar foi se consolidando, moldando o arcabouço institucional e, no limite mesmo, interferindo através das intervenções para reposicionar o município nas mãos de políticos ligados ao regime e seu partido.

Um dessas interferências, ocorreu em Junco do Seridó, em novembro de 1966. Foi a nomeação de um interventor federal, nomeado pelo então presidente Castelo Branco, para assumir o poder municipal, em novembro de 1966. Esse interventor federal deveria permanecer no poder até a posse do prefeito eleito pelo povo, nas eleições municipais de 15 de novembro de 1966. O fato é que após o resultado das eleições e a confirmação da vitória do candidato Antônio Bernardo da Nóbrega (MDB), e sua posse para o mês de dezembro do mesmo ano, o interventor federal. Francisco Correia de Queiroz, simplesmente negou-se a entregar o cargo ao prefeito eleito. Daí gerou-se todo um imbróglio político e coube ao Juiz de Direito da Comarca de Santa Luzia, Moacyr de Medeiros, atuar como uma espécie de árbitro nessa disputa pelo poder local entre as classes dominantes. O Juiz buscou agir em detrimento das regras constitucionais da época e ordenou o arrombamento da sede da prefeitura para dar posse ao prefeito eleito, com o apoio dos moradores locais aliados políticos do prefeito.

Foi nesse cenário de grande apreensão que se travou uma batalha sem igual pelo poder entre as oligarquias dominantes, os chefes políticos que disputavam o poder local usando de um eficiente sistema oligárquico usaram todos os meios para justificar os fins, e em pleno regime de exceção que o país passava se digladiavam pelo poder municipal, aponto de incentivarem uma revolta armada com apoio dos próprios correligionários e simpatizantes do chefe político Antônio Bernardo da Nóbrega do (MDB), um fato marcante que estava adormecido até os dias atuais.

Portanto, com o Golpe de 1964 e a instauração de um regime de exceção no país, a ditadura bonapartista cujo esteio de dominação burguesa estava na força, as

oligarquias Juncoenses continuaram disputando o poder local, através do voto nas eleições municipais, embora em outro contexto político-institucional, haja vista que a ditadura militar, apesar de todo aparato repressivo criou uma fachada democrática com uso dos expedientes da democracia burguesa, a exemplo do parlamento, do voto direto em alguns municípios do país e de um partido de oposição consentida.

No entanto, na segunda década dos anos 80 do século XX, o município de Junco do Seridó – PB, foi fortemente atingido pela crise agrícola decorrente principalmente de ordem política, econômica e social. Em virtude dessa crise, profundas alterações trouxeram consequências de ordem estrutural e conjuntural para o município juncoense. No âmbito econômico temos a crise e o fim do ciclo do algodão que acarretou também na decadência de fazendeiros, produtores rurais e agricultores. Em âmbito social ocorreu um intenso êxodo rural principalmente dos trabalhadores e moradores que dependiam da agricultura, uma vez que o algodão não mais supria as suas necessidades, tiveram que partir para outras regiões à procura de melhores condições de sobrevivência. Com isso, foram trabalhar na extração de minério que se apresentava no Município do Junco do Seridó como uma atividade alternativa de emprego e renda para as pessoas.

Após 1985 a vida política do município do Junco do Seridó sofreu com algumas alterações decorrentes das mudanças estruturais em curso. Com o declínio das lideranças agrárias o espaço político foi recebendo novos atores, novas lideranças que se fortalecia na figura do médico, do empresário, do funcionário público que ao lado de antigas lideranças que embora não tivesse mais a força de antes eram ainda relevantes no fortalecimento dos grupos políticos nesse novo reordenamento, confirmando que passado e presente caminhavam juntos.

Portanto, foi seguindo os novos condicionantes históricos no período de redemocratização que as novas lideranças políticas foram se afirmando como poderosas forças políticas locais mantendo o domínio da classe dominante na cidade do Junco do Seridó, preservando as antigas práticas oligárquicas coronelísticas de poder. Entretanto, mesmo mudando os atores o corpo que dava sustentação a esse processo era o mesmo, isto é, mudava-se as roupagens, mas a estrutura era a mesma de antes, ou seja, não existia embates ideológicos com o regime de governo

estabelecido, mas, disputas pelo controle de poder. As práticas usadas pelos políticos para se chegar ao poder continuaram os mesmos; o interesse era somente o de conquistar e de se manter no poder; granjear a simpatia dos eleitores, prestando-lhes ajudas e favores; mostrar superioridade ao adversário. Tudo isso, com um único objetivo; de conquistar e conservar o poder político.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. **Política, Gênero e Mídia na Pesquisa e no Ensino de História**. In: IV SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL – III ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA: ISSN: 2179-5665. UFU, dezembro de 2016.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. 8. ed. rev. e ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BEZERRA, Josineide da Silva, **Emancipações distratais na Paraíba: imbricações entre relações familiares e poder local**. Artigo, UFPE, 2016.
- BARROS, Edgar Luiz de. **Os Governos Militares**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- BARROS, José d'Assunção. História Social e Retorno do Político. In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira (org.). **Campos da Política - Discursos e Práticas**. São Paulo: LP-Books, 2012, p. 10-47.
- BARROS, José d'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 4. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.
- BATISTA Allofs Daniel. **Onze Prefeitos em Onze Anos: O campo político iguaçuano nas páginas do correio da lavoura (1964-1975)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro 2003. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12063/disserta%C3%A7%C3%A3o_allofs.pdf?sequence=1
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX E Sirinelli (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
- BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. João Pessoa: Assembleia Legislativa/Instituto de Estudos Políticos e Sócios Ulisses Guimarães, 1994.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BOBBIO, Norberto. **Entre duas repúblicas: às origens da democracia italiana**. Trad. Mabel Malheiros Bellati. Brasília: UNB, 2001.
- BOBBIO, Norberto. Verbete Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et ai.;coord. Trad. João Ferreira. 13ª ed. volume 1. Brasília, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL. ATO COMPLEMENTAR Nº 5, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1965. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 13/12/1965, Página 12753 (Publicação Original) Coleção de Leis do Brasil - 1965, Página 23 Vol. 7. Acesso em 14/07/2021

BRASIL. ATO COMPLEMENTAR Nº 11, DE 28 DE JUNHO DE 1966. art. 4º § 1º, do Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 30/6/1966, Página 7059. Acesso no dia 27/03/2020

BRASIL. ATO COMPLEMENTAR Nº 11, DE 28 DE JUNHO DE 1966. ATO COMPLEMENTAR Nº 33, DE 18 DE JANEIRO DE 1967 (Artigo 4) - **Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU)** de 14 de novembro de 1966. Acesso no dia 27/03/2020

CODATO, Adriano. **O espaço político segundo Marx**. Crítica Marxista, n.32, p.33-56, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BUONICORE, Augusto C. **Ensaio Da ditadura militar brasileira**. Portal da Fundação Maurício Grabois, São Paulo .30.03.2019

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

CAVALCANT, Jean Lucas Marinho. AIRES, José Luciano de Queiroz. **Revisionismo a brasileira**: uma crítica as interpretações reacionárias sobre o golpe de 1964. *In*: - ST 05. III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA: CULTURA, PODER E IDENTIDADE, UFCG-PPGH, 2019.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária Ideia. 1998.

CITTADINO, Monique **Poder local e ditadura militar: o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. São Paulo: Edusc, 2006.

CUNHA, Inairam Cristino. **Representação sobre o Regime Militar Brasileiro (1964-1985)**: um estudo no município de Junco do Seridó-PB. 2006. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande: UEPB, 2006.

DAMASCENO, João. **Nos caminhos da Paraíba**, Campina Grande, 2002.

DEMIER, Felipe. **O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964):** um ensaio de interpretação histórica. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder:** formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira.** O Brasil Republicano (1939- 1964). São Paulo: DIFEL, 1981.

FERREIRA, Maria do Socorro Nóbrega. **O Ensino de História e a História Local:** A experiência do Ensino Fundamental na Escola Pequeno Príncipe no Junco do Seridó-PB. Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura em História da UEPB, Campina Grande, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício** – a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro, FGV, 2013.

FICO, C. **Além do Golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FONTENELLE, Isabel Picaluga. **Partidos políticos e classes sociais:** a UDN na Guanabara. Petropolis: Vozes, 1980.

GASPARI, E. **A ditadura derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GORENDER, J. **Combate nas trevas - A esquerda brasileira:** das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GONDIM, Pedro Moreno. **Pedro Gondim (depoimento;1978).** Rio de Janeiro: FGV/CPDOC,1986.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração:** memórias e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá-MT: Carlini&Caniato: EdUFMT, 2006, p. 18.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias Paraibanas: 1985-1945.** João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias Paraibanas: (1985-1945).** / Eliete de Queiroz Gurjão; prefácio de José Luciano de Queiroz Aires. 2. Ed. - João Pessoa: Ed. Do CCTA. UFPB, 2020.

HELD, David. **Modelos de democracia.** Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 1975.* Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/243/agro_1975_v1_t9_pb.pdf.

Acesso em: 18 DEZ. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/243/agro_1975_v1_t9_pb.pdf.

Acesso em: 18 DEZ. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1985_n13_pb.pdf.

Acesso em: 18 DEZ. 2020.

IGLESIAS, Francisco. **Trajectoria Política do Brasil: 1500-1964** São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, terça feira 15-11-1966, 1º cad -5

JORNAL A UNIÃO, João Pessoa, 30 de Julho de 2016, p,08.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, fragmentos, 01 de abril de 2006.

KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KINZO, Maria D’Alva Gil. **Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1980.

LAMEIRA, Rafael Fantinel, PERES, Paulo. **O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias**. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA. Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Set. 2015

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Alcindo de Medeiros. **O município de Santa Luzia e sua evolução**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1939.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão *et al.* 5.ed. 4. Reimpressão. Campina-SP: Editora da Unicamp, 2010.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias – Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 60.

LOWY, Michael. **Ideologia e ciências sociais: elementos para uma análise marxista**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2015

LUKÁCS, György. **Socialismo e democratização**: Escritos políticos 1956-1971, Rio de Janeiro, Editora, UFRJ, 2008.

MAIA, Kaliane de Freitas; GOMES, Ramonildes Alves. Mudanças na estrutura fundiária do Sertão Paraibano e suas implicações para a consolidação da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 259-283, jun. 2020.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República**. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1999. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/MACIEL_David_1999.pdf

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **A Ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas., supervisão editorial, Leandro Konder; tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. [tradução e notas Nélio Schneider ; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo : Boitempo, 2011.

MATTOS, José Aylton de. **Partidos Políticos no Município de Caratinga-MG 1964-1980**, Estudo de Caso. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado da Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, Demian Bezerra. Ditadura“Civil-Militar”? : **Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço Plural. Ano XIII. nº 27, 2º semestre 2012, p. 39-53. ISSN 1518-4196.

MONTENEGRO, Ana Maria da Costa. Ensino de História: das dificuldades e possibilidades de um fazer. In. DAIVES, N. (org.) **Para Além dos Conteúdos no Ensino de História**. Niterói: Eduff, 2000.

MORAES, João Quartim de. **Liberalismo e ditadura no Cone Sul**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2001.

MORAES, João Quartim de. **“Sobre o ‘aprimoramento’ da expressão ditadura militar”**. In: Seção Colunas, Portal Vermelho.

MUELLER, Charles Curt. professor da Universidade de B.,Oie e assessor da presidência do IBGE. **Agroanálisis, junho/1987** (texto do artigo - ENSAIO ESPECIAL - CENSOS AGROPECUARIOS).

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NÓBREGA, Afrânio de Medeiros. **A política paraibana. 1930-1945: Continuidade ou ruptura?** Monografia. Campina Grande: UEPB, 2005.

NÓBREGA, José Antônio da. **Os Nóbregas da Malhada.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

PANG, Eul Soo. **Coronelismo e oligarquias.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **O que fez a História Oral diferente?** Projeto História, vol 1, nº 14, p, 25-39. São Paulo, 1997.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE EMPREGO E RENDA. **Diagnóstico Sócio-Econômico de Junco do Seridó-PB.** João Pessoa: SEBRAE-PB, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O coronelismo numa interpretação sociológica.** In: FAUSTO, Boris (Org.). O Brasil republicano. São Paulo, Difel, 1976. v. 3. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).

REMOND, Rene (org.). **Por Uma História Política.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.** São Paulo, Brasília: Brasiliense, CNPq, 1990 [1989?].

ROMANO, Rogério Tadeu. **O adiamento das eleições municipais.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 25, n. 6140, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/81445>. Acesso em: 16 março 2021.

SADER, Emir; GENTILLI, Paul (organizadores). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** São Paulo, Paz e Terra, 2008.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Poder e Intervenção Estatal na Paraíba: 1930-1940.** João Pessoa, 2000.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; SANTOS, Shslyder Lira dos. **Elites políticas e partidárias na Paraíba do século XX: subsídios teóricos e metodológicos – encaminhamentos introdutórios de pesquisa.** In: SEGUNDO ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA. UECE, Edição 2017

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O sistema oligárquico representativo da Primeira República.** Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 9-37, 2013.

SARTORI, Giovani. **Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1985.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Marciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: contexto, 2009.

SILVA, Aline Marques da. **Como nascem os cactos**: o devir de uma nova história do político. Revista Latino-Americana de História Vol. 5, nº. 16 – Dezembro de 2016.

SILVA, Helenice Rodrigues. Roger Chartier. In.: LOPES, Marcos Antônio e MUNHOZ, Sidnei J.(orgs.). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Poder Constituinte e Poder Popular**: Estudos Sobre a Constituição. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Trad. Mario Salviano Silva. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SOUSA NETO, Bento Correia de. **Governo Interventorial e Relações de Poder na Paraíba Pós-1930**: A Administração de Gratuliano Brito (1932-1934). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: PPGH/UFPB, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8369>

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. Ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1983.

STEPAN, A. C. **Os Militares na Política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Arte nova, 1975.

TELLES, Hecilmara; LAVAREDA, Antônio. **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro. **“Sob a tutela das armas”**. In: Revista Retrato do Brasil, nº12 – O Estado Militar, s/d.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA. **Sistema Histórico de Eleições**. Disponível em: www.trepb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultadosde-eleicoes. Acesso em: 15 de abril 2020

**ANEXO A - ATA DE POSSE DO PREFEITO ANTÔNIO BERNARDO
DA NÓBREGA - DATA: 15 DE NOVEMBRO DE 1966**

Ata de posse do Prefeito eleito à 15-11-1966

1
reunidos

Das onze dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, no edifício da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, Estado da Paraíba, onde presente se encontravam o Sr. Moacyr Medeiros, Juiz Eleitoral da 16ª Zona, conforme despacho pelo mesmo separado em petição do candidato eleito e diplomado Prefeito de Juazeiro do Norte, nos eleições de 15 de novembro e últimos despachos este de que foram intimados pessoalmente o Sr. Interventor Federal deste Município, o requerente, e alguns vereadores diplomados presentes, numa reunião realizada no edifício desta Prefeitura no dia oito do corrente e ainda divulgada publicamente na difusão da mesma Prefeitura pelo próprio Juiz Eleitoral na noite do referido dia oito, realizou-se audiência de posse dos candidatos Eleitos Prefeito e Vice-Prefeito acima referidos. Não tendo o Sr. Interventor Federal cumprido o seu dever de abrir a Prefeitura e colocar o edifício à disposição do Juiz Eleitoral conforme se comprometera tendo se ausentado da cidade sob pretexto de atender um chamado urgente do Excmo. Sr. Governador do Estado, conforme acãõ posta, digo informações postada do Juiz por pessoa idônea mandou o Juiz arrombar a porta de entrada do mesmo edifício pelo carpinteiro José Sander de Azevedo, em presença do mesmo Juiz, do oficial de Juiz,

Justiça José Pina de Medeiros, da escrivan-
 que abaixo assinada e de grande número de
 populares e candidatos eleitos que agoran-
 davam em frente do edifício da Prefeitura
 a realização da solenidade de posse.
 Realizado o arrolamento e verificado a
 existência de alguns bureaus, cadeiras
 e sobe, mimeógrafo e máquina de calcular
 e inexistência de máquina de escrever,
 foi dito por vários dos presentes que
 a máquina de datilografia e quase to-
 do o arquivo da Prefeitura fora apre-
 dido por uma comissão de inquirição
 presidida e composta por oficiais su-
 periores da Polícia Militar do Estado
 e realizada investigação determinada
 segundo os informes pelo Exmo. G-
 Governador do Estado.

Dando início à solenidade de cla-
 rou o Juiz que ali se encontravam
 para dar cumprimento a lei de or-
 ganização Municipal, do Estado mi-
 nisterio 321, de 8-1-1929 e instruções di-
 vulgadas pelo Excmo. Tribunal Regio-
 nal Eleitoral segundo as quais, exce-
 pta a competência normativa da Jus-
 tica Eleitoral, quaisquer providências
 administrativas a respeito de posse de elei-
 tos, que se regem pelas normas do di-
 reito comum, ou seja Regimento Inter-
 nos da Câmara de Vereadores ou Lei
 de Organização Municipal. Disse mais o
 Juiz que de acordo com o art. 60 da

2
reunião

referida Lei no 321 de 8-1-1949, a posse do Prefeito e o seu compromisso ocorrerão perante a Câmara Municipal ou se a mesma não estiver reunida, perante o Juiz Eleitoral da respectiva Zona deixando a mesma Lei de fazer qualquer menção à posse de vereadores, que assim ficou a critério dos Regimentos Internos das respectivas Câmaras, o que é uma falha sensível da referida Lei a qual não se verifica com leis análogas de outros Estados, como a de número 445, de 4-1-1949 que rege a organização Municipal do Estado de Pernambuco, em cujo artigo 34 determina que os vereadores, no primeiro ano de cada legislatura, reunir-se-ão no edifício da Câmara Municipal sob a Presidência do Juiz Eleitoral da Comarca que lhes deferirá o compromisso, depois de apresentados e verificados os seus diplomas, em seguida presidirá a eleição da Mesa perante a qual prestará o compromisso de Prefeito, digo, o Prefeito e igualmente a antiga Lei de organização Municipal do Estado da Paraíba de no 36 de 21-12-1935, revogada pela Lei no 19 de 28-10-1947, em cujo artigo 19 dispõe-se da mesma maneira que a do Estado de Pernambuco acima referida. Disse mais o Juiz que não era possível recorrer aos regimentos internos da Câmara Municipal

pal de Juazeiro do Sul, facez ao re-
 quierito do art. respectivo, feito junta-
 mente com o da Prefeitura inicial-
 mente referida. Ora de supor porém
 que tal regimento existia e fosse i-
 dêntico a de outras Prefeituras deste
 Estado, em cujo artigo 1º se prescreve
 que a posse dos Vereadores ocorrerá no
 1º ano de cada legislatura, no local,
 dia e hora designados pelo Juiz Eleito-
 ral competente e que também prescri-
 rá a eleição da Mesa, a cujo Presidente,
 segundo o art. 9º item 1º compete defe-
 rir o compromisso e dar posse ao
 Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores que
 não houverem comparecido a 1ª reu-
 nião presidida pelo Juiz. Assim con-
 vidou o Juiz que os candidatos devi-
 damente eleitos, que ali se encontra-
 rem e tanto Vereadores como Prefeito e
 vice-Prefeito, apresentassem os seus
 diplomas para verificar-se quem
 os realmente expedido pela Justi-
 ça Eleitoral e dar posse aos Vere-
 adores, caso houvesse número para a
 eleição da mesa, caso contrário da-
 ria o Juiz posse apenas ao Prefeito
 e vice-Prefeito eleitos, apresentados os
 diplomas apenas destes, e de quatro ve-
 readores eleitos pelo Movimento Democ-
 rático Brasileiro e um suplente eleito
 pela Aliança Renovadora Nacional, achou
 o Juiz que não havia número legal para

sumário

a eleição da mesa, para a qual exigem-se o mínimo de dois terços dos componentes da Câmara e por isso convidou o Prefeito eleito o Sr. Antônio Bernardo da Dólua e o seu vice Licero Pereira do Nascimento a prestarem o compromisso previsto no art. 19 da Constituição do Estado da Paraíba adaptado para os respectivos cargos de acordo com o parágrafo 2º do art. 19 da citada Lei no 36, de 21-12-1935, revogada pela de no 19, de 28-10-1947, que lhe pareceu aplicável por analogia. Prestado o compromisso pelos referidos Prefeito e vice-Prefeito, o Juiz declarou-os empossados nos respectivos cargos tendo os presentes saudado os empossados com uma calorosa salva de palmas. A seguir o Juiz facultou a palavra aos presentes, tendo falado o bacharelando Gabriel Bernardino da Dólua, que saudou o Prefeito eleito e em seu nome agradeceu a investitura que lhe outorgou o povo e ao mesmo tempo a Justiça Eleitoral que soube cumprir o seu dever e promover que a gestão ora iniciada, traga em sua órbita para trazer ao Município e ao seu povo o progresso ou pelo menos dentro das possibilidades de suas rendas no que, digo, o que fosse possível para tirar o Município do subdesenvolvimento em que se encontra. Tendo o orador feito isto apelava para toda a população

incluive os adversários de ontem, pois entendia que o progresso depende da união e dos seus, digo dos esforços de todos, pelo que apelava para o esquecimento de todos os ressentimentos da campanha politica passada. O orador foi muito aplaudido, tendo o juiz novamente facultado a palavra e como ninguém mais quizesse usar dela foi encerrada a sessão, mandando o mesmo juiz lavar esta ata, que lida e achada conforme vai por mim escrita eleitoral subscrita e assinada pelo juiz, pelos supozados e alguns dos presentes. Cy. Gueza Feija Fernandes, Oficial do Registro Civil, o escrivão, digo o escrivão eleitoral o escreva!

Prisacy undim
 Antonio Bernardo da Sobrega
 Ceres Pereira do Nascimento
 Antonio Gomes do Nascimento
 → José do Nascimento
 Ferraz Ferreira Sousa
 José Gomes Gombaze
 Comendador da Sobrega
 Artur Alped forais da Sobrega
 Edith Lourenço da Sobrega
 Otacilio Acquinque
 Bento Gomes de Albuquerque
 José Gomes do Sobrega
 José do Sobrega
 Maria da Sobrega

Lundin

Inacio José do Nascimento
 e Maria Eudina Bologn.

Onélia Nobrega

José Avelino de Nobrega

Luiza Louzina de Pedreira.

Eudina de Lourenço Nobrega

José Filinto da Silva

José Simão do Nascimento

José Manoel do Nascimento

Agostinho do Nascimento

Antonio Avelino Nobrega

Antonio do Nascimento

Sauir Pereira do Nascimento

Francisco Alves Filho

Francisco Mariano da Nobrega

Emerson Pereira de Oliveira

José Gregório

Martino da Nobrega

Francisco Assis de Nobrega

Lourdes Pereira

Rogério Sebastião do Nascimento

José da Silva de Andrade

**ANEXO B - LEI Nº 2.680 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1961- (CRIA O
MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).**



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNCO DO SERIDÓ

Lei nº 2.680

de 22 de dezembro de 1961.

*Cria o município de Junco do Seridó e
dá outras providências.*



GOVERNO DA PARAÍBA

LEI N. 2.680 de 22 de dezembro de 1961

Oria o município de Junco do Seridó, e dá outras providências.

O Governador do Estado da Paraíba:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de Junco do Seridó, desmembrado do município de Santa Luzia, com sede na atual vila do mesmo nome, que fica elevada à categoria de cidade.

Parágrafo único - O município de Junco do Seridó é constituído do território do Distrito de igual denominação, com os limites estabelecidos pela Lei nº 1.198, de 2 de abril de 1955, que fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado.

Art. 2º - As eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores realizar-se-ão em data designada pelo Tribunal Regional Eleitoral, de acordo com a Legislação em vigor.

Parágrafo único - Será de sete (7) o número de Vereadores à Câmara Municipal do Município ora criado.

Art. 3º - Enquanto não se verificarem as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, o Governador do Estado nomeará um Prefeito, que exercerá o cargo, com todas as atribuições legais que lhe são inerentes.

Art. 4º - Fica extinto o Subcomissariado de Polícia do antigo distrito de Junco do Seridó e criado em seu lugar o Comissari



ado de Polícia do município ora criado, com os respectivos suplentes, na forma da Lei vigente.

Art. 5º - Para ocorrer às despesas com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial até a importância de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1962, quando será instalado o município.

Palácio do Governo do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 22 de dezembro de 1961; 72ª de Proclamação da República.

Acima temos a assinatura em 1961, do Governador do Estado da Paraíba, Pedro Gondim, sancionando a criação do Município de Junco do Seridó - PB.

ANEXO C - NOMEAÇÃO DO INTERVENTOR FRANCISCO CORREA DE QUEIROZ PARA A CIDADE DE JUNCO DO SERIDÓ EM NOVEMBRO DE 1966. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

Segunda-feira 14

DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I)

Novembro de 1966 13159

te no Estado da Guanabara — Processo 28.137-66;

Fal Gellman, natural da Hungria, nascido a 15 de maio de 1908, filho de Mor Gellman e de Borbala Tauber, residente no Estado de São Paulo — Processo 18.342-66;

Petrus Josef Wigtenbroek, natural da Holanda, nascido a 15 de agosto de 1924, filho de Jan Okke Wigtenbroek e de Anna Cops, residente no Estado de São Paulo. — Processo 13.448-66.

Robert Chang, natural da China, nascido a 18 de abril de 1938, filho de Chang Wen Quan e de Chang Chu Yuk Yue, residente no Estado do Rio Grande do Sul. — Processo 54.570-66.

Sakae Yoshihara, natural do Japão, nascido a 6 de novembro de 1922, filho de Saguro Yoshihara e de Sumi Yoshihara, residente no Estado do Paraná. — Processo 11.831-66.

Smcha Warszawak Szjer, natural da Polônia nascido a 12 de julho de 1913, filho de Simon Warszawak e de Sara Szjer, residente no Estado do Paraná. — Processo 19.974-66.

Seima Segal Grigoreal, natural de Israel, filha de Marcos Segal e de Elizabeth Schapira Segal, residente no Estado de São Paulo. — Processo 25.875-66.

Sau Neme, natural da China, nascido a 1º de janeiro de 1913, filho de Sau Pio Neme e de Lee Rou Neme, residente no Estado de São Paulo. — Processo 22.953-66.

Theopi Varvakis Rados, natural da Turquia, nascido a 15 de agosto de 1928, filho de Gregorios Varvakis e de Stavroula Varvakis, residente no Estado do Rio Grande do Sul. — Processo 53.046-66.

Teodora Gellman, natural da Hungria, nascida a 30 de junho de 1912, filha de Jakab Blau e de Cecilia Donat, residente no Estado de São Paulo. — Processo 18.342-66.

Tokio Wakita, natural do Japão, nascido a 9 de agosto de 1928, filho de Nikuzo Wakita e de Yasuyo Wakita, residente no Estado de São Paulo. — Processo 13.185-64.

Tufica Chaim Saab, natural da Síria nascida a 28 de setembro de 1924, filha de Chaim Péres e de Bach'ia Abraham, residente no Estado de São Paulo. — Processo 29.646-65.

Takesada Sendoda, natural do Japão, nascido a 6 de fevereiro de 1921, filho de Kunitaro Sendoda e de Shima Sendoda, residente no Estado de São Paulo. — Processo 16.974-66.

Valentyna Koniakowsky, natural de Ucrania, nascida a 9 de novembro de 1939, filha de Mykola Koniakowsky e de Krystyna Koniakowsky, residente no Estado de Goiás. — Processo número 53.924-66.

Vitorica Grünberg, natural da Romênia, nascida a 7 de outubro de 1918, filha de Moshe Zloczover e de Amelia Zloczover, residente no Estado de São Paulo. — Processo 16.962-66.

Verena Muhr, natural da Suíça, nascida a 15 de janeiro de 1940, filha de Fritz Buchser e de Hedwig Buchser Kurt, residente no Estado de Minas Gerais. — Processo 19.191-66.

Wasil Martynenko, natural da Rússia, nascido a 14 de janeiro de 1916, filho de Alexander Martynenko e de Stefania Iwanowa, residente no Estado de São Paulo. — Processo número 36.176-65.

Walter Bustamante Zambrana, natural da Bolívia, nascido a 5 de fevereiro de 1935, filho de Anacleto Bustamante e de Elvira Zambrana, residente no Estado da Bahia. — Processo nº 58.166-65.

Yoshiya Takeoka, natural do Japão, nascido em 11 de junho de 1909, filho de Koshiro Takeoka e de Soto Takeoka, residente no Estado de São Paulo. — Processo 46.861-63.

Yoshio Sera, natural do Japão, nascido a 14 de janeiro de 1916, filho de Taichi Sera e de Masao Sera, residente no Estado do Paraná. — Processo nº 19.995-66.

Zanvel Grünberg, natural da Romênia, nascido a 11 de novembro de 1908,

filho de Moshe Grünberg e de Fegha Grünberg, residente no Estado de São Paulo. — Processo 16.962-66.

Brasília, 7 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

DECRETOS DE 11 DE NOVEMBRO DE 1966

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Ato Complementar número 11, resolve

NOMEAR:

Interventor no Município de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, o Senhor Francisco Gomes Silveira.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Ato Complementar número 11, resolve

NOMEAR:

Interventor no Município de São Miguel de Taipu, Estado da Paraíba, o Senhor Adelfo Lins Jerônimo.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Ato Complementar número 11, resolve

NOMEAR:

Interventor no Município de Meninaira, Estado da Paraíba, o Senhor Francisco Antas Cordeiro.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Ato Complementar número 11, resolve

NOMEAR:

Interventor no Município de Mãe D'Água, Estado da Paraíba, o Senhor José Paulino da Costa.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Ato Complementar número 11, resolve

NOMEAR:

Interventor no Município de Jurupiranga, Estado da Paraíba, o Senhor Teonas da Cunha Cavalcanti.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Ato Complementar número 11, resolve

NOMEAR:

Interventor no Município de Frei Martinho, Estado da Paraíba, o Sen-

hor Antônio Faustino Gomes Filho.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Ato Complementar número 11, resolve

NOMEAR:

Interventor no Município de Itatuba, Estado da Paraíba, o Senhor Francisco Ernesto de Andrade.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Ato Complementar número 11, resolve

NOMEAR:

Interventor no Município de Araçá, Estado da Paraíba, o Senhor Mário da Cunha Moreno.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Ato Complementar número 11, resolve

NOMEAR:

Interventor no Município de Junco do Seridó, Estado da Paraíba, o Senhor Francisco Correia de Queiroz.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

MINISTÉRIO DA GUERRA

DECRETOS DE 11 DE NOVEMBRO DE 1966

O Presidente da República resolve:

RECONDUZIR:

De acordo com o artigo 2º do Regulamento da Comissão de Promoções de Oficiais, aprovado pelo Decreto nº 39.345, de 11 de junho de 1956,

Para as funções de Membro da Comissão de Promoções de Oficiais, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 30 de outubro de 1966, o General-de-Divisão Intendente José Jacintho Camerino.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ademar de Queiroz

O Presidente da República resolve

ALTERAR:

O Decreto de 30 de junho de 1965, publicado no Diário Oficial do dia subsequente, que promoveu de acordo com o artigo 1º da Lei nº 1.156, de 12 de julho de 1950, combinado com o artigo 1º da Lei nº 616, de 2 de fevereiro de 1949, ao posto de General-de-Brigada, o Coronel da Arma de Artilharia (IG-65.892) Voltaire Londero Schilling, transferiu-o para a Reserva de 1ª Classe nesse posto, nos termos dos artigos 12 letra a e 13 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e promoveu-o, na inatividade,

ao posto de General-de-Divisão, na forma dos artigos 51, inciso I e 38, da mesma Lei nº 2.370, para ocupar que os proventos do referido oficial são os de que tratam os artigos 137, 140 letras a e b e 156 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, e não como se fez constar no aludido decreto.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ademar de Queiroz

O Presidente da República resolve

ALTERAR:

O Decreto de 29 de julho de 1965, publicado no Diário Oficial de 1º de agosto de 1965, que promoveu de acordo com o artigo 1º da Lei nº 1.156, de 12 de julho de 1950, combinado com o artigo 1º da Lei nº 370, de 2 de fevereiro de 1949, ao posto de General-de-Brigada, o Coronel da Arma de Infantaria (IG-1.7855) Frederico Netto dos Reis Pimentel, transferiu-o para a Reserva de 1ª Classe nesse posto, nos termos dos artigos 12 letra a e 13 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, com os proventos correspondentes ao posto de General-de-Divisão, na forma dos arts. 54, inciso II e 56, da mesma Lei nº 2.370, para declarar que os proventos do referido oficial são os de que tratam os artigos 137, 140 letras a e b e 156, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, e não como se fez constar do aludido decreto.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ademar de Queiroz

O Presidente da República, tendo em vista o que consta dos processos nºs 23.432, 37.564, e 37.090, todos de 1965, do Departamento Geral do Pessoal do Ministério da Guerra, resolve

H. CASTELLO BRANCO
Ademar de Queiroz

O Presidente da República, tendo em vista o que consta dos processos nºs 23.432, 37.564, e 37.090, todos de 1965, do Departamento Geral do Pessoal do Ministério da Guerra, resolve

H. CASTELLO BRANCO
Ademar de Queiroz

DEMITIR:
De acordo com o artigo 207, parágrafo 1º da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1953.

Guy de Vasconcelos, do cargo de Desenhista, Nível 12.A, da Parte Permanente do Quadro de Funcionários do Ministério da Guerra.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ademar de Queiroz

MINISTÉRIO DA MARINHA

DECRETOS DE 11 DE NOVEMBRO DE 1966

O Presidente da República resolve

PROMOVER:

No Quadro de Médicos do Corpo de Saúde da Marinha, ao posto de Contra-Almirante, o Capitão-de-Mar-e-Guerra (Md) Dr. Gerson Sa Pinto Coutinho.

Brasília, 11 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Zilmair Araripe

O Presidente da República resolve

DESIGNAR:

De acordo com o art. 1º, item III, alínea a) e art. 2º do Decreto número 54.308, de 25 de setembro de 1964,

O Capitão-de-Corvetá José Paulo Mochales Chagas para servir na Co-